



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

**JULIANA BACELAR DE ARAÚJO**

**O MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO BRASILEIRO  
NO PERÍODO 2004-2008**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
AO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE  
ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO.

**PROF. DR. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR – ORIENTADOR**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA  
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR JULIANA BACELAR DE  
ARAÚJO E ORIENTADA PELO PROF. DR. PAULO  
EDUARDO DE ANDRADE BALTAR.

A handwritten signature in black ink, reading "Paulo Eduardo de Andrade Baltar".

CAMPINAS, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –  
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Araújo, Juliana Bacelar de, 1983-  
Ar15m O mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período  
2004-2008 / Juliana Bacelar de Araújo. – Campinas, SP: [s.n.],  
2011.  
Orientador: Paulo Eduardo de Andrade Baltar.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campi-  
nas, Instituto de Economia.

1. Mercado de trabalho. 2. Regiões metropolitanas. 3. Desen-  
volvimento econômico. I. Baltar, Paulo Eduardo de Andrade. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III.  
Título.

11-039-BIE

Informações para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** The Brazilian metropolitan labor market in the period 2004-2008

**Palavras-chave em inglês:**

Labor market

Metropolitan areas

Economic growth

**Área de Concentração:** Economia Social e do Trabalho

**Titulação:** Mestre em Desenvolvimento Econômico

**Banca examinadora:**

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Hipólita Siqueira de Oliveira

Claudio Salvadori Dedecca

**Data da defesa:** 08-07-2011

**Programa de Pós-Graduação:** Desenvolvimento Econômico

# Dissertação de Mestrado

Aluna: **Juliana Bacelar de Araújo**

**“O MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO BRASILEIRO NO  
PERÍODO 2004-2008”**

Defendida em 08/07/2011

## COMISSÃO JULGADORA

  
**Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar**  
Instituto de Economia / UNICAMP

  
**Profa. Dra. Hipólita Siqueira de Oliveira**  
IPPUR/UFRJ

  
**Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca**  
Instituto de Economia / UNICAMP



Aos meus pais



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que viveram comigo e me ajudaram ao longo dessa jornada, que em muitos momentos me pareceu tão difícil. Sou grata aos que compartilharam junto a mim este sonho e as angústias dele decorrentes, incentivando-me e dividindo comigo a alegria da conclusão dessa etapa de minha formação. O processo de escrita de uma dissertação é bastante difícil e solitário, afastando-nos do convívio social, principalmente dos familiares e amigos.

Aos meus pais, agradeço o exemplo de vida e dedicação ao estudo da economia e das questões regionais que, sem dúvida, me influenciaram na hora de escolher um recorte espacial para a análise do mercado de trabalho nacional. Obrigada pelo apoio incondicional e irrestrito, pela paciência e compreensão nos momentos de “bloqueio” e pelo amor eterno. Não poderia deixar de citar os meus irmãos, João e Leo, as minhas cunhadas, Cathy e Dani, e toda a minha família que, cada um ao seu jeito, sempre me apoiou e torceu pelo meu sucesso. Amo vocês!

Aos meus amigos recifenses, agradeço também a torcida e, principalmente, a compreensão pela grande ausência, inclusive, em momentos tão importantes quanto os casamentos, chás de panela, despedidas e aniversários.

Por fim, ainda em terras pernambucanas, gostaria de demonstrar toda a minha gratidão a equipe da Ceplan Consultoria Econômica e Planejamento, minha primeira grande escola de economia, em especial, a Leonardo Guimarães Neto, grande mestre e exemplo de pessoa, que me ajudou desde a discussão das ideias e elaboração do projeto de mestrado. Um agradecimento especial a Jorge Jatobá, Aldemir do Vale, Tarcísio Patrício e Valdeci Monteiro – com quem trabalhei – pelos constantes ensinamentos, apoio intelectual e incentivo a realizar essa caminhada acadêmica rumo ao mestrado. Não poderia deixar de agradecer a toda a equipe técnica e administrativa, a quem faço em nome da nossa querida Vicenta, outra pessoa ímpar com quem tive a grata oportunidade de conviver no período em que trabalhei na Ceplan.

Em Campinas, gostaria de agradecer ao Prof. Wilson Cano e a Dona Selma pela calorosa acolhida na minha chegada. Sem dúvida, o primeiro momento de adaptação foi mais facilmente enfrentado com a ajuda, carinho e atenção que recebi dos dois.

Aos amigos da turma de 2008, que também foram fundamentais para o restante do processo de adaptação, minha eterna saudade. Saudade das nossas inúmeras discussões e saídas, com direito a expulsão devido à hora de fechamento, em diversos barzinhos de Barão Geraldo. À Mineirinha e a Bia, com quem dividi apartamento, agradeço o convívio diário e fácil. À Lu, Bia, Armandinho e Daniel Palitinho, que compartilharam comigo a representação discente, agradeço todas as discussões sobre os rumos da universidade pública e do Instituto de Economia. À turma da História Econômica, em particular, a “High School Musical”, agradeço o fato de vocês terem tornado esses anos, sem dúvida, muito mais alegres. Tadeuzinho, saudades das nossas longas conversas! Não poderia deixar de esquecer, é claro, do lema da nossa turma: É Brasilllll!

À turma da Social e Trabalho de 2008, agradeço a união, amizade e solidariedade, tão raras nesses dias atuais.

Ao Cassiano Trovão, amigo e companheiro de toda essa jornada e cúmplice nos momentos mais importantes, que, além de aturar minhas crises e reclamações, sempre me apoiou e foi fundamental para a conclusão dessa dissertação, meus sinceros agradecimentos.

Ao Prof. Paulo Baltar, meu orientador, agradeço a paciência e o incentivo nos momentos de “bloqueio”, mas, sobretudo, a atenção sempre dedicada e as observações e discussões que deram norte ao presente trabalho. Agradeço a leitura sempre atenta de todos os escritos e, principalmente, a paciência para aceitar as minhas teimosas incursões pelo tão querido, para mim, campo da economia regional que nesse estudo se refletiu na análise da dinâmica metropolitana.

Não poderia deixar de agradecer a Profa. Ana Cristina Fernandes, da UFPE/PPGEO, que, com todo o seu carinho e atenção, me recebeu em sua casa e me apresentou ao estudo: “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil”, do Observatório das Metrôpoles, fundamental para a definição, utilizada nesse estudo, dos espaços metropolitanos. Ao Daniel Da Mata, do IPEA, conterrâneo pernambucano, agradeço a ajuda na definição do método para análise dos portes dos espaços não metropolitanos.

Minha gratidão aos professores Cláudio Dedecca e Carlos Brandão, por terem aceitado o convite para participação na banca de qualificação, mas, acima de tudo, por todas as “portas abertas”, indicações de leitura e discussões esclarecedoras que me ajudaram bastante. Tentei incorporar, apesar do curto espaço de tempo, o máximo possível de todas as excelentes contribuições da qualificação. Aos professores Cláudio Dedecca e Hipólita Siqueira, por terem

aceitado o convite para integrarem a banca examinadora final e terem tornado esse momento leve e agradável, apesar de todo meu nervosismo.

Aos funcionários da secretaria do IE, em particular, Cida e Marinete, que sempre nos ajudam de forma tão prestativa, mas sem esquecer da Fátima, Lorenza e Alessandro, e aos funcionários do Cesit: Licério, Susete e Laís, sempre tão solícitos. A Susete, em especial, meus sinceros agradecimentos pelo agendamento de TODAS as reuniões de orientação e por sempre me ajudar a encontrar, mandar mensagem ou tirar alguma dúvida com o Prof. Baltar.

Por fim, agradeço a Jorge Santana, cuja competente revisão me auxiliou a melhorar muito o texto original e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio concedido através da bolsa de estudos de mestrado no País.



## RESUMO

Nos anos 2000, o Brasil apresentou sinais de recuperação econômica, com geração de empregos e crescimento da renda nacional. A partir de 2004, a expansão do crédito e do consumo das famílias, o aumento das exportações, decorrente do movimento favorável do crescimento internacional (até a crise financeira de 2008/09), e a reativação do investimento produtivo e na infraestrutura econômica e social permitiram que o País mantivesse um ritmo sustentado de crescimento do PIB.

Nesse contexto de retomada do crescimento, em que o mercado interno registrou um peso relativamente maior do que o do mercado externo, observou-se a reativação do dinamismo da economia das metrópoles, que apresentam estruturas produtivas e ocupacionais de maior complexidade e diversidade, além de terem suportado um enorme passivo socioeconômico, nos anos de 1990, expresso, em grande medida, por elevadas taxas de desemprego aberto.

A forte redução do desemprego, a ampliação da geração de empregos, sobretudo dos formais, o crescimento médio da renda do trabalho e seu consequente efeito sobre a redução das desigualdades de renda entre os espaços metropolitanos e não metropolitanos constituem as principais características do mercado de trabalho brasileiro no período de 2004-2008. Contudo, ainda é cedo para falar-se em reestruturação do mercado de trabalho nacional. É preciso avançar nesse cenário, nos próximos anos. Por ora, estão claras as limitações da análise, enfocando apenas as questões do emprego e da renda, para o entendimento geral da problemática metropolitana, sem, todavia, menosprezar a importância da melhoria recente dos aspectos do mercado de trabalho, aqui analisados.

**Palavras-Chave:** Mercado de trabalho; Áreas metropolitanas; Crescimento econômico.



## ABSTRACT

In the 2000's, Brazil showed signs of economic recovery with job creation and growth of national income. Since 2004, the expansion of credit, family consumption, and exports due to favorable international growth (until the financial crisis of 2008/09), as well as the recovery on productive investments allowed the country to maintain a steady pace of GDP growth.

In this context, with a bigger importance of the domestic market, there was also a recovery on the metropolitan regions, which exhibit productive and occupational structures of higher complexity and diversity, besides having supported a huge socioeconomic liability in the 1990's, due to high unemployment rates.

The decline in unemployment, the expansion of job creation, especially on formal labor, the growth of labor income and its subsequent effect on the reduction of income inequalities between metropolitan and non-metropolitan areas are the main characteristics of the Brazilian labor market evolution in the 2004-2008 period. However, it is still too early to speak of a restructured the national labor market. It's imperative to advance in this way for the coming years. For now, the limitations of the analysis are clear; especially by focusing only on issues of employment and income while understanding the metropolitan question, but without underestimating the importance of the recent improvement in this matter.

**Keywords:** Labor market; Metropolitan areas; Economic growth.



## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

### TABELAS

Tabela 1.1 - Indicadores Macroeconômicos. Brasil, 2000-2008.....	11
Tabela 1.2 - PIB sob a ótica da demanda. Brasil, 2000-2008.....	14
Tabela 1.3 - PIB sob a ótica da oferta. Brasil, 2000-2008.....	16
Tabela 1.4 - Taxa de crescimento dos indicadores conjunturais da indústria (% a.a.). Brasil, 2000-2008.....	17
Tabela 1.5 - Crédito Bancário. Brasil, 2000-2008.....	18
Tabela 1.6 - Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões). Brasil, 2000-2008.....	20
Tabela 1.7 - Dívida líquida do setor público (% do PIB). Brasil, 2000-2008.....	21
Tabela 1.8 - Ocupação, PIB e Elasticidade Ocupação/PIB. Brasil, 2004-2008.....	22
Tabela 1.9 - População ocupada no trabalho principal segundo posição na ocupação. Brasil, 2004/2008.....	24
Tabela 1.10 - População ocupada no trabalho principal segundo setores de atividade. Brasil, 2004/2008.....	26
Tabela 1.11 - População ocupada no trabalho principal segundo grupamentos ocupacionais. Brasil, 2004/2008.....	27
Tabela 1.12 - Renda Média e Massa de Rendimentos do Trabalho e Salário Mínimo (variação anual). Brasil, 2004-2008.....	28
Tabela 2.1 - Distribuição da população total e da renda anual segundo grupos de renda. Brasil, 1970.....	37
Tabela 2.2 - Distribuição da população brasileira por grupos de tamanho (%). Brasil, 1950/1980.....	40
Tabela 2.3 - Número de municípios segundo algumas faixas populacionais. Brasil, 1950/2000.....	41
Tabela 2.4 - Taxa de crescimento anual da população nos municípios por faixa populacional. Brasil, 1980/2000.....	49

Tabela 2.5 - População residente e incremento populacional, distribuição e taxa média anual de crescimento segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2010.....	56
Tabela 2.6 - Distribuição e taxa média anual de crescimento da população residente segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2010.....	57
Tabela 2.7 - Taxa média anual de crescimento da população dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação. Brasil, 2000/2010.....	58
Tabela 2.8 - Distribuição e taxa média anual de crescimento do PIB real segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2008.....	63
Tabela 2.9 - Distribuição e taxa média anual de crescimento do Valor Adicionado por setor segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2008.....	64
Tabela 2.10 - Taxa média anual de crescimento do PIB dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação. Brasil, 2004/2008.....	65
Tabela 2.11 - Emprego formal e incremento do emprego formal, distribuição e taxa média anual de crescimento segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2008.....	67
Tabela 2.12 - Distribuição e taxa média anual de crescimento do emprego formal segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2008.....	68
Tabela 2.13 - Taxa média anual de crescimento do emprego formal dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação. Brasil, 2004/2008.....	69
Tabela 2.14 - Distribuição e taxa média anual de crescimento da massa de rendimento real segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2008.....	70
Tabela 2.15 - Rendimento médio mensal real e taxa média anual de crescimento segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2008.....	71
Tabela 3.1 - População residente, PIB real e emprego formal segundo diferentes classificações dos espaços metropolitanos e não metropolitanos. Brasil, 2000/2010.....	78
Tabela 3.2 - Taxas de participação, ocupação e desemprego aberto segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	81
Tabela 3.3 - População ocupada por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	83
Tabela 3.4 - Participação da população ocupada por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	84

Tabela 3.5 - Taxa média anual de crescimento da população ocupada por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	85
Tabela 3.6 - Taxa média anual de crescimento das pessoas ocupadas no trabalho principal por posição na ocupação não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	88
Tabela 3.7 - Participação das pessoas ocupadas no trabalho principal por posição na ocupação não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	89
Tabela 3.8 - Participação das pessoas ocupadas no trabalho principal por posição na ocupação e setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	92
Tabela 3.9 - Participação das pessoas ocupadas no trabalho principal não agrícola por grupamentos ocupacionais segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	95
Tabela 3.10 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Antigas Metrópoles, 2008.....	100
Tabela 3.11 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Restante do País, 2008.....	100
Tabela 3.12 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Antigas Metrópoles, 2008.....	103
Tabela 3.13 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Restante do País, 2008.....	103
Tabela 3.14 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Antigas Metrópoles, 2008.....	106
Tabela 3.15 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Restante do País, 2008.....	106
Tabela 3.16 - Taxa média anual de crescimento da renda média, renda mediana e massa de rendimentos mensais reais dos ocupados no trabalho principal não agrícola com rendimento segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	108

Tabela 3.17 - Renda média, renda mediana e massa de rendimentos mensais reais dos ocupados no trabalho principal não agrícola com rendimento segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	109
Tabela 3.18 - Participação dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por faixas de salário mínimo segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	111
Tabela 3.19 - Percentual de apropriação da renda e razão entre a renda média dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por quintil segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	112
Tabela 3.20 - Rendimento médio mensal real dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por posição na ocupação segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	113
Tabela 3.21 - Rendimento médio mensal real dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por setor de atividade segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	114
Tabela 3.22 - Rendimento médio mensal real dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por categorias ocupacionais segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	115
Tabela A.1 - Taxa média anual de crescimento do emprego formal não agrícola dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação. Brasil, 2000/2008.....	138
Tabela A.2 - Incremento de pessoas ocupadas no trabalho principal por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	139
Tabela A.3 - Incremento de pessoas ocupadas no trabalho principal por subsetores da indústria de transformação segundo antigas metrópoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	140
Tabela A.4 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Antigas Metrôpoles, 2008.....	141
Tabela A.5 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Restante do País, 2008.....	141
Tabela A.6 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Antigas Metrôpoles, 2008.....	142

Tabela A.7 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Restante do País, 2008.....	142
Tabela A.8 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Antigas Metrôpoles, 2008.....	143
Tabela A.9 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola. Restante do País, 2008.....	143

## **GRÁFICOS**

Gráfico 1.1 - Taxas médias anuais de inflação. Brasil, 2000-2008.....	12
Gráfico 1.2 - Evolução do número de pessoas ocupadas com rendimento no trabalho principal por faixa de renda média - RM (2004 = 100). Brasil, 2004-2008.....	29
Gráfico 3.1 - Taxa de crescimento das condições de atividade segundo antigas metrôpoles e restante do país. Brasil, 2004/2008.....	80

## **MAPAS**

Mapa 2.1 – Estabelecimentos industriais de bens de consumo duráveis e de capital (GIII). Brasil, 2008.....	60
Mapa 2.2 – Estabelecimentos industriais de bens de consumo duráveis e de capital (GIII) e população em espaços metropolitanos. Brasil, 2008/2010.....	61

## **QUADROS**

Quadro A.1 – Quadro de classificação das regiões metropolitanas brasileiras. Brasil, 2010.....	134
--	-----



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO INÍCIO DOS ANOS 2000</b> .....	7
<b>1.1 A evolução macroeconômica brasileira nos anos 2000</b> .....	10
<b>1.2 O comportamento do mercado de trabalho nacional entre 2004 e 2008</b> .....	21
<b>CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS METROPOLITANOS E NÃO METROPOLITANOS: HERANÇAS E TENDÊNCIAS RECENTES</b> .....	33
<b>2.1 O processo de urbanização brasileiro: trajetórias e heranças</b> .....	33
<b>2.2 A dinâmica dos espaços metropolitanos e não metropolitanos nos anos 2000</b> .....	53
<b>CAPÍTULO 3 - O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NAS ANTIGAS METRÓPOLES EM COMPARAÇÃO AO RESTANTE DO PAÍS, NO PERÍODO DE 2004 A 2008</b> .....	75
<b>3.1 Introdução</b> .....	75
<b>3.2 A evolução da força de trabalho</b> .....	79
<b>3.3 A dinâmica setorial da ocupação</b> .....	81
<b>3.4 A força de trabalho segundo posição na ocupação</b> .....	87
<b>3.5 A evolução da estrutura ocupacional</b> .....	94
<b>3.6 O comportamento dos rendimentos do trabalho</b> .....	108
<b>3.7 Conclusão</b> .....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	121
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	127
<b>ANEXOS ESTATÍSTICOS</b> .....	133
<b>Anexo Estatístico 1 – Quadro de classificação das regiões metropolitanas</b> .....	134
<b>Anexo Estatístico 2 – Tabelas de mercado de trabalho no Brasil</b> .....	138

## INTRODUÇÃO

O padrão de urbanização brasileiro proporcionou a formação de grandes metrópoles, principalmente na faixa litorânea, e de pequenos e médios espaços urbanos, nas diversas regiões. Esse processo ocorreu sem um elevado grau de primazia e concentração<sup>1</sup> e em um movimento de constante “fuga para frente”<sup>2</sup> das populações, em busca de novas áreas livres, e do dinheiro, em busca de novos lugares de valorização/especulação; mas, também foi marcado pela forte concentração das cidades, em termos regionais, especialmente na região Sudeste, e das atividades industriais mais dinâmicas e modernas, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo.

O processo de urbanização dá-se de maneira intensa entre os anos de 1950 e 1980, com forte migração do campo em direção, principalmente, às grandes áreas urbanas mais dinâmicas, o que se rebate sobre a formação do mercado de trabalho organizado brasileiro, que não absorve todo esse contingente populacional e cria um excedente de mão de obra “inutilizável”<sup>3</sup>. Associada a isso, observa-se a intensificação de vários problemas sociais, tais como a precariedade ou falta de acesso à habitação, à saúde e à educação, além de problemas no ordenamento territorial, na mobilidade urbana, especulação imobiliária e distribuição desigual da renda, entre outros, que se vão agravando, especialmente nas metrópoles. Isso aconteceu em um cenário de forte crescimento da atividade econômica e relativa mobilidade social.

Diante disso, Tavares (1999:455) conclui que “a heterogeneidade social [brasileira] explica-se sobretudo pela conquista do espaço interno de acumulação de capital, em condições de dominação que vão se alterando no tempo e nas formas de ocupação do território, mas que sempre confirmaram a tendência à concentração crescente de renda e da riqueza e à exploração brutal da mão-de-obra.”

A crise dos anos de 1980, com a perda da capacidade de gasto, investimento e planejamento do Estado brasileiro, e a adesão à ordem liberal dos anos de 1990, em conjunto, mudam a dinâmica econômica e de organização populacional do País. Observa-se uma relativa

---

<sup>1</sup>Faria (1983)

<sup>2</sup>Tavares (1999)

<sup>3</sup>Tavares (1981)

dispersão espacial das atividades produtivas e da população, em direção às cidades do interior, particularmente às médias, e às “novas” metrópoles. Esse novo cenário de estagnação econômica repercutiu fortemente sobre o mercado de trabalho com o significativo aumento do desemprego e de postos de trabalho informais, em um movimento nítido de desestruturação do mercado de trabalho organizado nacional, cujos maiores impactos ocorreram, sobretudo, nas antigas áreas metropolitanas. Isso resultou em forte exacerbação também das questões sociais.

O início dos anos 2000 representou uma virada em tal cenário. O País mostrou-se capaz de crescer de forma economicamente sustentada, em especial a partir de 2004, aliando estabilidade monetária com ampliação da geração de empregos e melhoria de renda e de condição de vida da população em geral.

Esse novo cenário brasileiro pode ser dividido em dois períodos: o primeiro, de 2000 a 2003-2004, de expressivo crescimento das exportações, como reflexo da desvalorização do Real, em 1999, e do cenário internacional favorável, com ampliação da demanda mundial por *commodities*. O incremento das exportações aparece como motor do crescimento econômico, no início dos anos 2000, proporcionando a geração de crescentes saldos comerciais, especialmente a partir de 2003.

O segundo período, que se estende de 2004 a 2008, configura uma junção de fatores, que permitiram ao Brasil retomar o crescimento sustentado da atividade econômica. Dentre os principais, podem-se destacar: aumento do crédito e do consumo interno, aumento do nível de emprego e de renda das famílias, manutenção do dinamismo das exportações e retomada do investimento produtivo e em infraestrutura econômica e social. Trata-se de período balizado pela manutenção dos estímulos externos e pela progressiva dinamização da atividade econômica interna, em um contexto de mudança do papel do Estado e de fortalecimento das políticas públicas – com destaque para as de transferência de renda e de valorização do salário mínimo.

Tendo como referência esse novo contexto econômico e social, realizou-se, nesta dissertação, um estudo detalhado do mercado de trabalho metropolitano brasileiro. A análise empreendida objetivou entender melhor como se dá essa nova dinâmica da atividade econômica sobre um espaço – o metropolitano –, que, brutalmente penalizado pela crise dos anos de 1980 e 1990, ainda demonstra ser extremamente importante para as dinâmicas econômicas e sociais

brasileiras. Com efeito, tais espaços, ao longo dos anos 2000, continuaram representando 36% da população total e mais de 50% do produto e do emprego formal brasileiro.

Assim, o objetivo desta dissertação é analisar, de forma pormenorizada, o comportamento da estrutura do emprego e renda dos mercados de trabalho metropolitano, nos anos 2000. Pretende-se examinar as principais tendências associadas aos espaços metropolitanos e não metropolitanos, nesse período, e, por fim, entender como o crescimento sustentado da atividade econômica, entre os anos de 2004 e 2008, repercutiu na melhora do mercado de trabalho e do rendimento do trabalho, nas “antigas metrópoles”, em comparação com o que ocorreu no “restante do País”.

O presente trabalho parte das hipóteses de que esse novo cenário de retomada da atividade econômica, inclusive da atividade industrial, a partir de 2004 – que promove a junção de um crescente dinamismo do mercado interno com a manutenção de um cenário externo favorável às exportações –, seria responsável pela reativação das estruturas produtivas e ocupacionais das metrópoles brasileiras; e de que o mercado de trabalho metropolitano, nesse período, se mantém como concentrador das mais variadas e melhores possibilidades de inserção ocupacional e de geração de renda.

O estudo compreende três partes. O Capítulo 1 realiza uma apreciação sobre a dinâmica da economia brasileira, entre 2000 e 2008, e caracteriza dois movimentos importantes para o entendimento do desenvolvimento favorável da atividade econômica, do mercado de trabalho e das questões sociais observadas no País, nesse período. O primeiro movimento (apresentado no item 1.1) refere-se à evolução macroeconômica nacional, com especial destaque para o crescimento sustentado da atividade econômica. O segundo movimento (analisado no item 1.2) pode ser assinalado pelo comportamento do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo pela forte queda da taxa de desemprego, pelo significativo aumento da geração de empregos formais e pela redução das desigualdades de renda do trabalho.

O Capítulo 2 faz uma contextualização dos espaços metropolitanos e não metropolitanos brasileiros, tentando identificar as principais trajetórias e heranças do processo de urbanização no País. Com isso, poder-se-á entender a dinâmica desses espaços, na primeira década do século XXI, quando se verifica a manutenção do avanço e da diversificação do processo de metropolização, no território nacional, embora em ritmo diferente do até então notado.

Esboça-se (no item 2.1) uma trajetória do processo de urbanização no Brasil, ressaltando sua intensificação, a partir de meados do século XX. Esse processo interage diretamente com o movimento de industrialização, que se acelera e muda de padrão, dos anos de 1950 em diante, ao mesmo tempo em que se observa intensa migração campo-cidade – resultante de uma “modernização conservadora” no meio rural – e se formam os grandes espaços urbanos metropolitanos. Ao longo da análise, destacam-se os principais fatores da formação dessas regiões metropolitanas e a dinâmica de constituição do mercado de trabalho organizado brasileiro.

Postas em relevo as principais transformações ocorridas nos espaços urbanos, no final do século XX, analisa-se (no item 2.2) a dinâmica populacional, produtiva e do emprego formal dos espaços metropolitanos e não metropolitanos brasileiros, no início dos anos 2000, mediante os dados do Censo Demográfico e do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para a abordagem de tais dinâmicas, fez-se necessária a identificação dos espaços metropolitanos e não metropolitanos a serem investigados. Recorrendo-se à “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil”, estudo realizado, em 2004, pelo Observatório das Metrôpoles, relacionaram-se 15 espaços metropolitanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Campinas, Manaus, Vitória, Goiânia, Belém, Florianópolis e a região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, em conjunto. Os espaços não metropolitanos foram identificados por exclusão e representam o restante do País.

Finalmente, o Capítulo 3 examina, de forma minudenciada, o impacto do novo padrão de crescimento da economia brasileira, entre 2004 e 2008, no comportamento do mercado de trabalho metropolitano nacional. Para essa análise das alterações na estrutura do emprego e da renda do trabalho dos mercados de trabalho metropolitano, optou-se pela utilização dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), o que limitou o estudo a apenas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) e à capital federal (Brasília), que passaram a ser classificadas como “antigas metrôpoles brasileiras”, tratadas em comparação com o “restante do País”. Para isso, foram selecionados os dados de ocupação e rendimento não agrícola.

Em seguida, busca-se avaliar as possíveis alterações do comportamento do mercado de trabalho, a partir de diversas perspectivas: a evolução da força de trabalho, a dinâmica setorial da ocupação, a posição na ocupação, a evolução e estrutura do perfil ocupacional e, por último, a dinâmica dos rendimentos do trabalho.

As Considerações Finais recapitulam os principais pontos levantados pelo estudo, ressaltando as principais questões referentes à retomada do crescimento da atividade econômica e aos seus impactos favoráveis no mercado de trabalho, em especial nas antigas regiões metropolitanas, no período de 2004 a 2008. No entanto, fica evidente o curto espaço de tempo desse processo e a necessidade de um período maior de manutenção do cenário econômico, político e social, para que se possa aferir a efetividade de um possível processo de reestruturação dos mercados metropolitanos de trabalho. Destacam-se também os limites da análise – voltada apenas ao emprego e à renda – para o entendimento geral da problemática metropolitana, muito embora se admita que a ausência dessa ampliação da ocupação e da renda poderia agravar ainda mais o conjunto dos problemas encontrados nas metrópoles.



## **CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO NO INÍCIO DOS ANOS 2000**

O Brasil vivenciou importantes transformações econômicas e sociais, na primeira década do século XXI. Ao analisar-se o período de 2000 a 2008, observam-se, inicialmente, dois momentos distintos: no primeiro (2000 a 2003-2004), houve um expressivo crescimento das exportações, como reflexo da desvalorização do Real, em 1999, e do cenário internacional favorável, fruto da expansão das economias asiáticas, em especial da chinesa, que passaram a demandar *commodities* do mundo como um todo. O incremento das exportações aparece como o principal fator do dinamismo econômico, no início dos anos 2000, e impulsiona a geração de crescentes saldos comerciais positivos, especialmente a partir de 2003.

A partir de 1999, implementou-se um novo regime cambial no Brasil – câmbio flutuante – associado a uma política de metas de inflação. A adoção desse regime consistia na determinação de metas de inflação para direcionar as expectativas e “conter” a possível volta do processo inflacionário. A política monetária restringia-se à determinação de uma taxa de juros básica, capaz de garantir um nível de inflação dentro dos limites estipulados pela meta. Já a política fiscal deveria pautar-se pela austeridade fiscal, com corte de gastos públicos – afetando diretamente a taxa de investimento público – e obtenção de sucessivos superávits primários. Criou-se, então, um modelo em que a taxa de incremento da economia brasileira se tornou uma consequência e não uma variável estratégica. De fato, esse modelo priorizou a estabilidade de preços, ao invés do crescimento do produto nacional.

No segundo período (entre 2004 e 2008), o aumento do consumo interno (financiado, em parte, pelo endividamento das famílias), o aumento das exportações (decorrente do movimento favorável do crescimento internacional), e a retomada dos investimentos produtivos e na infraestrutura permitiram ao Brasil manter uma expansão sustentada da atividade econômica.

Baltaret al., ao sintetizarem e apresentarem o quadro que compõe o cenário recente de crescimento econômico, afirmam que:

“... a entrada de capital no mercado financeiro doméstico e a captação de empréstimos externos por bancos e grandes empresas que operam no Brasil, nos bancos internacionais e no mercado financeiro internacional, favoreceram a articulação de empréstimos de longo prazo em moeda nacional. A inflação diminuiu, contando com os impactos positivos da valorização da moeda nacional sobre os preços praticados no mercado interno. O crescimento do PIB foi reforçado pelo consumo e investimento, favorecidos pelo crescimento do emprego e da renda e pela ampliação das possibilidades de compra a prazo” (BALTAR et al., 2009: 2 e 3).

O crescimento do PIB, entre 2004 e meados de 2008, foi puxado, no primeiro momento, por uma forte expansão das exportações, que provocou também um crescente superávit na balança comercial e na conta corrente do balanço de pagamentos do País. Posteriormente, a aceleração do produto decorreu do incremento nos investimentos e no crédito, concedido tanto às empresas, quanto ao consumo das famílias, também beneficiadas pelo alargamento do emprego e da renda, pelas políticas públicas de transferência de renda e pelo reajuste real significativo do salário mínimo.

Nesse cenário, os sucessivos superávits comerciais foram, indubitavelmente, importantes para a recuperação do crescimento econômico brasileiro, a partir de 2005. Contudo, percebe-se uma tendência paradoxal nessa relação: à medida que a balança comercial positiva contribui para o crescimento da renda nacional e do próprio produto, o maior nível de renda e a expansão do produto ampliam a demanda por importações, o que reduz o superávit do comércio externo, a partir de 2007. Associadas a isso, destacam-se a desvalorização do dólar e a consequente sobrevalorização do Real, fatores determinantes do aumento dos déficits na conta de serviços e de renda financeira. Como resultado, tornou-se decrescente o superávit das transações correntes, até que seu saldo passou a apresentar situação deficitária, o que coincidiu com a desaceleração do crescimento das exportações, fato observado no contexto da crise econômica internacional iniciada no final de 2008.

Em termos de políticas macroeconômicas, nesse segundo período, destacam-se: a manutenção da política de câmbio flutuante, associada a um regime de metas de inflação; uma política monetária restritiva, que sempre esteve preocupada com a estabilidade de preços, utilizando a taxa de juros, como principal instrumento para manter a inflação baixa; e uma política fiscal, que, a partir de 2005, diante da consolidação do cenário de crescimento econômico, tornou-se mais agressiva, com incremento das despesas com pessoal e encargos

sociais, em relação ao PIB, forte expansão e consolidação de programas sociais de transferência de renda, além dos sucessivos aumentos reais do salário mínimo e do piso dos benefícios previdenciários. Somados a isso, ganhos reais oriundos dos reajustes salariais das negociações coletivas contribuíram para melhora do rendimento médio das famílias. Ademais, a ampliação dos investimentos públicos produtivos e em infraestrutura social, econômica e urbana – principalmente a partir de 2006, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – também atuou como elemento importante para a sustentação do crescimento do produto.

Em síntese, como ressaltam Barbosa e Souza (2010: 1), o “Brasil iniciou uma nova fase de desenvolvimento econômico e social, em que se combinam crescimento econômico com redução nas desigualdades sociais”.

Vários reflexos desse período podem ser observados no mercado de trabalho nacional. Leone & Baltar (2007) atentam para dois fatores preponderantes para a compreensão do comportamento desse mercado, nos últimos anos. O primeiro corresponde ao fato de o aumento da População Economicamente Ativa (PEA) superar o dinamismo econômico, resultando em uma melhora relativamente mais lenta dos indicadores do mercado de trabalho em face ao crescimento do produto. O segundo fator reside na maior participação das mulheres na atividade econômica, fenômeno que vem sendo observado com mais intensidade, desde a década de 1990. Essa crescente inserção das mulheres é o principal elemento determinante do aumento da PEA.

Observam-se várias transformações no mercado de trabalho brasileiro, no período de 2004 até o terceiro trimestre de 2008, merecendo destaque: o crescimento do número de pessoas ocupadas; a significativa expansão do emprego formal; o aumento generalizado das ocupações, em todos os setores da economia, principalmente na indústria de transformação e construção civil, no comércio e nos serviços; a recuperação do poder de compra da renda média do trabalho; e o elevado crescimento da massa total de rendimentos do trabalho entre 2005 e 2008.

Identificadas tais macrotendências, analisar-se-ão, neste capítulo, as transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil, no período de 2000 a 2008, a partir da caracterização dos movimentos da macroeconomia e do mercado de trabalho.

## **1.1 A evolução macroeconômica brasileira nos anos 2000**

A década de 1980 foi marcada por forte restrição externa de crédito internacional para os países latino-americanos, obrigando o Brasil a realizar um grande esforço exportador, na busca por divisas que fariam frente aos serviços da dívida externa. Tal cenário se reverte na década de 1990. De fato, o grande marco dos anos de 1990 foi o controle da inflação por políticas que se utilizaram da abertura comercial, para aumentar a oferta de bens no mercado doméstico brasileiro, ao mesmo tempo em que uma âncora cambial (câmbio fixo) mantinha o câmbio apreciado, favorecendo o poder de compra e minimizando os efeitos da demanda sobre a inflação. Além disso, foram implementadas políticas recessivas (taxas de juros elevadas), para desaquecer o mercado interno e controlar os preços.

Mas, para realizar o objetivo de erradicar a inflação – que, no final dessa década, já ameaçava retornar –, o País pagou um preço bastante elevado. Devido à fragilidade do setor produtivo nacional frente à concorrência externa, vários segmentos locais entraram em declínio ou mesmo desapareceram, desestruturando várias cadeias produtivas. Tal fato, aliado ao ajuste a que as empresas foram submetidas, para enfrentar os novos concorrentes, sacrificou grande quantidade de postos de trabalho, além da receita tributária do País. Conseqüentemente, afetou também o poder de investimento público, ausente desde a década de 1980. A política de juros elevados – associada ao câmbio sobrevalorizado –, embora eficiente no combate à inflação, pelo fato de conter a demanda, contribuiu para o desaquecimento do mercado, inibindo substancialmente os investimentos e o crescimento econômico. Ademais, proporcionou a atração de capitais externos especulativos e extremamente voláteis, que passaram a representar “papel importante” para a economia nacional, muito embora tenha feito o País dependente da "armadilha dos juros altos", devido à grande abertura financeira e à vulnerabilidade instalada no balanço de pagamentos, cuja conta corrente apresentava déficits significativos. Observa-se, como reflexo dessas duas décadas de baixo crescimento econômico, a forte ampliação do desemprego e o agravamento da questão social, no Brasil.

Após a crise cambial de 1999, os anos 2000 iniciam-se com forte desvalorização da moeda nacional e em meio a um contexto internacional de crescimento da demanda externa. Em

contraposição ao baixo dinamismo da atividade econômica, verificado ao longo dos anos de 1980 e 1990, o Brasil começa a nova década com uma taxa de crescimento expressiva (Tabela 1.1), devido ao forte aumento das exportações.

**Tabela 1.1 - Indicadores Macroeconômicos. Brasil, 2000-2008**

Ano	Crescimento do PIB (%)	Variação do deflator implícito do PIB (%)	PIB nominal (R\$ milhões)	IGP [dez./dez. (%)]	Taxa de câmbio média (US\$)	PIB (US\$)	Carga tributária (% do PIB)	Crescimento do PIB mundial (%)	Crescimento do PIB na América Latina (%)
2000	4,3	6,2	1.179.482	9,8	1,83	644.452	30,4	4,8	3,9
2001	1,3	9,0	1.302.136	10,4	2,35	553.998	31,9	2,3	0,4
2002	2,7	10,6	1.477.822	26,4	2,92	505.904	32,3	2,9	-0,4
2003	1,1	13,7	1.699.948	7,7	3,08	552.239	31,9	3,6	2,2
2004	5,7	8,0	1.941.498	12,1	2,93	663.552	32,8	4,9	6,1
2005	3,2	7,2	2.147.239	1,2	2,44	881.754	33,8	4,5	5,0
2006	4,0	6,1	2.369.484	3,8	2,18	1.088.855	34,1	5,1	5,8
2007	6,1	5,9	2.661.344	7,9	1,95	1.366.295	34,7	5,2	5,8
2008	5,1	7,4	3.004.881	9,1	1,83	1.637.924		3,0	4,2

Fonte: Ipea/Dimac.

Na verdade, reconhece-se a expansão das exportações como o principal fator indutor da recuperação do crescimento econômico logo no começo da década, principalmente entre 2000 e 2004. O contexto internacional favorável – com aumento do PIB mundial, ampliação da demanda internacional de bens e serviços e crescimento de investimentos externos, entre eles os investimento produtivos – e o cenário interno de desvalorização cambial são os principais elementos de impulso desse forte crescimento das exportações no início da década.

Entre 2000 e 2003, caracterizado como o primeiro momento dessa nova dinâmica da economia nacional, o Brasil apresentou crescimento do produto abaixo do mundial, embora acima do observado nos países latino-americanos. Assumiu, assim, posição de destaque entre esses países.

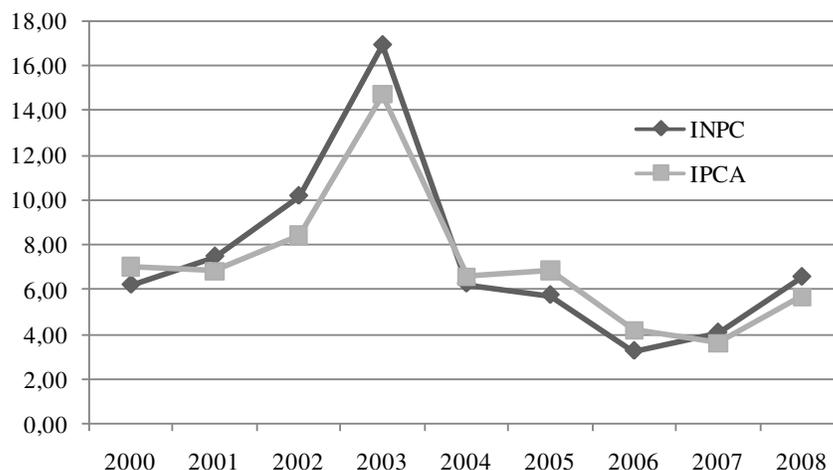
A partir de 2004, presenciou-se maior dinamismo da atividade econômica nacional. A manutenção do aumento das exportações, a expansão do crédito e a ação do Estado – mediante a retomada dos investimentos produtivos (com destaque para os da Petrobrás) e de infraestrutura, a implementação da política de valorização do salário mínimo e a ampliação e consolidação das políticas sociais, sobretudo das de transferência de renda – constituíram os principais elementos do que se pode chamar de novo padrão de crescimento sustentado e orientado para o mercado interno.

Entre 2004 e 2008, a economia brasileira apresentou taxas médias de crescimento acima das observadas para o PIB mundial, conquanto abaixo das verificadas nos países latino-americanos. Entretanto, é necessário ressaltar que, apesar desse crescimento menor, o País não perdeu sua posição de destaque, ante esses países; muito pelo contrário. A mudança de postura do Ministério das Relações Exteriores, em relação a esses países, esteve associada à política mais efetiva de integração latino-americana, defendida pelo governo. Ela se mostrou fundamental para a colocação do Brasil como um dos principais atores da América Latina, na geopolítica dos anos 2000, ao mesmo tempo em que suas trocas comerciais com os demais países do continente se ampliaram.

Em relação à taxa de câmbio, observa-se, até 2003, um movimento de desvalorização cambial, que contribuiu para a expansão das exportações e seu consequente estímulo ao crescimento do PIB brasileiro. Todavia, a partir de 2004, verifica-se uma valorização da moeda nacional, que, embora não afete o incremento das exportações, propicia, de forma implícita, o fortalecimento de outras variáveis na determinação do produto, além de atuar como um dos principais fatores do dinamismo das importações.

A busca pela “manutenção” da estabilidade de preços é, sem dúvida, outra marca da primeira década do século XXI (Gráfico 1.1). A inflação, medida pelo INPC e IPCA, entre 2000 e 2002, apresenta certa tendência de crescimento, oscilando entre os 6% e 10% ao ano. A partir de 2004, ocorre uma queda das suas taxas médias, variando entre cerca de 3% e 6% ao ano, próximas às “bandas” estabelecidas pelas metas de inflação, determinadas pelo Governo Federal.

**Gráfico 1.1 - Taxas médias anuais de inflação. Brasil, 2000-2008**



Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais. Elaboração: Ipea/Dimac.

Paralelamente à redução dos níveis de preços, houve uma queda das taxas básicas de juros, fundamental para a ampliação do crédito, sobretudo para consumo, e do investimento. Esse movimento começa a ocorrer a partir de 2004, após o ajuste fiscal realizado pelo Governo Federal em 2003, no momento em que a economia modifica o seu padrão de crescimento.

Quanto à análise do PIB, sob a ótica da demanda, fica nítido o importante papel desempenhado pelos gastos das famílias, ao longo do início da década, além dos gastos do governo, que mantiveram estável sua participação, no período (Tabela 1.2). É necessário ressaltar também o comportamento da formação bruta de capital fixo que aumentou significativamente seu peso em relação ao PIB, principalmente a partir de 2006.

Nessa tabela, é possível observar os dois momentos vividos pela economia brasileira, entre 2000 e 2008. Inicialmente, destacam-se as altas taxas de crescimento das exportações e seu consequente aumento de participação no PIB, mostrando-se fundamental para o crescimento do produto nacional até 2004, quando se verifica uma redução de seu peso. No segundo momento (de 2004 a meados de 2008), as exportações abrem espaço para o crescimento do consumo e da formação de capital fixo, que assumem o papel principal de elemento dinamizador.

Evidencia-se que o crescimento ocorrido entre 2004 e 2008 foi puxado, no primeiro momento, pela manutenção do dinamismo das exportações o que provocou também um crescente superávit na balança comercial e na conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro. Depois,

o crescimento do produto foi alavancado pela expansão dos investimentos e do crédito, tanto às empresas quanto ao consumo das famílias, também beneficiadas pelo crescimento do emprego e da renda, pelo impacto das políticas sociais e pela elevação consistente do valor real do salário mínimo.

A partir de 2004, a expansão do produto não foi acompanhada pelo crescimento do investimento produtivo, em especial da formação bruta de capital fixo. Nesse instante, a elevação da produção se dá pela utilização da capacidade ociosa existente na economia nacional. Contudo, desde 2006, observa-se uma importante tendência de retomada do investimento em formação bruta de capital fixo, inclusive na indústria.

**Tabela 1.2 - PIB sob a ótica da demanda. Brasil, 2000-2008**

Ano	Consumo			Formação Bruta de Capital			Exportação	Importação (-)	PIB a preços de mercado
	Total	Famílias <sup>1</sup>	Governo	Total	Fixo	Variação de estoques			
<b>% do PIB</b>									
2000	82,15	62,98	19,17	18,25	16,80	1,45	9,98	11,74	100
2001	82,03	62,22	19,82	18,03	17,03	1,00	12,18	13,50	100
2002	80,90	60,32	20,57	16,20	16,39	-0,19	14,10	12,58	100
2003	80,04	60,65	19,39	15,77	15,28	0,49	14,99	12,08	100
2004	77,69	58,47	19,23	17,12	16,10	1,02	16,43	12,55	100
2005	78,83	58,92	19,91	16,21	15,94	0,27	15,13	11,52	100
2006	78,95	58,92	20,04	16,76	16,43	0,32	14,37	11,47	100
2007	78,96	58,71	20,26	18,33	17,44	0,89	13,36	11,85	100
2008	79,89	60,32	19,58	19,91	18,67	1,25	13,79	13,59	100
<b>Taxa de Crescimento Anual (% a.a.)</b>									
2000	3,03	3,93	-0,15	10,28	5,03	124,52	12,86	10,80	4,31
2001	1,16	0,67	2,74	-2,61	0,44	-37,89	10,05	1,51	1,31
2002	2,60	1,82	4,75	-11,11	-5,23	-111,60	7,42	-11,82	2,66
2003	-0,29	-0,65	1,15	-1,73	-4,59	-248,10	10,40	-1,62	1,15
2004	3,88	3,81	4,09	11,84	9,12	96,11	15,29	13,30	5,71
2005	3,94	4,52	2,30	-2,47	3,63	-98,60	9,33	8,47	3,16
2006	4,55	5,28	2,58	10,33	9,77	43,28	5,04	18,45	3,96
2007	5,84	6,27	5,13	16,66	13,85	158,79	6,20	19,88	6,09
2008	5,67	7,05	1,58	15,32	13,36	53,91	-0,64	17,96	5,14

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Elaboração: Ipea/Dimac.

<sup>1</sup> inclui consumo das ISFLSF (Instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias)

O comportamento do PIB, sob a ótica da oferta, demonstra relativa estabilidade dos diversos setores de atividade econômica, na composição do produto, entre 2000 e 2008 (Tabela 1.3). A agropecuária, por exemplo, mostrou um crescimento importante, ao longo de toda a série. A partir de 2001, verifica-se uma aceleração das taxas de crescimento do produto da agropecuária. Entre 2004 e 2005, nota-se certa retração, com perda de participação e baixo crescimento do produto do setor. De 2006 em diante, ocorre uma retomada do crescimento do

setor agrícola e pecuário, que retorna à participação no produto nacional, observada no início da década. Esse setor vem testemunhando um significativo crescimento, devido à expansão do agronegócio, com a produção de soja e a pecuária de corte para exportação. Merece destaque, também, a ampliação da agricultura familiar que, a partir de 2003, vem sendo beneficiada por diversos programas governamentais, entre eles o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – programa de crédito rural, significativamente ampliado –, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a compra de produtos para a merenda escolar.

A indústria demonstrou forte crescimento do produto, em 2000. Depois recuou e voltou a crescer de forma “mais sustentada”, desde 2002. Sobressai a taxa média de crescimento de quase 8%, em 2004, ano do cume atingido pelo setor. Vários segmentos industriais são responsáveis pelo dinamismo verificado ao longo da década.

A indústria extrativa, que elevou constantemente sua participação no produto nacional, sobressai com taxas positivas de crescimento do produto, ao longo dos dois momentos, aqui analisados. No primeiro período, o crescimento do setor esteve fortemente ligado à valorização das *commodities* e à grande demanda dos países asiáticos, em especial da China, que foram decisivos para a retomada da atividade econômica brasileira, ligada a esse movimento de expansão das exportações.

No segundo momento, iniciado em 2004, além da contínua demanda externa de *commodities*, ressalta-se o aquecimento interno da construção civil, fruto da ampliação do crédito e da renda das famílias e da retomada pelo Estado, do investimento na infraestrutura econômica, social e urbana, em particular mediante o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Surgem, assim, novos fatores importantes para impulsionar o dinamismo do setor extrativo mineral. Confirma-se, assim, desde 2004, a retomada da importância da construção civil, que demonstrou ser um dos principais setores responsáveis pelo crescimento da atividade econômica e do emprego, nesse novo momento vivido pelo País.

A indústria de transformação experimentou aumento de participação, no PIB nacional, no início da década, mas, a partir de 2005, registrou perda de peso relativo, devido ao crescimento de outros segmentos industriais. Apesar da oscilação das taxas de crescimento do produto da indústria, como será comprovado adiante, a atividade de transformação industrial também foi muito importante na geração de empregos e na dinâmica da atividade econômica nacional.

Verifica-se isso especialmente entre 2007 e 2008, quando o crescimento dessa indústria vem acompanhado do aumento da capacidade produtiva, com a significativa ampliação dos investimentos em formação bruta de capital fixo, como já ressaltado<sup>4</sup>.

O setor de serviços, um dos principais da economia brasileira, representando cerca de 2/3 do produto nacional, perdeu participação no PIB, até 2004, quando passou a se recuperar, registrando, nesse ano, a taxa de crescimento de 5%. Sem dúvida, a reativação de tal setor se consolida, a partir do momento em que o mercado interno se revela como o principal elemento dinamizador do crescimento econômico do País. Desde 2004, todos os subsetores do terciário nacional, do comércio à administração pública, têm variado positivamente.

**Tabela 1.3 - PIB sob a ótica da oferta. Brasil, 2000-2008**

Ano	Agropecuária	Indústria					Serviços	PIB a Preços básicos
		Ext. mineral	Transformação	Construção	Siup	Total		
<b>% do PIB</b>								
2000	5,60	1,59	17,22	5,52	3,40	27,73	66,67	100
2001	5,97	1,47	17,13	5,32	3,00	26,92	67,10	100
2002	6,62	1,60	16,85	5,28	3,32	27,05	66,33	100
2003	7,39	1,72	18,02	4,69	3,42	27,85	64,77	100
2004	6,91	1,92	19,22	5,09	3,88	30,11	62,97	100
2005	5,71	2,46	18,09	4,90	3,82	29,27	65,02	100
2006	5,48	2,89	17,37	4,73	3,76	28,75	65,76	100
2007	5,56	2,35	17,03	4,86	3,58	27,81	66,63	100
2008	5,92	3,23	15,64	5,02	3,46	27,34	66,74	100
<b>Taxa de Crescimento Anual (% a.a.)</b>								
2000	2,72	9,09	5,69	1,99	4,16	4,83	3,58	3,86
2001	6,06	2,22	0,70	-2,08	-6,22	-0,62	1,90	1,44
2002	6,58	11,58	2,44	-2,16	2,86	2,08	3,21	3,11
2003	5,81	4,68	1,85	-3,28	3,95	1,28	0,76	1,24
2004	2,32	4,29	8,47	6,58	8,44	7,89	5,00	5,61
2005	0,30	9,32	1,25	1,78	3,04	2,08	3,68	2,96
2006	4,80	4,40	0,97	4,68	3,51	2,21	4,24	3,68
2007	4,84	3,65	5,60	4,88	5,44	5,27	6,14	5,82
2008	5,68	4,93	3,21	8,23	4,79	4,44	4,82	4,76

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Elaboração: Ipea/Dimac.

Retornando à questão do crescimento industrial, a análise da taxa de variação dos indicadores conjunturais do setor revela que, só a partir de 2004, ocorre um crescimento

<sup>4</sup>Para uma análise detalhada da evolução do emprego formal na indústria brasileira desse período, ver Trovão (2010).

generalizado (Tabela 1.4). A indústria ganha força com a retomada da atividade econômica nacional mais voltada para o mercado interno. Na dinâmica setorial, destaca-se a forte expansão da atividade dos segmentos produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital, especialmente entre 2007 e 2008.

**Tabela 1.4 - Taxa de crescimento dos indicadores conjunturais da indústria (% a.a.). Brasil, 2000-2008**

Ano	Indústria geral	Indústria de transformação	Extrativa mineral	Bens de capital	Bens intermedíarios	Bens de consumo (total)	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo não-duráveis
2000	6,64	6,06	11,77	13,07	6,82	3,51	20,80	-0,44
2001	1,58	1,36	3,42	13,47	-0,14	1,16	-0,60	1,65
2002	2,73	0,53	18,96	-5,80	4,20	1,55	4,73	1,12
2003	0,05	-0,19	4,72	2,17	2,03	-2,67	2,97	-3,86
2004	8,30	8,53	4,29	19,70	7,38	7,33	21,84	4,03
2005	3,09	2,72	10,19	3,57	0,95	6,00	11,42	4,56
2006	2,82	2,57	7,35	5,75	2,06	3,34	5,77	2,66
2007	6,02	6,03	5,87	19,49	4,85	4,65	9,08	3,36
2008	3,10	3,06	3,79	14,30	1,54	1,93	3,78	1,35

Fonte: IBGE. Elaboração Ipea/Dimac.

Outro elemento importante para o dinamismo da economia brasileira, a partir de 2004, foi a retomada do crédito bancário (Tabela 1.5). Observa-se, desde 2003, um crescimento contínuo da participação dos saldos em operações de crédito, no produto nacional, passando de 22%, em 2002, para 40% do PIB, em 2008.

Primeiramente, merece destaque o forte crescimento do crédito “livre”: verifica-se maior expansão do crédito para pessoas físicas, embora, a partir de 2006, se observe também o forte crescimento do crédito para pessoas jurídicas. Entre as pessoas físicas, a principal inovação financeira, responsável pelo “pontapé” mais significativo da demanda por crédito, foi a implementação e difusão do crédito consignado. Como ressaltam Barbosa e Souza: “apesar das taxas de juro real cobradas no crédito consignado, o crescimento dos salários reais e a grande demanda reprimida por crédito por parte das famílias brasileiras acabariam resultando em um crescimento acelerado de tais operações a partir de 2004” (BARBOSA e SOUZA, 2010: 7).

Por fim, evidencia-se o crescimento, em menor ritmo, do crédito direcionado, com destaque para a forte expansão dos saldos em operações de crédito rural (reflexo do Plano Safra) que, em 2008, já representavam R\$ 78 bilhões; do crédito habitacional, que passou de R\$ 34,5, bilhões em 2004 para R\$ 59,7 bilhões, em 2008; e do crédito concedido pelo Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), “cujos desembolsos atingiram R\$ 90,8 bilhões, em 2008” (BARBOSA e SOUZA, 2010: 19).

Em relação ao BNDES, Sant’anna et al. (2009) evidenciam a importância desse banco de fomento ao investimento privado e fonte balizadora do crédito nacional:

“nos momentos em que o mercado se contrai, como no período 2001-2003, o Banco amplia sua participação relativa ao garantir acesso ao crédito às empresas em momentos de liquidez escassa. Entretanto, quando o mercado de crédito se expande, o BNDES vê a sua participação se reduzir [em 2004], deixando a cargo do setor privado o atendimento da demanda por crédito em expansão” (SANT’ANNA ET al., 2009: 165).

Finalmente, importa realçar ainda o papel anticíclico e estabilizador, desempenhado pelo BNDES, durante a crise financeira internacional que atingiu o Brasil no final de 2008.

**Tabela 1.5 - Crédito Bancário. Brasil, 2000-2008**

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Saldo das Operações (Em R\$ milhões)</b>									
Recursos Livres	188.142	220.887	240.209	255.642	317.917	403.707	498.331	660.810	871.178
Pessoas Físicas	66.379	82.652	90.464	101.004	138.562	190.731	237.968	317.561	394.287
Pessoas Jurídicas	121.763	138.235	149.745	154.638	179.355	212.976	260.363	343.250	476.890
Recursos Direcionados	138.684	115.490	144.187	162.617	180.805	203.316	234.258	275.162	356.117
BNDES	61.750	70.562	93.430	100.182	110.013	124.100	138.984	159.974	209.259
Habitação	52.858	22.038	22.605	23.673	24.694	28.125	34.479	43.583	59.714
Rural	20.872	19.705	24.854	34.576	40.712	45.113	54.376	64.270	78.304
Demais	3.204	3.185	3.298	4.186	5.386	5.978	6.419	7.335	8.840
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>326.826</b>	<b>336.377</b>	<b>384.396</b>	<b>418.259</b>	<b>498.722</b>	<b>607.023</b>	<b>732.589</b>	<b>935.972</b>	<b>1.227.295</b>
<b>Saldo das Operações (% do PIB)</b>									
Recursos Livres	15,2	16,2	13,8	14,7	15,6	18,7	20,9	23,6	29,0
Pessoas Físicas	5,4	6,1	5,2	5,8	6,8	8,8	10,0	11,3	13,1
Pessoas Jurídicas	9,8	10,1	8,6	8,9	8,8	9,9	10,9	12,2	15,9
Recursos Direcionados	11,2	8,5	8,3	9,3	8,9	9,4	9,8	9,8	11,9
BNDES	5,0	5,2	5,4	5,7	5,4	5,8	5,8	5,7	7,0
Habitação	4,3	1,6	1,3	1,4	1,2	1,3	1,4	1,6	2,0
Rural	1,7	1,4	1,4	2,0	2,0	2,1	2,3	2,3	2,6
Demais	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>26,4</b>	<b>24,7</b>	<b>22,0</b>	<b>24,0</b>	<b>24,5</b>	<b>28,1</b>	<b>30,7</b>	<b>33,4</b>	<b>40,8</b>

Fonte: Banco Central. Elaboração: MF/SPE

Segundo Gonçalves (2010), o período de 2003 a 2008 configura-se por uma economia mundial que cresce à taxa média anual de 4,2%, e por exportações mundiais de bens e serviços,

que se expandem a 7,6% a.a. No longo prazo, acreditava-se que essa conjuntura econômica internacional, muito favorável, se mostraria significativamente relevante para o desenvolvimento brasileiro. Para o autor, esse elemento garantiu o bom desempenho da economia nacional, no período.

No âmbito das escolhas quanto ao rumo do desenvolvimento nacional, algumas estratégias e políticas governamentais – de inserção internacional, de diversificação de parceiros comerciais e de ajuste, diante da conjuntura mundial – aparecem como fundamentais, para aproveitar os benefícios do contexto internacional. Além disso, tais decisões atenuaram os impactos negativos da forte queda dos fluxos comerciais mundiais, no momento agudo da crise de 2008/2009, no País.

Um dos principais indicadores do bom momento vivido pelo Brasil, no período aqui analisado, está circunscrito nos rumos tomados pelo Balanço de Pagamentos (BP). Até 2005, as exportações brasileiras proporcionaram a reversão do déficit do BP, alcançando US\$ 13 bilhões, nesse ano (Tabela 1.6).

De 2006 em diante, o crescimento das importações, em ritmo mais acelerado do que o das exportações, ocasionou uma queda expressiva do saldo do BP. Esse movimento foi agravado pela crise econômica e financeira internacional, que eclodiu no final de 2008, prejudicando muito as contas do BP brasileiro.

Essa crise internacional proporcionou uma queda brutal de mais de US\$ 57 bilhões em investimentos em carteira e derivativos, afetando o BP nacional. Ademais, a diminuição das exportações nacionais e a não diminuição do ritmo de crescimento das importações também foram responsáveis pela queda acentuada do saldo no BP, entre 2007 e 2008. Na conta de serviços e rendas, os aumentos dos déficits, nas cifras de lucros e dividendos e nos serviços de fretes e viagens, também contribuíram para essa queda.

**Tabela 1.6 - Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões). Brasil, 2000-2008**

<b>Contas do Balanço de Pagamentos</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Transações Correntes (TC)</b>	-24.225	-23.215	-7.637	4.177	11.679	13.985	13.643	1.551	-28.192
Balança comercial (fob)	-698	2.650	13.121	24.794	33.641	44.703	46.457	40.032	24.836
Exportação de bens	55.086	58.223	60.362	73.084	96.475	118.308	137.807	160.649	197.942
Importação de bens	55.783	55.572	47.240	48.290	62.835	73.606	91.351	120.617	173.107
Serviços e rendas (líquido)	-25.048	-27.503	-23.148	-23.483	-25.198	-34.276	-37.120	-42.510	-57.252
Serviços (fretes, viagens, etc.)	-7.162	-7.759	-4.957	-4.931	-4.678	-8.309	-9.640	-13.219	-16.690
Juros	-14.649	-14.877	-13.130	-13.020	-13.364	-13.496	-11.289	-7.305	-7.232
Lucros e dividendos	-3.316	-4.961	-5.162	-5.640	-7.338	-12.686	-16.369	-22.435	-33.875
Outras rendas	79	95	102	109	181	214	177	448	545
Transferências unilaterais	1.521	1.638	2.390	2.867	3.236	3.558	4.306	4.029	4.224
<b>Conta Capital e Financeira (CCF)</b>	19.326	27.052	8.004	5.111	-7.523	-9.464	16.299	89.086	29.352
Conta Capital	273	-36	433	498	372	663	869	756	1.055
Investimento Direto	30.498	24.715	14.108	9.894	8.339	12.550	-9.380	27.518	24.601
Investimento em carteira, derivativos e outros	-11.444	2.373	-6.537	-5.281	-16.234	-22.676	24.810	60.811	3.695
<b>Erros e Omissões</b>	2.637	-531	-66	-793	-1.912	-201	628	-3.152	1.809
<b>Resultado do Balanço</b>	-2.262	3.307	302	8.496	2.244	4.319	30.569	87.484	2.969

Fonte: Bacen. Elaboração: Ipea/Dimac.

A dívida externa do setor público, em relação ao PIB, apresentou dois momentos distintos: ampliou-se até 2003 e caiu, a partir de 2004. Esse movimento acompanhou a evolução da dívida do Governo Federal e do Banco Central, que, por apresentar o maior peso relativo, determinou os rumos da dívida pública externa brasileira. No que se refere, porém, à dívida interna do setor público, observa-se uma expansão elevada, durante todo o período, passando de 36% do PIB, no ano 2000, para cerca de 50%, em 2008 (Tabela 1.7).

Os movimentos contraditórios dos dois tipos de dívida pública repercutiram em um movimento de queda da dívida líquida do setor público, porquanto o efeito dessa queda derivou da mudança da posição brasileira: de devedor internacional, até 2005, para credor, após 2006. Em síntese, a diminuição da dívida e a ampliação dos créditos internacionais garantiram uma situação mais confortável para o Governo Federal. Tal situação, abriu as portas para que decisões estratégicas fossem tomadas, no sentido de direcionar o crescimento econômico, possibilitando a adoção de políticas de fomento ao desenvolvimento nacional, em um ambiente menos instável, do ponto de vista da dívida do Estado.

**Tabela 1.7 - Dívida líquida do setor público (% do PIB). Brasil, 2000-2008**

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida Líquida Total	45,5	49,9	51,3	53,5	48,2	48,0	45,9	43,9	38,8
Dívida Externa	9,0	9,4	13,6	11,2	7,7	3,3	-1,1	-7,2	-11,1
Gov. Central + Bacen	6,9	7,6	11,3	9,2	6,1	2,2	-1,9	-7,8	-12,0
Estados e Municípios	0,9	1,0	1,2	1,1	0,9	0,7	0,6	0,5	0,6
Empresas Estatais	1,2	0,9	1,1	0,9	0,7	0,4	0,3	0,2	0,3
Dívida Interna	36,5	40,4	37,7	42,4	40,5	44,7	46,9	51,1	49,9
Gov. Central + Bacen	21,6	22,6	20,8	24,0	23,4	28,6	32,3	37,7	36,5
Estados e Municípios	14,1	15,9	15,6	17,1	16,3	15,5	14,4	13,2	13,3
Empresas Estatais	0,81	1,93	1,35	1,31	0,8	0,57	0,25	0,18	0,03

Fonte: Bacen. Elaboração: Ipea/Dimac.

As consequências desse novo ritmo de crescimento do PIB brasileiro, entre 2004 e 2008, extrapolam os resultados econômicos e podem ser observadas na esfera social. A incorporação de milhões de pessoas ao mercado de trabalho, o crescimento da renda das famílias e a diminuição das desigualdades sociais fazem parte não só de um novo padrão de crescimento, mas também de uma nova forma de concepção do papel do Estado. Este passou a atuar mais ativamente por meio de diversas políticas econômico-sociais – como a valorização real do salário mínimo, o programa Bolsa Família e o PRONAF –, garantindo à sociedade brasileira uma parcela dos ganhos econômicos desse período.

## 1.2 O comportamento do mercado de trabalho nacional entre 2004 e 2008

No início dos anos 2000, o Brasil foi capaz de manter um crescimento sustentado do produto, especialmente a partir de 2004, com estabilidade monetária e ampliação dos investimentos. Essa dinâmica propiciou uma expansão significativa do volume de emprego e avanços nos indicadores e na situação do mercado de trabalho nacional, além de apresentar uma inegável melhoria nas condições de vida da sociedade.

Esse novo ciclo de crescimento econômico, impulsionado, a princípio, pelas exportações e, logo em seguida, pela expansão do consumo e do investimento, repercutiu, desde 2004, em forte crescimento do número de pessoas ocupadas, principalmente daquelas com algum tipo de rendimento. A Tabela 1.8 mostra, em um primeiro momento, alta elasticidade renda, na geração

de novas ocupações que, com o tempo, se vai reduzindo. No período de 2004 a 2008, o crescimento médio do PIB alcançou 4,8% ao ano e o das ocupações, 2,3% a.a.

**Tabela 1.8 - Ocupação, PIB e Elasticidade Ocupação/PIB Brasil, 2004-2008**

<b>Período</b>	<b>Ocupação (variação anual)</b>	<b>PIB (variação anual)</b>	<b>Elasticidade Ocupação / PIB</b>
2004-2005	2,9	3,2	0,91
2005-2006	2,2	4,0	0,55
2006-2007	1,3	6,1	0,22
2007-2008	2,8	5,1	0,54
2004-2008	2,3	4,8	0,47

Fonte: IBGE - PNAD (2004 a 2008). Elaboração Própria

Como ressaltam Baltar et al.:

“Nota-se que esta elasticidade renda do emprego não é muito mais baixa do que a verificada na década de 1970 (antes da crise da dívida externa), quando o PIB crescia a 7% a.a. e a ocupação das pessoas cerca de 3% a.a., indicando uma elasticidade média de aproximadamente 0,40. A diferença entre as duas trajetórias de crescimento, no que diz respeito à geração de oportunidade para ocupar as pessoas, não está tanto na relação entre as intensidades de expansão do PIB e do emprego, mas no próprio ritmo de crescimento da economia, muito menor nesse período” (BALTAR et al., 2009: 4).

A população em idade ativa (pessoas com mais de 10 anos – PIA) e a população economicamente ativa (PEA) crescem à taxa média de 1,8% a.a., entre 2004 e 2008. O significativo crescimento de 2,3% da população ocupada (PO) é consequência do crescimento do PIB, mas também da maior aplicação das leis de regulação da atividade econômica e do trabalho (sobretudo para aqueles com carteira de trabalho assinada), por parte dos órgãos governamentais responsáveis. Essa ampliação da ocupação representou uma melhora no perfil de absorção da PEA, em todas as faixas de idade, a criação de mais de 7,9 milhões de postos de trabalho, o aumento da taxa de ocupação e, conseqüentemente, a redução das taxas de desemprego aberto. Outra característica importante desse crescimento do número de ocupados na economia nacional está relacionada ao fato de ele ter acontecido principalmente entre os trabalhadores formais.

É importante destacar a diminuição do ritmo de crescimento populacional, que segundo Baltar (2010), vem ocorrendo desde o final da década de 1960. No período de 2004 a 2008, a taxa média de crescimento da população brasileira ficou em apenas 1,1% a.a. Associada a isso, evidencia-se também, nesses anos a redução do número de jovens com menos de 25 anos, pertencentes à população economicamente ativa.

“Embora em ritmo cada vez menor, o crescimento da PEA ainda é intenso, mas esse crescimento ocorre com envelhecimento da PEA, diminuindo em termos absolutos a parcela mais jovem e aumentando intensamente a parcela adulta. É então muito importante que existam oportunidades de emprego de qualidade não somente para absorver melhor os contingentes cada vez menores de jovens que entram no mercado de trabalho, mas, principalmente, para manter adultos no mercado de trabalho, evitando que por falta de oportunidades sejam obrigados a sair do mercado de trabalho buscando alternativas de renda em negócios por conta própria” (BALTAR, 2010: 134).

É nesse sentido que o crescimento econômico – assumindo um importantíssimo papel para alterar as condições do mercado de trabalho e, sobretudo, para transformar, de maneira positiva, a sociedade como um todo, incorporando a ele milhões de pessoas propiciando-lhes renda e melhores condições de vida – se apresenta como condição indispensável, embora insuficiente, ao desenvolvimento nacional.

Diferentemente do observado na década de 1990, nota-se, no período recente, que o forte crescimento do número de ocupados ocorreu entre os trabalhadores assalariados. Entre 2004 e 2008, os assalariados cresceram à taxa média anual de 3,5%, enquanto os não assalariados praticamente mantiveram o número total de ocupados, crescendo apenas 0,1% a.a. O trabalho assalariado cresceu, sobretudo, devido à forte expansão do emprego com carteira de trabalho assinada, como se constata pela Tabela 1.9. A tendência à formalização dos contratos de trabalho também contribui para esse movimento e vem ocorrendo na economia nacional, desde 1999. Entretanto, é a partir de 2003/2004, com a retomada sustentada do crescimento, que se observam patamares mais elevados de crescimento da geração de novos postos de trabalho formais, importantíssimos para os bons resultados observados no comportamento recente do mercado de trabalho nacional (CARDOSO JR., 2007; BALTAR, 2010).

Destaque-se, enfim, que, com a mudança do papel do Estado, ocorreu a retomada da ampliação do emprego público que, no período considerado, aumentou sua participação.

Em relação ao trabalho não assalariado, ressalta-se o expressivo crescimento dos empregadores e dos trabalhadores em autoconsumo, estes como reflexo da expansão das políticas sociais. De fato, a consolidação e ampliação dos programas sociais, principalmente de transferência de renda, proporcionaram a redução de mais de 1,3 milhão de ocupados não remunerados, sobretudo no setor agrícola e nas áreas rurais, parte dos quais passou a dedicar-se a atividades para o autoconsumo.

Os empregados sem carteira e o trabalhadores por conta própria, que, em 2008, ainda representavam mais de 37% dos ocupados, revelaram baixo dinamismo e relativa perda de participação.

**Tabela 1.9 - População ocupada no trabalho principal segundo posição na ocupação  
Brasil, 2004/2008**

Posição na ocupação	2004	2008	Taxa de cresc. anual (2004/2008)
Empregado com carteira	30,3	34,5	5,7
Militar	0,3	0,3	0,1
Funcionário público estatutário	6,3	6,7	3,8
Empregado sem carteira	18,3	17,2	0,7
Trabalhador doméstico com carteira	2,0	1,9	1,6
Trabalhador doméstico sem carteira	5,7	5,3	0,3
Conta própria	22,0	20,2	0,2
Empregador	4,1	4,5	4,5
Autoconsumo	4,0	4,4	4,6
Autoconstrução	0,1	0,1	1,9
Não remunerado	7,0	5,0	-6,1
Total	100,0	100,0	2,3

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

O movimento dos trabalhadores em atividades por conta própria, como ressalta Baltar (2010), indica que

“O expressivo estoque de pessoas adultas com negócios próprios é resultado de uma prolongada acumulação, provocada pela falta de melhores alternativas, para esses adultos permanecerem no mercado de trabalho. Muitos desses adultos que foram levados a estabelecer negócios, com variado êxito, provavelmente continuaram fora do mercado de trabalho até atingirem a idade em que passem para a inatividade. Para esta população adulta já estabelecida em pequenos negócios não deverá ser freqüente o caminho inverso de retorno do trabalho por conta própria para o trabalho assalariado. Assim, a eventual melhora do mercado de trabalho para os adultos, com o crescimento da economia e a regulação mais exigente, aparecerá fundamentalmente na redução do desemprego e no aumento do peso dos empregos com contrato de trabalho que respeita as leis do trabalho e da previdência social” (BALTAR, 2010: 136).

Já o crescimento do número de ocupados, segundo setores de atividade, sobretudo daqueles com carteira de trabalho assinada, aconteceu principalmente na indústria de transformação, construção civil e alguns subsetores do terciário (em especial no comércio e reparação), como consta da Tabela 1.10. Nela se verifica uma expansão generalizada do emprego, em todos os segmentos de atividade, exceto no setor agrícola. As atividades terciárias – ligadas aos serviços prestados às empresas, alojamento e alimentação, transportes, serviços pessoais, atividades recreativas, culturais e desportivas, outros serviços (sobretudo os relacionados a aluguel de veículos, máquinas e equipamentos e a atividades de informática), intermediação financeira, educação, saúde e serviços sociais – também apresentaram expressivas taxas de crescimento dos ocupados, no período.

Destaca-se o forte crescimento da construção civil, diretamente influenciada pela dinâmica da atividade econômica, pela expansão da renda das famílias e do crédito imobiliário, além da reativação dos investimentos em infraestrutura econômica, urbana e social.

Do incremento de quase oito milhões de ocupados, entre 2004 e 2008, os setores da indústria de transformação, construção, comércio e reparação, em conjunto, responderam pela geração de 58% dos novos postos de trabalho, ou seja, 4,6 milhões de empregos. Outros 2,2 milhões foram criados nos setores de educação, saúde, serviços sociais e serviços prestados às empresas.

**Tabela 1.10 - População ocupada no trabalho principal segundo setores de atividade  
Brasil, 2004/2008**

Setores de atividade	2004	2008	Taxa de cresc. anual (2004/2008)
Agrícola	21,1	17,4	-2,5
Indústria de transformação	13,8	14,4	3,3
Construção	6,3	7,5	6,6
Outras atividades industriais	0,8	0,8	1,9
Comércio e reparação	17,3	17,4	2,4
Alojamento e alimentação	3,6	3,9	4,5
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	5,0	4,3
Administração pública, defesa e seguridade social	5,0	4,9	1,9
Educação, saúde e serviços sociais	8,8	9,2	3,7
Serviços domésticos	7,6	7,2	0,6
Intermediação financeira e atividades auxiliares	1,2	1,2	3,8
Serviços prestados principalmente às empresas	4,1	4,8	6,5
Serviços coletivos, sociais e pessoais	4,1	4,4	4,0
Outros serviços	1,5	1,7	5,7
Atividades mal definidas	0,3	0,2	-3,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,3</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Quanto à estrutura ocupacional do mercado de trabalho (Tabela 1.11), constata-se importante crescimento do número dos ocupados, entre os profissionais de nível superior das ciências e das artes, dirigentes em geral, trabalhadores de serviços administrativos e da produção de bens e serviços e reparação e manutenção.

Consideradas as categorias de dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, membros das forças armadas e técnicos de nível médio como o topo da hierarquia ocupacional, constata-se a taxa média de crescimento de 4,4% a.a., entre 2004 e 2008. O nível intermediário, ou seja, os trabalhadores dos serviços administrativos e da produção de bens e serviços e reparação, cresceu 4,3% ao ano. Já a base da estrutura ocupacional (trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio e trabalhadores agrícolas) praticamente não ampliou o número de ocupados, devido à forte retração do trabalho agrícola, no período analisado.

O crescimento das atividades do topo da hierarquia ocupacional, entre 2004 e 2008, sobretudo daquelas de nível superior, contribuiu para alterar positivamente essa estrutura, melhorando o nível de renda e de educação no mercado de trabalho. Analisando-se, porém, mais atentamente, nota-se que quase 60% dos novos postos de trabalho gerados nesse período

ocorreram em ocupações de nível intermediário da estrutura ocupacional, em particular entre os trabalhadores braçais da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção. Esse tipo de ocupação pressupõe uma situação menos favorável, do ponto de vista da renda e do perfil ocupacional.

**Tabela 1.11 - População ocupada no trabalho principal segundo grupamentos ocupacionais Brasil, 2004/2008**

<b>Grupamentos Ocupacionais</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>Taxa de Cresc. Anual (2008/2004)</b>
Dirigentes em geral	4,8	5,2	4,3
Profissionais das ciências e das artes	6,0	6,9	6,1
Técnicos de nível médio	7,0	7,3	3,3
Trabalhadores de serviços administrativos	8,1	9,0	5,1
Trabalhadores dos serviços	19,8	19,8	2,3
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	9,8	9,4	1,4
Trabalhadores agrícolas	20,9	17,2	-2,6
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	22,7	24,3	4,0
Membros das forças armadas e auxiliares	0,8	0,8	1,7
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,1	0,0	-24,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,3</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Por sua vez, a expansão dos rendimentos da população brasileira, em um contexto de crescimento da atividade econômica, ajuda a compreender e qualificar a evolução favorável do mercado de trabalho que, no período de 2004 a 2008, ampliou o nível de emprego com diminuição das taxas de desemprego.

A renda média real do trabalho cresceu à taxa de 4,1% ao ano, entre 2004 e 2008. Esse acréscimo significativo do rendimento médio, associado a taxas de inflação baixas, possibilitou uma recuperação do poder de compra dos trabalhadores brasileiros, no período. Todavia, conforme se observa na Tabela 1.12, a forte valorização do salário mínimo real, fruto da política governamental de valorização do piso legal, foi sem dúvida um dos principais fatores para a expressiva ampliação das remunerações do trabalho.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho, nessa fase, superou o do rendimento médio. Isso demonstra que a expansão do emprego se deu de maneira mais expressiva que a recuperação dos salários.

**Tabela 1.12 - Renda Média e Massa de Rendimentos do Trabalho e Salário Mínimo (variação anual)  
Brasil, 2004-2008**

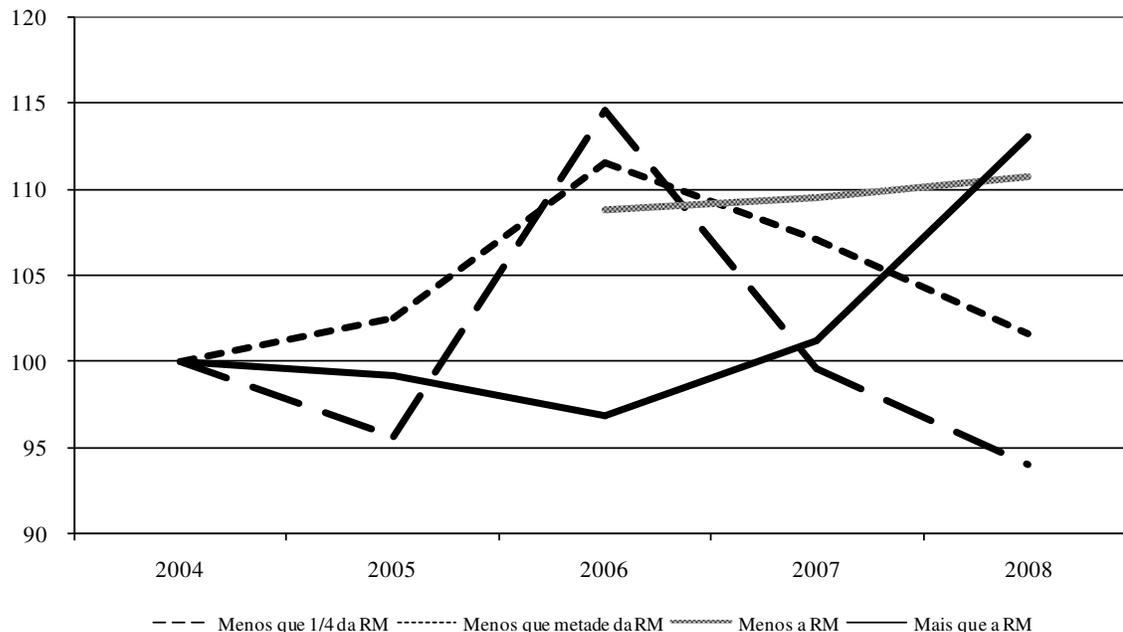
<b>Período</b>	<b>Renda Média Real</b>	<b>Massa de Rendimentos Real</b>	<b>Salário Mínimo Real</b>
2004-2005	4,2	7,1	9,7
2005-2006	7,2	10,1	13,5
2006-2007	3,2	4,9	3,6
2007-2008	1,7	5,5	1,9
2004-2008	4,1	6,9	7,1

Fonte: IBGE - PNAD (2004 a 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1º de outubro de 2008 (INPC corrigido para a PNAD disponível no IPEADATA).

O Gráfico 1.2 permite observar que, no período de crescimento econômico recente, todas as faixas de rendimento aumentaram o número de trabalhadores. Contudo, houve uma tendência de crescimento maior dos ocupados com renda inferior à média, até 2006. Entre 2004 e 2008, o efetivo de trabalhadores com renda menor que a média cresceu à taxa de 2,6% ao ano. Já entre os ocupados com renda superior à média, ocorreu redução do número absoluto de pessoas, até 2006, no confronto com o início da série (2004). Só a partir de 2007 é que se observa um crescimento mais significativo dessas ocupações.

**Gráfico 1.2 - Evolução do número de pessoas ocupadas com rendimento no trabalho principal por faixa de renda média - RM (2004 = 100). Brasil, 2004-2008**



Fonte: IBGE - PNAD (2004 a 2008). Elaboração própria

A importância do forte crescimento real do salário mínimo também pode ser constatada pela análise das contratações de trabalhadores por faixas de salário mínimo. Assim, de 2004 a 2008, a maioria das novas ocupações ocorreu entre os trabalhadores com rendimentos de um a três salários mínimos. Além disso, os salários maiores não cresceram tanto, quanto os mais baixos, resultando em uma redução da desigualdade de rendimentos, entre grupos, embora não dentro de cada grupo. Como ressalta Baltar, “os reajustes das categorias profissionais maiores do que a inflação e menores que os do salário mínimo não evitaram o aumento das diferenças de renda do trabalho, mas contribuíram para que o aumento da média dessas diferenças de renda fosse menor do que o aumento da renda média” (BALTAR, 2010: 144).

Ao analisar a estrutura social, no período recente, a partir da identificação de cinco grupos (alta, média e baixa classe média, massa trabalhadora e miseráveis)<sup>5</sup>, Quadros (2008a) ressalta que houve, de fato, uma melhora nessa estrutura social. Todavia, a ascensão ocorreu mais significativamente no estrato social que passou a ser conhecido como “classe C”. Algumas

<sup>5</sup> Para maiores detalhes da metodologia desenvolvida por Quadros, ver: QUADROS, W. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. Texto para discussão nº 147. Campinas: IE/UNICAMP, 2008a.

transformações são evidenciadas por Quadros: i) uma leve expansão da *alta e média classe média*, a partir de 2004, embora, no confronto com 1981, demonstre estagnação dos dois melhores estratos sociais, o que caracterizaria um “processo de estreitamento dos canais de ascensão social” (QUADROS, 2008b, p.7); ii) um avanço dos três estratos da classe média, entre 2005 e 2007, com destaque para o forte aumento da participação da *baixa classe média*, refletindo a dinâmica recente de retomada do crescimento, que vem gerando maior número de oportunidades de emprego, nas ocupações de menor remuneração.

Segundo o autor, ocorre também um processo de expansão da *massa de trabalhadores*, nos anos 2000, devido a diferentes fatores: entre 2001 e 2003, o motivo foi o processo mais geral de rebaixamento social; em 2004, o crescimento refletiu a redução da baixa classe média e dos miseráveis; já, entre 2005 e 2007, o aumento da massa trabalhadora resultou, sobretudo, da diminuição do contingente de miseráveis. Merece destaque, por fim, o expressivo aumento do conjunto representado pela baixa classe média e pela massa de trabalhadores – que passou de 50% do total dos indivíduos, em 2004, para 65,5%, em 2007 – e a redução dos miseráveis, que, segundo a metodologia desenvolvida por Quadros (2008b), teria sido, entre 2003 e 2007, de 27,4 milhões de pessoas.

É sobretudo essa baixa classe média um dos principais grupos responsáveis pelo dinamismo do consumo da indústria e dos serviços no período analisado, o que demonstra ser o novo padrão de crescimento econômico desenvolvido no País baseado também na ampliação relativa do mercado interno.

Outro reflexo importante desse novo momento da economia brasileira é a redução da desigualdade de renda do trabalho, medida pelo Índice de Gini<sup>6</sup>. As principais causas desse abrandamento da desigualdade de renda são: i) o novo ciclo de crescimento do PIB, demonstrando uma inquestionável relação convergente entre crescimento econômico e diminuição da desigualdade; ii) a política de valorização do salário mínimo; iii) a recuperação do dinamismo do mercado de trabalho, com destaque para a ampla formalização dos contratos de trabalho e os aumentos reais de salário; iv) a manutenção de um cenário de baixa inflação; v) o aprimoramento e a ampliação dos programas sociais, com destaque para o Bolsa Família (que já

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre os avanços e os limites do processo de redução da desigualdade de renda, no período recente da economia brasileira, ver DEDECCA, C. et al. (2008).

atende a mais de 11 milhões de famílias e tem um orçamento de R\$ 12 bilhões para 2010) e o PRONAF (que passou de um orçamento de R\$ 2,2 bilhões em 2002, para R\$ 16 bilhões, em 2009/10); e vi) a promoção de ações que têm papel importante na manutenção do declínio da desigualdade, como a ampliação das escolas médias profissionais e interiorização das Universidades públicas, entre outras.

Todavia, segundo Dedecca et al. (2008), importa qualificar e entender a relevância e os limites dessa redução da desigualdade, no Brasil. De fato, é necessário entender as limitações de uma análise da desigualdade baseada apenas na renda monetária do trabalho e nas transferências públicas, ou seja, na renda disponível<sup>7</sup>, e partir para um estudo com base em concepção mais ampla, segundo a qual a desigualdade comporta múltiplas dimensões.

Tendo como referência esse novo padrão de crescimento da atividade econômica e de atuação do Estado, com reflexos positivos na esfera social (a exemplo da significativa ampliação da população ocupada – em especial dos empregados com carteira de trabalho assinada –, forte redução do desemprego, crescimento da renda das famílias, retirada de milhares de brasileiros da condição de miséria e redução das desigualdades de renda), examinam-se, nos próximos capítulos, as possíveis transformações nas dinâmicas populacionais, produtivas e do emprego formal, nos espaços metropolitanos e não metropolitanos, no início dos anos 2000, bem como o comportamento detalhado do mercado de trabalho e dos rendimentos do trabalho das antigas metrópoles em comparação com o restante do País, na fase de crescimento sustentado da economia (2004 a 2008).

---

<sup>7</sup> Segundo Dedecca et.al. (2008), a base de dados da PNAD apenas possibilita a análise da desigualdade a partir da renda disponível e, ademais, da renda oriunda do trabalho, de pensões e da previdência. Segundo o autor, as restrições quanto à utilização de pesquisas domiciliares “ficam evidentes quando associados os resultados propiciados pela PNAD com aqueles encontrados nas Contas Nacionais. A massa de renda informada pela pesquisa domiciliar corresponde, aproximadamente, a 45% do Produto Interno Bruto. Se somadas as rendas do trabalho e de aposentadorias e pensões da PNAD, chega-se a um montante equivalente as 43% do PIB e a 96% da massa de renda total encontrada no levantamento domiciliar”.



## **CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS METROPOLITANOS E NÃO METROPOLITANOS: HERANÇAS E TENDÊNCIAS RECENTES**

O presente capítulo contextualiza a trajetória da urbanização brasileira, intensificada a partir de meados do século XX, interagindo com um movimento de industrialização que se acelera e muda de padrão. Ao mesmo tempo, o campo experimenta uma modernização conservadora, ocasionando deslocamento de milhões de pessoas do meio rural para os centros urbanos do País. A formação de numerosas áreas metropolitanas é um dos resultados desses dois movimentos.

As heranças principais desse processo de mudança da economia e da sociedade brasileira permitem situar a análise da formação do mercado de trabalho, no País, observando, em particular, as alterações na estrutura do emprego organizado. Um olhar especial incide nos movimentos ocorridos no Brasil das décadas finais do século XX.

Conhecidas as tendências e consequências das transformações ocorridas e identificados seus principais impulsionadores, procede-se à análise da dinâmica dos espaços metropolitanos e não metropolitanos, nos anos 2000, quando se mantêm o avanço e a diversificação do processo de metropolização nacional, embora em ritmo e dinâmica diferentes do que até então se conhecia. Ressaltar tais diferenças foi um dos fios norteadores da análise realizada, com destaque para os efeitos da retomada do crescimento econômico, no período 2004 a 2008.

### **2.1 O processo de urbanização brasileiro: trajetórias e heranças**

O Brasil industrializou-se em poucas décadas. A partir da década de 1950, observou-se uma participação mais ativa do Estado na estruturação do setor industrial do País. O Plano de Metas (1956-1961) foi decisivo para a implementação de um projeto de desenvolvimento e para a definição dos setores estratégicos, que estimulariam o crescimento da economia nacional, baseado, sobretudo, na consolidação de uma estrutura industrial mais diversificada.

A política de articulação do capital privado nacional com o capital estrangeiro e o próprio Estado revelou-se fundamental. De fato, foi esse o tripé de sustentação do plano desenvolvido pelo governo de Juscelino Kubitschek. O Estado teve papel importante, por meio de substancial proteção do mercado interno e da promoção do desenvolvimento industrial, em que se destacam os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), inicialmente para indústrias de base e infraestrutura e, a partir dos anos de 1960, para diversos setores da indústria de transformação. (SUZIGAN, 1988). Como destaca Suzigan: “O Estado ampliou sua participação direta através de investimentos na indústria de base (siderurgia, mineração e petroquímica) e realizou pesados investimentos em infraestrutura econômica (energia e transportes)” (SUZIGAN, 1988: 7).

Mesmo em um contexto de “industrialização tardia” (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998), o Brasil, no período do pós-guerra, avançou no desenvolvimento de setores industriais mais avançados, em termos de tecnologia, e na implementação de investimentos de grande porte. Desenvolveram-se indústrias importantes, como a do aço, a do alumínio e a farmacêutica. Paralelamente, investiu-se fortemente em uma infraestrutura de transporte e comunicação, o que ampliou, de modo significativo, a integração física do território nacional (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998).

Já no cenário político de ditadura militar implementou-se, entre 1964 e 1967, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujos objetivos eram: a retomada do crescimento econômico, interrompido entre 1962 e 1963; a contenção do processo inflacionário; a tentativa de diminuir as disparidades setoriais e regionais da economia nacional; a manutenção do nível do emprego, através de políticas de investimentos; e a correção da tendência de déficits no Balanço de Pagamentos, que estrangulavam a capacidade de importação da economia (REZENDE, 1990). Nesse mesmo período, foram realizadas reformas fiscais e financeiras, que ampliaram a capacidade de ação do setor público, melhoraram o financiamento de capital de giro das empresas e permitiram expandir o crédito para consumo interno. Esse conjunto de medidas viabilizou a expansão da atividade econômica e do consumo, base do novo ciclo de crescimento que viria, e a consolidação da estrutura industrial, principalmente da relacionada à indústria de consumo de bens duráveis.

A primeira fase da retomada do novo ciclo expansionista ocorreu entre 1968 e 1973-74. Os elevados níveis de capacidade ociosa, oriundos da recessão de 1963-67, somados às condições favoráveis da economia mundial – tanto no que se refere ao dinamismo do comércio internacional, quanto às facilidades de aporte de capital externo e de empréstimos em moeda – e, principalmente, o papel ativo do Estado na expansão do mercado interno e no incentivo às exportações de produtos manufaturados, constituíram os elementos que possibilitaram o crescimento econômico elevado, no período conhecido como “Milagre Econômico” (SUZIGAN, 1988).

O crescimento da produção de manufaturados, nessa fase, teve como elementos de dinamismo: a expansão e diversificação das exportações e, sobretudo, a ampliação da demanda no mercado interno, devido à recuperação dos níveis de consumo, pela explosão de construções residenciais e pela política macroeconômica expansionista adotada pelo Estado (SUZIGAN, 1988).

Os incentivos estatais para a formação de capital industrial ocorreram por diversas formas, como: redução de impostos sobre importação de máquinas e equipamentos, subsídios aos financiamentos de longo prazo para investimentos produtivos (via BNDE) e incentivos fiscais para investimentos industriais, em regiões menos desenvolvidas (SUZIGAN, 1988).

Tais ações foram fortalecidas, após o choque do petróleo e a elevação dos preços das *commodities*, no mercado internacional, entre 1973-74, sob a lógica de ampliação da influência do Estado nos rumos do desenvolvimento industrial brasileiro. O caminho tomado pela economia brasileira, pós-1973-74, baseou-se em um plano estatal de articulação dos investimentos públicos e privados, o II PND (1975-79). Seu foco foi o incentivo às indústrias de insumos básicos (siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas, de cimento e de fertilizantes) e de bens de capital (máquinas e equipamentos, materiais elétricos, de comunicações e de transporte), além de investimentos em infraestrutura (como energia, transporte e comunicação). O objetivo central do plano era completar a estrutura industrial e criar um *drive* de exportação de insumos básicos. Para tanto, o esforço estatal em direção à acumulação de capital e à integração regional das indústrias nacionais, mostrou-se importante elemento na configuração estrutural da indústria e da economia brasileira (SUZIGAN, 1988).

Em síntese, desde 1950 até o final dos anos de 1970, desenvolveu-se um projeto nacional desenvolvimentista, com focos econômicos, políticos e sociais. Seu viés econômico baseava-se especialmente na consolidação de uma indústria moderna, como forma de desenvolver o País.

A urbanização firma-se como consequência, sobretudo, da implementação desse modelo de desenvolvimento nacional que, a partir de decisões do Estado, concentrou a indústria e seus serviços nos espaços urbanos. Esse processo de urbanização se acelerou e ganhou intensidade, a partir dos anos de 1950, com a entrada da industrialização, na fase chamada de “industrialização pesada”. Esse período foi marcado “por expressiva aceleração no ritmo de crescimento do mercado doméstico, que se expressa em novas relações cidade/campo, iniciando o processo de constituição da rede urbana integrada em nível nacional” (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2001: 85-86).

Assim como a economia, a sociedade brasileira também se modernizava. O padrão de consumo dos brasileiros de classe média assemelhava-se ao dos países desenvolvidos. Aparelhos eletrodomésticos, alimentos industrializados comprados em grandes supermercados, o lazer no *shopping center*, tudo isso passou a fazer parte da rotina de uma parcela dos brasileiros, nas décadas finais do século XX (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998).

Esse novo padrão de consumo, fortemente associado ao estilo de vida das cidades, provocou uma transformação profunda, desde a ocupação do solo urbano até o interior das moradias (MARICATO, 2001). Esse padrão de consumo, porém, não era para todos. Como evidenciaram Tavares e Serra, observa-se, a partir de 1964, um processo de reconcentração da renda no Brasil, fortalecendo os grupos dinâmicos do novo ciclo de crescimento econômico nacional, principalmente após o “milagre econômico” (TAVARES, 1973).

“A política do novo governo militar criou as condições para uma reorganização do esquema distributivo ‘conveniente’ ao sistema, começando por redistribuir a renda em favor dos setores das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas. Esta redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamento de bens duráveis e, posteriormente, pela lado da renda, mantendo a queda dos salários mínimos reais mas permanecendo constantes os médios, permitindo uma abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes” (TAVARES, 1973: 201).

Nesse contexto, Tavares e Serra constroem uma estimativa, retratada na Tabela 2.1, da distribuição da população e da renda, em 1970, segundo os grupos de renda<sup>8</sup>.

**Tabela 2.1 - Distribuição da população total e da renda anual segundo grupos de renda Brasil, 1970**

Grupos	População Total	Renda anual	
		Participação no total (%)	Nível absoluto por pessoa (dólares)
A	900.000 (1%)	30,0	12.000
B <sub>1</sub>	3.600.000 (4%)	20,0	2.000
B <sub>2</sub>	13.500.000 (15%)	22,5	600
C	27.000.000 (30%)	15,0	200
D	45.000.000 (50%)	12,5	100

Fonte primária: Estimativa dos autores. Tabela retirada de TAVARES (1973: 202)

Os grupos A, B<sub>1</sub> e B<sub>2</sub> (que representavam apenas 20% da população brasileira) eram os que tinham acesso ao crédito e que conseguiram melhorar seu nível de renda, entre 1960 e 1970. Constituíram, assim, os grupos responsáveis pelo dinamismo do consumo da indústria e dos serviços desse período, deixando claro o estreitamento relativo do mercado, como consequência da política executada pelos militares.

Em relação à estrutura social brasileira, constatam-se algumas modificações, nesses anos de forte desenvolvimento econômico e industrial. Manteve-se fortemente concentrada a estrutura agrária e ampliou-se o processo de modernização do campo, com expansão da fronteira agrícola, associada aos incentivos concedidos pelo regime militar (de 1964 a 1985). Esse processo somou-se às precárias condições de vida da população rural, ao pouco avanço da legislação e das relações trabalhistas no campo e ao desenvolvimento da indústria, o que ocasionou a atração de milhões de pessoas do meio rural para os centros urbanos do País.

Em síntese, observam-se tanto fatores de expulsão do campo, quanto de atração das cidades. Contudo, o crescimento urbano se revela mais complexo e não é fruto apenas da

<sup>8</sup> Para deixar mais clara a visualização da distribuição de renda, a sociedade foi dividida em cinco grupos de renda: A - classe alta e burguesia (proprietários e gerentes); B<sub>1</sub> - classes médias altas (alguns liberais, altos funcionários e empresários médios); B<sub>2</sub> - classes médias urbanas (burocracia pública e privada e pequenos comerciantes); C - classes assalariadas de base; e D - trabalhadores rurais, trabalhadores independentes urbanos, marginais (TAVARES, 1973).

dinâmica mais geral do desenvolvimento industrial. A urbanização brasileira é fruto também de dinâmicas espaciais e políticas, que influenciaram na formação de algumas cidades – não industriais, mas, sim, capitalistas –, onde os setores de serviços, comércio e construção civil tiveram maior peso.

Como destaca Lessa (1985: 214), a dinâmica de formação das cidades, sobretudo das grandes metrópoles brasileiras, demonstrou ser, “no mínimo enigmática à luz das hipóteses teóricas mais gerais que usualmente explicam o processo de urbanização.” Para esse autor, as duas principais hipóteses, que justificariam o desenvolvimento urbano – cidades sedes de regiões tributárias dinâmicas e/ou sede do desenvolvimento industrial – só demonstrariam ser verdadeiras para explicar o dinamismo de poucas regiões metropolitanas brasileiras.

Ainda, segundo Lessa (1985: 214), para as outras aglomerações metropolitanas “não é a industrialização que explica seus processos de expansão e valorização urbana, mas pelo contrário, é a própria expansão e valorização urbana que sugere uma explicação para o respectivo desenvolvimento industrial.”

É necessário, de acordo com esse autor, partir da “organização tripoidal”<sup>9</sup> do capitalismo brasileiro e de um “acordo implícito de divisão de frentes de valorização do capital entre as diversas pernas do tripé” para corroborar o seu argumento. Nesse acordo, caberia ao capital privado nacional o uso de seus excedentes em setores não industriais. Isso acabou por levar tais excedentes para o capital imobiliário, em operações de elevado grau especulativo. Como ressalta Lessa (1985:215), “o circuito imobiliário entra na história de nossa urbanização e industrialização, como substituto de funções que noutras experiências e movimentos são cobertos pelo mercado de capitais. Assume o capital imobiliário o papel principal de emissor de haveres financeiros.”

Esse “capital imobiliário comanda a atividade de construção residencial, que é isoladamente a principal geradora de emprego e ingressos urbanos. Diretamente, pela demanda de materiais, e indiretamente, via emprego e ingressos urbanos, o capital imobiliário determina as condições de realização da produção de amplas parcelas do capital industrial” (LESSA & DAIN, 1998: 262).

---

<sup>9</sup> Trata-se do tripé (filiais estrangeiras, grandes capitais privados nacionais e empresas públicas) de sustentação do padrão de financiamento brasileiro que, segundo Lessa (1985), começa a ser estruturado muito antes do desenvolvimento industrial.

Outra característica importante do capital imobiliário é sua “íntima e orgânica articulação com o Estado.” Esse poder de barganha, junto ao Estado, é fortemente relacionado à capacidade de geração de empregos e ingressos urbanos e à consequente crise das finanças públicas que geraria uma possível redução dessa atividade.

Por fim, Lessa (1985: 215) defende que esse foi o “vetor” dos “processos de ordenamento e de desordem da vida urbana”, comandados pelo “processo de valorização imobiliária”. Conclui que nas metrópoles, que não eram sede de regiões industriais nem eram sede de regiões tributárias dinâmicas, o que determinou seu desenvolvimento urbano foi “o circuito de especulação imobiliária.”

Todavia, é importante ressaltar que esse sistema nacional desenvolvimentista, baseado na produção de bens e prestação de serviços, precisava da produção industrial para garantir a geração da renda necessária ao seu próprio funcionamento.

A magnitude do movimento migratório interno e o forte crescimento populacional transformaram decisivamente a configuração dos espaços urbanos brasileiros. Segundo dados do IBGE, em 1950, apenas 36,2% dos brasileiros residiam em cidades, contra 63,8% no meio rural. Já em 1980, a situação inverteu-se, com 67,6% da população vivendo em cidades e apenas 32,4%, nas áreas rurais. Em valores absolutos, passou-se de 18,8 milhões de pessoas vivendo nas cidades, em 1950, para 82 milhões, em 1980, contingente mais do que quadruplicado, em três décadas.

A taxa média de crescimento da população brasileira, entre 1950 e 1980, foi calculada em 2,9% ao ano, puxada pela taxa de 5% a.a., observada nas áreas urbanas. É importante ressaltar, porém, que essa dinâmica populacional não se manteve ao longo do tempo. O pico do crescimento demográfico total foi observado entre 1950 e 1960, mas, já a partir de 1960, ocorreu uma desaceleração.

Em relação ao crescimento da população rural, houve crescente perda de participação, ao longo desses 40 anos, devido aos movimentos migratórios. Entretanto, só a partir dos anos de 1980, se verificaram taxas negativas de variação do efetivo populacional residente no meio rural. Essas duas tendências finais, de queda contínua do crescimento populacional brasileiro e decréscimo da taxa de crescimento da população rural, mantiveram-se até o final do século XX.

Após estudara evolução regional do crescimento da população urbana, entre 1950 e 1980, Faria (1983) conclui que houve uma redução das diferenças entre as grandes regiões brasileiras “(...) com relação à taxa de urbanização (população urbana/população total), o que qualifica hipótese de concentração urbana, apreciada a partir da tendência das taxas de crescimento a nível regional.”

Do exame da Tabela 2.2, que mostra o crescimento da população urbana brasileira, pelo tamanho das aglomerações, infere-se que os espaços urbanos com mais de 20 mil habitantes, em 1950, representavam apenas 24,3% da população total. Com o processo de industrialização e urbanização, ocorrido ao longo das três décadas seguintes, no Brasil, houve um constante crescimento da participação desses aglomerados. Em 1960, eles chegavam a 32,7% da população brasileira; passaram a 41,5%, em 1970; e ultrapassaram os 50%, em 1980.

**Tabela 2.2 - Distribuição da população brasileira por grupos de tamanho (%)  
Brasil, 1950/1980**

<b>Grupos de 1.000 habitantes</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Urbana	36,2	45,4	55,9	67,7
500 e +	14,2	21,4	26,7	32,3
100 - 499	4,9	4,4	6,5	9,6
50 - 99	2,2	2,6	3,2	4,1
20 - 49	3,0	4,3	5,1	6,3
< 20	11,9	12,7	14,0	15,5
Rural	63,8	54,6	44,1	32,4

Fonte primária: IBGE - Censos Demográficos. Tabela retirada de CAMARANO & ABRAMOVAY (1997: 305)

Como se pode verificar, ocorreu um crescimento generalizado da população, em todos os tamanhos de aglomeração urbana, com “tendência à homogeneização das taxas de crescimento por classe de tamanho urbano ao longo dos trinta anos”, principalmente a partir da década de 1970 (FARIA, 1983: 130). Apesar de notar-se uma expansão populacional mais significativa nos municípios com mais de 500 mil habitantes desde os anos de 1950, de maneira geral, o que se observa é uma dinâmica de “difusão” do processo de urbanização brasileiro, em relação tanto ao território, quanto aos diferentes tamanhos de espaços urbanos. Esse crescimento explosivo das cidades reflete-se diretamente na demanda por habitação, saúde, saneamento, educação, emprego e infraestrutura, entre outras.

Como bem destaca Milton Santos, ao analisar o avanço da urbanização brasileira, “a expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades” (SANTOS, 2009: 82).

Em relação ao porte populacional, de acordo com a Tabela 2.3, os municípios entre 100 e 200 mil habitantes foram exatamente os que mais se multiplicaram, no período considerado, de 29, em 1950, para 83, em 1980. Representavam em 1980, sobretudo, municípios do interior das regiões Sudeste, Nordeste e Sul e alguns poucos, das regiões Norte e Centro-Oeste (Santarém, Anápolis, Macapá, Porto Velho, Ji-Paraná, Rio Branco, Conceição do Araguaia e Dourados).

As localidades com população entre 200 e 500 mil habitantes, que cresceram mais, a partir dos anos de 1960, passaram de 11, em 1960, para 37, em 1980. Eram, então, principalmente capitais (como Natal, Maceió, Teresina, Aracaju, Campo Grande, Cuiabá e Vitória) e municípios das regiões metropolitanas, embora também do interior, com área de influência regional (tais como Ribeirão Preto, Londrina, Feira de Santana e Uberlândia).

Já os municípios com mais de meio milhão de habitantes – os espaços urbanos que mais aumentaram sua participação no total da população brasileira – eram apenas dois, no início do processo de urbanização brasileiro, mas, ao final do processo de industrialização substitutiva de importações e de desconcentração produtiva e industrial promovida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), somavam 18, todos pertencentes a áreas metropolitanas. Destaque-se, por fim, que a indústria construiu cidades até 1985, como reflexo do II PND.

**Tabela 2.3 - Número de municípios segundo algumas faixas populacionais Brasil, 1950/2000**

<b>População</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
De 100 mil a 200 mil	29	46	57	83	100	117
De 200 mil a 500 mil	7	11	23	37	60	76
Mais de 500 mil	3	7	11	18	25	31
Total com mais de 100 mil	39	64	91	138	185	224

Fonte: IPEADATA. Elaboração Própria

Já se ressaltou que algumas dessas metrópoles foram criadas com base na dinâmica industrial; outras, como reflexo de regiões tributárias dinâmicas; e, por fim, algumas como fruto

do processo de valorização imobiliária. O mais importante, porém, a ser destacado é que a construção dessa rede urbana foi viabilizada pela implementação e consolidação do projeto nacional desenvolvimentista, de meados dos anos de 1950 até o final dos anos de 1970.

Com a Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, foram institucionalizadas as primeiras oito regiões metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. No ano seguinte, a Lei Complementar nº 20 criou a região metropolitana do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2006).

De início, as cidades integrantes dessas regiões metropolitanas, formadas pelo governo militar, receberiam ações específicas e recursos da União. Faltou, porém, no desenho institucional desenvolvido nos anos de 1970, a articulação das políticas de desenvolvimento das regiões metropolitanas com uma política urbana nacional (SOUZA, 2006). Importa que se ressalte que o fenômeno da metropolização transpõe a questão meramente legal e representa um conjunto complexo de “regiões” e redes urbanas.

Como destaca Faria (1983), ao analisar o conjunto das aglomerações urbanas, existiam, em 1980, trinta aglomerações urbanas com população. Nove delas possuíam mais de um milhão de habitantes. Esse conjunto de áreas metropolitanas representava, naquele ano, 35% da população total, isto é, mais de 42 milhões de habitantes, e 51,7% da população urbana brasileira.

Nesse processo, as aglomerações de São Paulo e Rio de Janeiro, que desempenhavam funções de metrópole nacional, dentro da rede urbana do País, tinham um peso importante para a dinâmica populacional. Apenas no período de 1970 a 1980, essas duas regiões metropolitanas foram “(...) responsáveis pela absorção de mais de um quarto do incremento total da população brasileira” (SANTOS, 2009: 85). Em 1980, elas detinham, em conjunto, quase 21 milhões de habitantes.

Ao averiguar o grau de primazia do sistema urbano brasileiro, entre 1950 e 1980, Faria (1983: 136) conclui que é relativamente baixo “(...) e que, excetuando-se a cidade de São Paulo e sua área metropolitana, cuja participação relativa vem aumentando, o grau de primazia das duas metrópoles nacionais – tomadas em conjunto – diminui entre 1950 e 1980.” Trata-se de um sistema urbano que também se distingue pela baixa concentração de sua população urbana, “particularmente quando consideramos o fenômeno da bipolaridade e de metropolização” (FARIA, 1983: 142).

Em síntese, observa-se que o desenvolvimento da economia brasileira foi seguido de um forte e rápido processo de urbanização, que foi:

“(…) caracterizado tanto por processos de metropolização, sobretudo nas áreas litorâneas, quanto por processos de dispersão espacial da população em pequenos e médios centros urbanos. No âmbito do processo de industrialização nacional e ‘fuga para frente’ territorial, foi constituída uma rede urbana relativamente equilibrada, ou seja, dotada de variados portes e dinâmicas espalhados pelo espaço nacional de dimensão continental” (SIQUEIRA, 2009: 5).

Por fim, como ressalta Faria:

“embora não tenha havido maior concentração da população urbana, continuou existindo elevada concentração regional na localização das cidades e especialmente alta concentração das atividades urbano-industriais mais dinâmicas e modernas em algumas áreas urbanas maiores do Centro-Sul do país, aumentando a assimetria existente entre a distribuição da população urbana (mais difusa) e a distribuição das atividades mais dinâmicas (mais concentradas)” (FARIA, 1983: 142).

Esse processo de concentração das atividades mais dinâmicas e modernas pode ser notado, por exemplo, a partir da indústria de transformação que, entre 1930 e 1970, fez convergir grande parte do seu parque industrial na região Sudeste e, mais especificamente, na área metropolitana de São Paulo. Significou isso que, dentre todas as metrópoles, São Paulo assumiu um papel de protagonista no ciclo do crescimento econômico puxado pela indústria e patrocinado pelo Estado desenvolvimentista. Segundo Diniz, “por volta de 1970, pico da concentração regional no Brasil, o estado de São Paulo, com apenas 2,9% da área geográfica, participava com 19% da população, 39% do PIB e 58% da produção industrial do País, sendo que 44% da produção industrial brasileira estavam concentrados na sua área metropolitana” (DINIZ, 2002: 248).

Já se destacou que as metrópoles e grandes concentrações urbanas surgiram como consequência desse projeto nacional desenvolvimentista, que adensou a população e as atividades mais dinâmicas e modernas nos espaços urbanos, trazendo consigo impactos negativos, como a falta de acesso à habitação, saúde e educação, além de problemas no ordenamento territorial e nos

transportes urbanos, especulação imobiliária e distribuição desigual da renda, entre outros problemas sociais.

Em relação à formação dos mercados de trabalho, Tavares (1981:22) ressalta que “o desenvolvimento urbano do processo de produção capitalista dá lugar ao surgimento de um mercado geral de trabalho, externo à indústria.” Esse processo de formação do mercado de trabalho capitalista, ainda segundo a autora, faz parte da dinâmica do próprio desenvolvimento industrial metropolitano, mas, quando ele ocorre em países com grandes contingentes rurais e estruturas agrárias atrasadas, como é o caso brasileiro, é “acompanhado por processos de marginalização rural e urbana.” O que resulta na formação de excedentes de mão de obra “inutilizáveis”, não absorvidos pelos mercados de trabalho organizados.

Na esteira de Tavares (1981), Siqueira (2009) retoma a questão dos fatores de expulsão e proletarização das áreas rurais, a partir do entendimento dos problemas que emergem da formação histórica brasileira, em especial do atraso em que se apresentam as “relações sociais de produção no que concerne à não-resolução da questão agrária e à permanência do latifúndio, que se reproduz na ‘fenda’ social que caracteriza a questão urbana.(...) [Para defender que] a questão mais complexa da organização dos mercados urbanos de trabalho não estaria apenas nas relações entre o emprego formal e informal, mas também contemplaria a gravitação do emprego em torno de condições de ‘marginalização transitória ou definitiva’ dos mercados de trabalho organizados” (SIQUEIRA, 2009: 30).

Nesse sentido, destaca-se a análise realizada por Farias (1983) acerca das principais alterações no mercado de trabalho, entre 1950 e 1980. Ele deriva o processo de urbanização e seus consequentes impactos sobre as estruturas do emprego, a partir da observação do mercado de trabalho organizado. As principais transformações observadas na estrutura do emprego organizado foram: i) a significativa redução da participação relativa do emprego agrícola; ii) a expansão da ocupação em termos absolutos e relativos, nos setores da indústria de transformação e construção civil e, de forma concentrada, em alguns espaços urbanos nacionais. Contudo, “o fato de que este tipo de emprego – particularmente o da indústria de transformação – tenha crescido de forma espacialmente concentrada tem importantes consequências sociais e políticas”; iii) o forte crescimento do emprego estatal, ligado aos serviços sociais (educação, saúde, administração e serviços públicos, forças armadas etc.); e, por fim, iv) a extraordinária ampliação

do número absoluto de ocupados em “outras atividades”, tais como os serviços de alojamento e alimentação, intermediação financeira, atividades imobiliárias, prestados às empresas, entre outros, o que demonstra “a complexificação da estrutura ocupacional brasileira” (FARIA, 1983: 154).

Cardoso de Mello e Novais (1998), utilizam a expressão “sociedade em movimento”, nesse período. Por “movimento”, eles se referem ao deslocamento da população pelo território do País (especialmente das áreas rurais para os grandes centros urbanos), bem como às mudanças de emprego e de classe social da sociedade brasileira. As cidades ofereciam diversas possibilidades de trabalho, desde o menos qualificado até o mais especializado, com certa possibilidade de mobilidade entre eles. Esses autores identificaram quatro grandes grupos de ocupação, caracterizados pelo valor das remunerações e pela importância social: o trabalho presente na base da sociedade; o qualificado; o exercido pela classe média e o presente no topo da sociedade.

Todavia, como destaca Wilnês Henrique, “a consolidação de nosso dinâmico capitalismo industrial envolveu a reprodução de profundas desigualdades de acesso às oportunidades, à terra e à moradia, à propriedade, à riqueza e renda, à educação, ao consumo de bens e serviços essenciais ou não, privados e públicos, e às benesses estatais” (HENRIQUE, 1999: 8).

Assim, apesar da industrialização e do forte crescimento econômico – que veio acompanhado de uma grande mobilidade social ao longo de todo o período, que vai da década de 1950 até à década de 1980 – verifica-se o agravamento das desigualdades não só entre os mais ricos e os mais pobres, ou seja, entre os proprietários/empresários e os trabalhadores manuais de menores salários, mas também entre os trabalhadores não-manuais, dentro da própria classe média. Em síntese, o processo de industrialização acelerada e a rápida urbanização, no Brasil, tenderam a romper com a relativa homogeneidade da antiga classe média e aumentar as desigualdades dentro das classes. Destaca-se, portanto, um aumento das desigualdades entre os diversos grupos sócio-ocupacionais, e no interior desses grupos, como também uma ampliação das desigualdades regionais, sobretudo, neste caso, até os anos de 1970 (HENRIQUE, 1999).

Ao analisar as desigualdades regionais, Diniz (2002) ressalta que as condições históricas e o processo de concentração econômica foram decisivos para a ampliação delas, nos níveis de renda *per capita* e de condições de vida, principalmente entre a região Nordeste e as regiões Sudeste e Sul. Em relação ao Centro-Oeste e ao Norte do País, a grande dificuldade de ocupação

dessas regiões ocorreu, acima de tudo, pela falta de infraestrutura e grande distância física, em relação aos principais mercados nacionais e aos portos, além da falta de estudos que ajudassem na melhor adaptação tecnológica da agropecuária às terras do Cerrado e da Região Amazônica.

Em suma, chega-se, no início da década de 1980, com uma indústria diversificada, experiência internacional e com “uma estrutura integrada, crescentemente competitiva e que começava a dar provas de criatividade tecnológica”, para cuja formação o Estado teve um papel decisivo (CASTRO & SOUZA, 2004:8). Verifica-se também uma base agropecuária moderna e competitiva para os padrões da época e um setor de “serviços modernos” expressivo, em especial nas áreas urbanas de maior porte. O Brasil desse período situava-se, então, entre as oito maiores economias do mundo.

Como enfatiza Castro, “é bem verdade que a moderna estrutura econômica de que o País dispõe, completou-se em meio à queda dos salários, ao crescimento do desemprego e à ocupação das ruas e praças pela mais chocante miséria. Seria no entanto um grave erro avaliar o potencial das forças produtivas que aí estão pelo lamentável quadro econômico-social em que elas vieram a emergir” (CASTRO & SOUZA, 2004:9).

A “opção de 74”, ao privilegiar o desenvolvimento das indústrias energético-intensivas (como a metalurgia e a petroquímica), pretendia atacar e “superar a atrofia dos setores produtores de insumos básicos e de bens de capital” (CASTRO & SOUZA, 2004:33). Conseguiu, assim, fazer com que a indústria brasileira chegasse aos anos de 1980, tendo completado a matriz de relações interindustriais do paradigma tecnológico da II Revolução Industrial. Observa-se, contudo, uma estrutura empresarial deficiente que, até então, sempre se apoiou no financiamento e estrutura do Estado, para desenvolver-se.

Enfim, a principal problemática deixada pela “opção de 74” estava relacionada à manutenção de um padrão de financiamento, baseado, externamente, na tomada de dólares e, internamente, em recursos públicos providos pelo Estado. Como destaca Goldenstein:

“O II PND explicita os limites do padrão de financiamento brasileiro. Sem intenção de mudar o padrão de industrialização e muito menos a forma de organização capitalista do País, propõe-se a completar a estrutura preexistente, mantendo os esquemas de acumulação dos grandes capitais baseados fundamentalmente em recursos públicos e/ou externos. O grande problema é que tanto uma fonte como outra começaram a apresentar problemas, até atingirem,

ambas, seus limites. Além disso, não se propunha a eliminar os setores capitalistas atrasados os quais também sobreviviam às custas do Estado, pelo contrário, manteve todos os interesses existentes, sobrecarregando o Estado financeiramente, aumentando espetacularmente seus limites de atuação e provocando uma concentração de renda e de riqueza cada vez maior, mas dentro das estruturas preexistentes. Ou seja, sem viabilizar a construção de um novo padrão de financiamento” (GOLDENSTEIN, 1994: 66).

Desse modo, fica evidente que a origem de toda a problemática, dos anos de 1980 em diante, não estava na estrutura produtiva, mas sim no ordenamento político e na perda de capacidade de gasto e financiamento do Estado nacional. A não construção de um novo padrão de financiamento, pelo II PND, repercutiu nas décadas seguintes. Quando o País deveria preparar sua indústria para a incorporação do novo paradigma da microeletrônica, observou-se um cenário de completa desarticulação dos agentes (empresários e governo) e ausência de financiamento.

Por fim, o sistema nacional desenvolvimentista de produção de bens, articulado ao setor de serviços, entre 1950 e 1980, só em parte se localizou nos grandes espaços urbanos. Em 1980, o País já detinha uma rede urbana “relativamente equilibrada”, apesar de, em grande medida, ainda fortemente concentrada na região Sudeste, que absorvia mais de 50% da população total.

A década de 1980, no entanto, seria marcada pelo mergulho do Brasil (assim como do México e da Argentina, na América Latina) em uma crise, cuja origem se encontrava no endividamento externo, usado, na década anterior, para financiar a continuidade do crescimento, em um ambiente mundial já marcado pelo choque do petróleo e pela política de valorização do dólar. A interrupção do fluxo de crédito internacional, a partir de 1982 (após a moratória mexicana), impôs uma nova dinâmica à economia brasileira: ela passou a se caracterizar pela crescente necessidade de obtenção de superávits na balança comercial, em um contexto de semi-estagnação e grande instabilidade macroeconômica (com destaque para a forte elevação da inflação). O País viveu, assim, um momento de inflexão na sua dinâmica econômica, demográfica e social.

O triunfo da ordem neoliberal, nos anos de 1990, e suas promessas (não cumpridas) – de retomada do crescimento (com o Plano Real e a estabilidade da economia), ampla “modernização” da economia (que viria mediante a abertura comercial e financeira, as privatizações e demais reformas do Estado) e mudanças no tratamento da questão social – não reverteram o cenário, desenhado a partir da década de 1980.

O panorama de duas décadas de estagnação econômica repercutiu, de forma decisiva, na reorganização da população e na dinâmica produtiva com fortes impactos sobre as questões sociais, urbanas e do mercado de trabalho.

No que se refere à dinâmica demográfica, desde os anos de 1980, o movimento migratório e o crescimento populacional perderam intensidade. Houve continuidade na expansão dos espaços urbano, na maioria já consolidados, além do surgimento de um novo processo de organização territorial, que favoreceria o crescimento das médias cidades e das periferias das metrópoles, no período subsequente.

Como demonstram os dados do IBGE, a população brasileira já era, em 1980, predominantemente urbana, com 67,6% dela habitando nas cidades, contra 32,4% vivendo nas áreas rurais. Em 1991, o continente urbano já equivalia a 75,5% da população total e chega aos anos 2000 representando mais de 81%. Assim, nos anos 2000 mais de 137 milhões de brasileiros moravam em áreas urbanas e, não obstante, mais de 30 milhões de pessoas viviam no campo.

Entre 1980 e 2000, manteve-se a tendência de crescimento da população em espaços urbanos, embora em ritmo menor do que o observado no período anterior (de 1950 a 1980) e com decréscimo das taxas de incremento do efetivo rural. Essa diminuição do crescimento populacional está diretamente relacionada à redução da taxa de natalidade e à diminuição dos nascimentos para mulheres em idade fértil.

Instala-se, então, uma nova dinâmica da distribuição territorial da população brasileira: a região Sudeste – em especial a RMSP –, que fora a mais atrativa no período anterior de crescimento econômico, perde participação para as outras, nessa fase de estagnação econômica. Tal dinâmica, ligada principalmente ao processo de desconcentração das atividades produtivas, iniciado ainda nos anos de 1970, com o II PND, ganhou força até 1985, com a maturação dos investimentos. Outros determinantes desse processo de reorganização territorial, intensificados entre os anos de 1980 e 1990, foram: a manutenção do cenário econômico de baixo crescimento, a redução significativa das políticas nacionais de desenvolvimento e a perda da capacidade de gasto e investimento do Estado, associadas ao processo de reestruturação produtiva e ao padrão de inserção do País na globalização.

A Tabela 2.4 mostra, com os dados relativos ao incremento da população, nos municípios brasileiros, segundo o tamanho das aglomerações, que, a partir dos anos de 1980, ocorreu uma

nova dinâmica de crescimento urbano no Brasil, na qual se destaca a expansão das cidades de médio porte (com população entre 100 e 500 mil habitantes). Maricato (2006) ressalta que essas médias cidades cresceram a taxas superiores às das metrópoles, em um País que se mantinha em processo de urbanização. Contudo, ele se dá em uma conjuntura de baixo crescimento da atividade econômica, que desacelera a metropolização. O pouco dinamismo observado na economia nacional, nesse período, ocorreu principalmente fora das metrópoles.

**Tabela 2.4 - Taxa de crescimento anual da população nos municípios por faixa populacional Brasil, 1980/2000**

<b>População</b>	<b>1980/1991</b>	<b>1991/2000</b>
Até 20.000	1,1	1,7
De 20.001 a 100.000	1,0	0,5
De 100.001 a 500.000	2,8	2,4
Mais de 500.000	2,5	2,1

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria

Siqueira (2009), porém, demonstra que as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte, Belém, Curitiba e Porto Alegre – que detinham 30,1% da população nacional, em 1980 – mantiveram sua participação, chegando aos anos 2000 com 31%. Isso sinaliza que “a expansão da metropolização avançou de forma paralela ao crescimento das cidades de porte intermediário em todas as regiões brasileiras, contribuindo mais decisivamente para a configuração ‘mais equilibrada’ do sistema de cidades, a partir dos anos 1980” (SIQUEIRA, 2009: 73).

Em paralelo ao crescimento das médias cidades, observa-se, no âmbito das regiões metropolitanas, uma nova dinâmica: suas periferias continuam a crescer, de forma acelerada, enquanto seus centros antigos e históricos passam por um processo de esvaziamento populacional (MARICATO, 2006). Por fim, na configuração dessas aglomerações urbanas, entre 1980 e 2000, “são importantes os processos de conurbação, a formação de ‘cidades-dormitório’ e a incorporação de cidades de distintos portes em suas áreas periféricas” (SIQUEIRA, 2009: 73-74). De fato, analisando-se os municípios que se tornaram médios, entre 1980 e 2000, encontram-se os relacionados a uma dinâmica mais globalizada e voltada para o agronegócio e a extração de

recursos minerais, tais como Rondonópolis, no Mato Grosso (cultivo de soja), Marabá, no Pará (exploração de minério de ferro), e Araguaína, no Tocantins (pecuária de corte).

Todavia, a apreciação do conjunto das cidades, que passaram a ter populações entre 100 e 500 mil habitantes, nesse período, demonstra nitidamente que a globalização e os efeitos das exportações tiveram menor peso no crescimento recente de tais cidades. A súbita expansão das cidades médias ocorreu, sobretudo, pela desarticulação do projeto nacional desenvolvimentista e do papel do Estado e pelo conseqüente enfraquecimento das dinâmicas econômicas metropolitanas. Algumas delas fazem parte de periferias metropolitanas, mas a grande maioria é municípios de influência regional, que se originam da dinâmica econômica do período de 1950-1980, tais como Resende (no Rio de Janeiro), Itajaí (em Santa Catarina) e Caruaru (em Pernambuco).

Estudo sobre a rede urbana brasileira (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2001) mostra que, nas décadas finais do século XX, o ritmo de crescimento das grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) se reduziu, enquanto emergiam novos centros dinâmicos fora do núcleo econômico do País (Fortaleza, Manaus e Brasília - Goiânia, dentre outros). Tal tendência é assim justificada: “a orientação do processo de industrialização passa a responder à dinâmica de uma estrutura de mercado que não está mais restrita às dimensões do território nacional, mas orienta-se para a consolidação de cadeias produtivas transfronteiras, principalmente do Cone Sul da América, destinadas a ocupar o mercado sul americano e a competir em escala mundial” (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2001: 86).

Ribeiro e Rodrigues destacam tendência semelhante, mas a relativizam, afirmando que, a partir dos anos de 1970, “há (...) sem dúvida, um processo de desconcentração das atividades produtivas, principalmente a industrial. Todavia, o surgimento de novas áreas industriais e o rápido crescimento das cidades de porte médio, que caracterizam este processo, deve ser visto com cuidado, principalmente no que tange ao limite espacial desta desconcentração” (RIBEIRO E RODRIGUES, 2008: 2).

Clélio Campolina Diniz também concorda que esse crescimento é bastante limitado, em termos de distribuição espacial da atividade industrial, ficando ainda bastante concentrado na Região Centro-Sul brasileira (DINIZ, 2002).

Em síntese, adverte-se que esse processo de desconcentração da atividade econômica faz parte do modelo anterior, desenvolvido a partir do II PND, mas, como destaca Goldestein (1994), não caracterizado por uma ruptura do padrão de industrialização e de financiamento existente até então. O rompimento com o modelo de desenvolvimento do período de 1950 a 1980 ocorre, de fato, com a abertura comercial e financeira dos anos de 1990 e a guerra fiscal, fruto das mudanças do sistema tributário e das liberdades oferecidas às Unidades Federativas pela Constituição de 1988.

Na verdade, a Constituição Federal de 1988 introduziu um novo marco regulatório para as metrópoles, ao delegar aos estados o poder de legislar sobre a criação das regiões metropolitanas, permitindo inclusive a concepção de novas institucionalidades, como as “regiões integradas de interesse” (RIDE) e aglomerações urbanas. Modificou-se a dinâmica institucional do processo de metropolização. No final dos anos 2000, segundo os dados do Censo Demográfico, o País possuía 22 regiões metropolitanas e uma região integrada de interesse, em contraposição às nove RM existentes até os anos de 1980.

Em relação à estrutura social, observa-se, como resultado das décadas de 1980 e 1990, um aprofundamento da polarização social, já existente na sociedade brasileira. Sem dúvida alguma, a falta de dinamismo econômico condicionou as possibilidades de promoção do bem-estar social, a partir da evolução da renda per capita, do avanço das políticas públicas e do gasto social. Do ponto de vista social, já se tinha como herança uma sociedade baseada em extrema desigualdade de renda, riqueza e poder, mas ainda dispendo, especialmente, da mobilidade social, como fonte de dinamismo, incorporação e acomodação da população. O que se observa, depois de 20 anos de estagnação econômica, é a regressão ainda maior dessa frágil estrutura social.

No mercado de trabalho, o significativo aumento do desemprego e da informalidade foi consequência das ações estatais, associadas a uma política liberalizante e promotora do rentismo, marca da década de 1990. Se a inflação baixa preservou o poder de compra da maioria, vultosas transferências – via esfera financeira – enriqueceram enormemente uma pequena minoria da população brasileira.

Essa regressão da estrutura social refletiu-se no mercado de trabalho, de várias formas, dentre as quais: o crescimento do emprego de pior qualidade; a multiplicação dos serviços – com destaque para a forte expansão dos serviços domésticos; a ampliação de outras formas de

emprego assalariado, principalmente em pequenas e microempresas e negócios e estabelecimentos familiares; o aumento do emprego relacionado aos serviços para a população de alta renda; e a ampliação das ocupações por conta própria. Em suma, o comportamento do nível e da estrutura ocupacional dos anos de 1980 e 1990 balizou-se pela ruptura da estrutura ocupacional observada ao longo do período de industrialização acelerada, em um contexto de forte dinamismo econômico e grande geração de postos de trabalho, na empresa capitalista e no Estado. A década de 1990, marcada pela ampliação expressiva do desemprego e por políticas flexibilizantes do mercado de trabalho, acentuou a deterioração da estrutura ocupacional, iniciada na década anterior.

Contudo, a problemática metropolitana não se resume à necessidade de crescimento econômico e ampliação do mercado de trabalho nacional. Existem outros fatores igualmente importantes, tais como: não ordenamento e competição pela ocupação e uso do solo dos espaços urbano-metropolitanos; problemas de transporte de pessoas e cargas e não criação de um sistema de transporte público capaz de resolvê-los; expansão da dimensão dos movimentos pendulares de deslocamento de populações dentro das metrópoles ou do interior para as metrópoles; esvaziamento de centros urbanos tradicionais pelas classes mais altas de renda e criação de condomínios residenciais fechados; inserção das classes de menor renda no mercado informal de moradias ou em conjuntos habitacionais periféricos, longe dos grandes centros econômicos; dificuldades de acesso à propriedade e titulação da terra; e aumento dos automóveis particulares e consequente caos dos transportes urbanos, entre outros.

Siqueira demonstra que, em conjunto:

“Essas lógicas são cruciais para o entendimento de uma dinâmica metropolitana de inter-relações que rompe barreiras político-administrativas e incorpora áreas (urbanas ou rurais) em que as especificidades no contexto do subdesenvolvimento estão relacionadas aos processos de marginalização social, cujas manifestações principais são: a restrição das possibilidades de sobrevivência fora do mercado de trabalho; a ampliação dos assentamentos precários (favelas); o agravamento da vulnerabilidade social, da pobreza urbana e da segregação socioespacial; e o “transbordamento” metropolitano de outros problemas como a violência e a insuficiência das infraestruturas físicas urbanas (moradia, transporte e saneamento ambiental)” (SIQUEIRA, 2009: 76).

## 2.2 A dinâmica dos espaços metropolitanos e não metropolitanos nos anos 2000

Nos anos 2000, mantêm-se o avanço e a diversificação do processo de metropolização no território nacional, em ritmo e dinâmica diferentes do que se conheceu até então. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

Como se sabe, as primeiras regiões metropolitanas (RM) brasileiras, nove ao todo, foram instituídas a partir de Decreto-Lei, em 1973. Com a Constituição de 1988, os estados passaram a ter o poder de legislar sobre a criação de RM, “regiões integradas de interesse” (RIDE) e aglomerações urbanas. Mudou assim, institucionalmente, o processo de metropolização.

Segundo o IBGE, no início dos anos 2000, já existiam 23 regiões metropolitanas, legalmente constituídas, incluindo-se a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal e Entorno. No final da primeira década do século XXI, o número de espaços metropolitanos multiplicara-se, chegando a 42, sendo 36 RM, três RIDE (além da RIDE do DF, criaram-se as da Grande Teresina e de Petrolina/PE e Juazeiro/BA) e três aglomerações urbanas (no Rio Grande do Sul).

Merece destaque a multiplicidade de características demográficas, econômicas e sociais encontrada nesse universo de espaços metropolitanos. Em relação ao porte populacional, por exemplo, coexistem desde grandes regiões metropolitanas (como São Paulo, com mais 19 milhões de habitantes, e o Rio de Janeiro, com cerca de 11,7 milhões de pessoas em 2010), até pequenas aglomerações urbanas (como Chapecó e a aglomeração urbana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com populações entre 200 e 300 mil habitantes). Em termos de incremento populacional, entre 2000 e 2010 apenas três regiões metropolitanas cresceram a taxas superiores a 2,5% a.a. (Foz do Rio Itajaí<sup>10</sup>, Macapá e Manaus), enquanto 30 RM cresceram acima de 1,17% a.a (taxa registrada pelo Brasil) puxadas, principalmente, pela manutenção do crescimento de suas periferias.

Quanto à dinâmica econômica, os distintos pesos em relação à sua participação no PIB e na massa de rendimentos formais podem ser observados a partir de dois casos extremos: RM de São Paulo (que representava, em 2008, ¼ do PIB nacional e 22% da massa total de rendimentos

---

<sup>10</sup> Inclui o núcleo e a área de expansão metropolitana da região metropolitana de Foz do Rio Itajaí.

formais) e RM de Chapecó (que detinha apenas 0,15% da renda nacional e 0,07% da massa total de rendimentos formais).

Enfim, a questão social brasileira contemporânea está cada vez mais relacionada aos espaços metropolitanos que se destacam pelos altos índices de violência e homicídio e pela latente segregação social.

A partir da constatação da complexa rede institucional que configura atualmente as diversas regiões metropolitanas, optou-se por adotar os conceitos definidos na pesquisa do Observatório das Metrôpoles denominado “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil” (datado de 2004). Nesse estudo, os autores por meio de uma hierarquização dos espaços urbanos, identificaram quais as regiões que, de fato, merecem a denominação de “metropolitanas”<sup>11</sup> (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

A pesquisa do Observatório das Metrôpoles parte do universo composto por 37 espaços urbanos, em 2004, incluindo-se as regiões metropolitanas institucionalizadas, as regiões integradas de desenvolvimento do DF e da Grande Teresina, as aglomerações urbanas não institucionalizadas – polarizadas por algumas capitais de estado – e as capitais, que não configuram aglomerações urbanas.

Para desenvolver essa hierarquização o estudo do Observatório das Metrôpoles

“(…) entende ‘**espaços urbanos**’ como conjuntos representativos da concentração espacial do fenômeno urbano, definidos pela continuidade e extensão do espaço constituído. Emprega o conceito de **aglomeração urbana** para as unidades que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de um município, envolvendo fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica. Difere do entendimento de **região metropolitana** que, neste trabalho corresponde a uma porção definida institucionalmente. Considera **metrópole**, a cidade principal de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004: vii).

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes, ver: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetropoles.net>>.

Definidos os conceitos, o estudo parte para a hierarquização dos espaços urbanos, usando como critérios a centralidade e o grau de integração dos municípios à dinâmica da aglomeração. Para a hierarquização dos grandes espaços urbanos, foram utilizados indicadores (com dados disponíveis para os anos de 2000 a 2004) relativos a tamanho da população, número de agências bancárias, total de operações bancárias e financeiras, massa de rendimento mensal, total de empregos formais em atividades de ponta, passageiros do tráfego aéreo e número de sedes de empresa, dentre as 500 maiores. A intenção do estudo era medir: “a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial; o papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; o tamanho populacional e econômico; o mercado de trabalho diversificado; a concentração de perícia, conhecimento e serviços avançados; e o progresso tecnológico – dimensões que qualificam as principais aglomerações urbanas de um País” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004: 9).

Após a elaboração de uma matriz com os indicadores selecionados das 37 regiões metropolitanas e a utilização de análise fatorial, chegou-se a uma classificação dos espaços urbanos em seis categorias e concluiu-se, que apenas os incluídos nas categorias 1, 2, 3 e 4 possuem características que permitem identificá-los como metropolitanos: RM de São Paulo, RM do Rio de Janeiro, RM de Belo Horizonte, RM de Porto Alegre, RIDE do Distrito Federal e Entorno, RM de Curitiba, RM de Salvador, RM do Recife, RM de Fortaleza, RM de Campinas, RM de Manaus<sup>12</sup>, RM de Vitória, RM de Goiânia, RM de Belém e RM de Florianópolis, o que totaliza 15 espaços urbanos metropolitanos<sup>13</sup>.

Aceitando-se tal resultado, procedeu-se à análise da dinâmica das metrópoles e não metrópoles, nos anos 2000, a partir da observação das dinâmicas demográficas, econômicas e do mercado de trabalho formal. Para isso, os espaços não metropolitanos foram divididos em dois grupos<sup>14</sup> e submetidos à análise, segundo o tamanho dos seus municípios<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> No estudo do Observatório das Metrópoles (2004), como ainda não existia institucionalmente nenhuma aglomeração que incorporasse Manaus, utilizou-se apenas a capital na identificação dos espaços urbanos. Entretanto, a partir de 2007, com a Lei Complementar estadual nº052, instituiu-se a RM de Manaus. O presente estudo incorpora os outros municípios pertencentes a essa RM, considerando-o na análise dos espaços urbanos metropolitanos.

<sup>13</sup> Para maiores detalhes sobre os municípios que compõem cada RM, ver quadro anexo.

<sup>14</sup> Optou-se por tratar os espaços não metropolitanos, considerando dois grupos: o primeiro, composto por municípios com até 50 mil habitantes e com forte presença da atividade agrícola; e o segundo, constituído pelos municípios com mais de 50 mil habitantes, com maior peso das atividades secundárias e terciárias e, portanto, relações funcionais mais intensas.

<sup>15</sup> Utilizaram-se como referência para a classe de tamanho dos municípios os dados censitários do ano 2000. Em relação aos 58 municípios criados entre 2000 e 2010, os desmembrados de apenas um município, tiveram seus dados reincorporados aos

## Dinâmica Populacional

A análise da evolução demográfica, ao longo da primeira década dos anos 2000, revela o incremento de mais de 20 milhões de habitantes na população brasileira e uma desaceleração da taxa de crescimento (de 1,61% a.a. para 1,17% a.a.), entre a década de 1990 e os anos 2000. A taxa de variação global encontrada refletiu o crescimento de 1,23% ao ano, observado nas metrópoles, contra o de 1,13% a.a., nos espaços não metropolitanos, reflexo do maior incremento populacional dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

A população dos espaços não metropolitanos foi acrescida de 12 milhões de residentes, enquanto a dos metropolitanos computou oito milhões de pessoas a mais. Em valores absolutos, as metrópoles e os municípios não metropolitanos com até 50 mil habitantes foram os que mais cresceram demograficamente. As taxas de incremento no período, porém, foram, pela ordem decrescente, a dos espaços não metropolitanos com mais de 50 mil habitantes (15,1%), a dos metropolitanos (13,0%) e a dos espaços não metropolitanos com até 50 mil habitantes (9,2%, conforme a Tabela 2.5).

**Tabela 2.5 - População residente e incremento populacional, distribuição e taxa média anual de crescimento segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos Brasil, 2000/2010**

Especificação	População		Incremento		Distribuição do incremento
	2000	2010	00-10	% cresc.	00-10
Não Metropolitano até 50 mil	59.106.300	64.543.077	5.436.777	9,2	26,0
Não Metropolitano mais de 50 mil	48.390.848	55.694.685	7.303.837	15,1	35,0
Metropolitano	62.302.022	70.432.010	8.129.988	13,0	39,0
Brasil	169.799.170	190.669.772	20.870.602	12,3	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaboração Própria

Ponderando o valor absoluto do incremento populacional, em relação ao número de municípios existentes, por tipo e faixa de tamanho, observa-se que, em média, os municípios que mais cresceram foram os classificados como metropolitanos – só os 15 núcleos metropolitanos

---

municípios originais, para efeito de cálculo da taxa geométrica de variação anual; já os municípios emancipados de mais de um município tiveram de ser desconsiderados da base final.

aumentaram, em média, mais de 240 mil habitantes, na primeira década do século XXI – seguidos pelos municípios não metropolitanos com mais de 50 mil habitantes. Contudo é necessário considerar que, no ano 2000, existiam 385 municípios não metropolitanos com mais de 50 mil habitantes e 312 metropolitanos, entre os quais 15 núcleos e 297 municípios pertencentes às periferias metropolitanas, e que, apesar da sua grande diversidade, são, aqui, analisados em conjunto. Predominavam ainda os pequenos municípios não metropolitanos, com uma população de menos de 50 mil, representando mais de 87% do total de municípios brasileiros (4.811, em 2000).

Em relação à distribuição do incremento populacional, observa-se que 39% desse crescimento ocorreram nos espaços metropolitanos, 35% nos municípios não metropolitanos com mais de 50 mil pessoas e 26% nos municípios com população de até 50 mil habitantes.

Quanto à análise da distribuição da população brasileira, no início dos anos 2000, ressalta-se que os espaços metropolitanos não perderam participação no total, devido à taxa de crescimento de 1,23% a.a., acima da taxa média nacional (Tabela 2.6). Já nos espaços não metropolitanos reafirmou-se a importância dos municípios com mais de 50 mil habitantes, cuja participação cresce na população total, ao longo dessa primeira década do século XXI. Evidencia-se, ainda, o baixo dinamismo dos municípios com menos de 50 mil pessoas, confirmando a tendência de perda progressiva de participação na população urbana, desde os anos de 1940, apesar de os municípios com até 20 mil habitantes apresentarem incrementos positivos constantes de suas populações urbanas (BAENINGER, 2010).

**Tabela 2.6 - Distribuição e taxa média anual de crescimento da população residente segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos Brasil, 2000/2010**

Especificação	Distribuição da população		Taxa de Cresc. Anual
	2000	2010	00/10
Não Metropolitano até 50 mil	34,8	33,9	0,88
Não Metropolitano mais de 50 mil	28,5	29,2	1,42
Metropolitano	36,7	36,9	1,23
Brasil	100,0	100,0	1,17

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaboração Própria

A análise da dinâmica populacional das regiões metropolitanas, como um todo, observada em relação aos respectivos estados, demonstra as diversas realidades encontradas nelas (Tabela 2.7). Em quatro estados (PA, PE, RJ e SP), a população do espaço não metropolitano (restante do Estado) cresce a taxas maiores que a da sua região metropolitana. Destacam-se a Região Metropolitana de Campinas (onde se verifica uma taxa de crescimento populacional maior que a encontrada para a RMSP, e o restante do estado de São Paulo) e o Pará (onde o crescimento demográfico fora dos espaços metropolitanos é reflexo da expansão da indústria extrativa e da transformação mineral localizada, principalmente, no Sudeste do Estado).

As regiões metropolitanas, de modo geral, apresentaram taxas de crescimento relativamente maiores que as encontradas para o restante de seus respectivos estados. Em outros termos, onde existem metrópoles consolidadas, a dinâmica de crescimento populacional é mais intensa nelas, do que no restante dos seus estados.

**Tabela 2.7 - Taxa média anual de crescimento da população dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação Brasil, 2000/2010**

UF		Metropolitano	Não Metropolitano
Amazonas		2,51	1,57
Pará		1,29	2,35
Ceará		1,68	1,01
Pernambuco		1,00	1,09
Bahia		1,37	0,49
Minas Gerais		1,17	0,82
Espírito Santo		1,60	0,97
Rio de Janeiro		0,82	1,75
São Paulo	RMSP	0,96	1,11
	RM Campinas	1,81	
Paraná		1,36	0,68
Santa Catarina		2,18	1,44
Rio Grande do Sul		0,63	0,36
Goiás	RM Goiânia	2,23	1,29
	RIDE - DF e Entorno	2,35	-
Distrito Federal	RIDE - DF e Entorno		-

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaboração Própria

Nesse sentido, a dinâmica demográfica aponta para um maior crescimento dos espaços metropolitanos, em contrapartida ao conjunto dos espaços não metropolitanos, cuja média de

crescimento se reduziu, devido ao baixo dinamismo dos municípios com menos de 50 mil habitantes. Já os espaços não metropolitanos com mais de 50 mil pessoas e as metrópoles demonstraram maior dinamismo demográfico. Destaca-se também a importância da expansão da fronteira agrícola para a dinâmica populacional e o crescimento mais intenso das metrópoles, em comparação com o restante dos seus estados, exceto no Pará, Rio de Janeiro e Pernambuco.

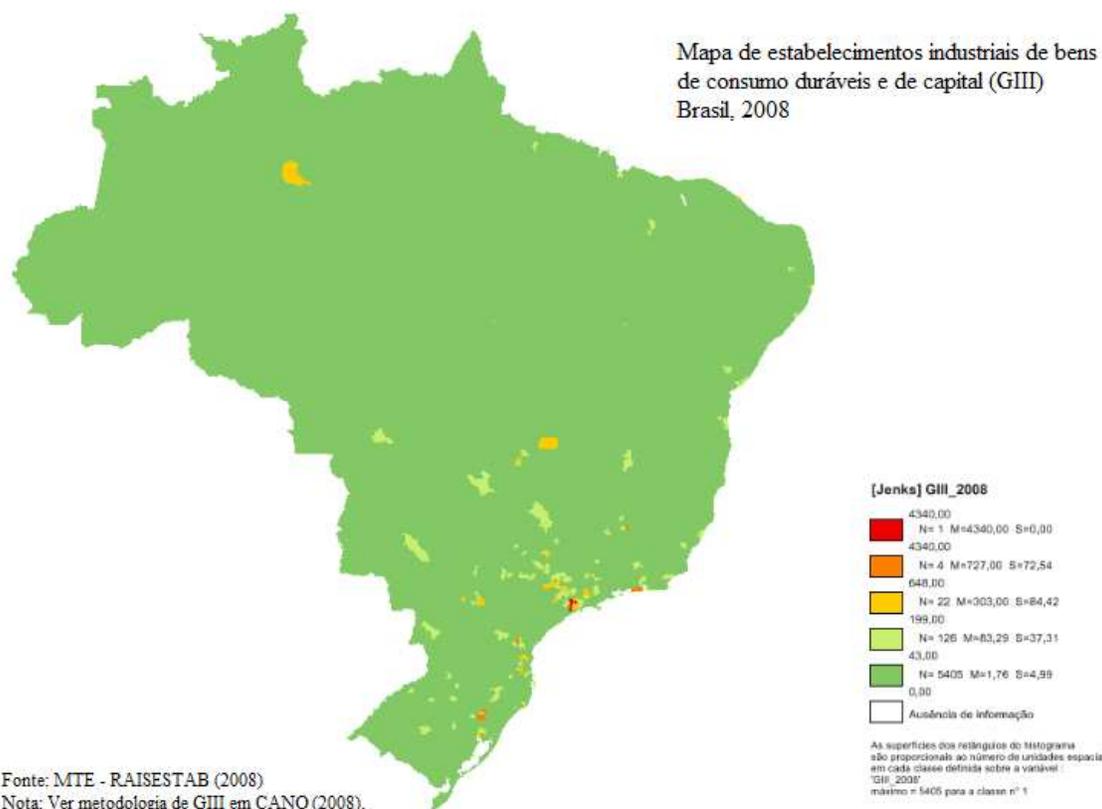
### **Dinâmica Econômica**

A análise da economia brasileira, na primeira década do século XXI, realizada no Capítulo 1, identificou, inicialmente, dois períodos distintos: no primeiro (de 2000 a 2003-2004), observam-se impactos positivos da desvalorização do real, em 1999, para as exportações brasileiras, em meio a um cenário econômico internacional favorável, fruto do crescimento das economias asiáticas, em especial da chinesa, que passaram a demandar *commodities* de todo o mundo; no segundo momento (de 2004 a 2008), ocorreu uma junção de fatores que permitiram ao Brasil retomar o crescimento sustentado da atividade econômica nacional, via: aumento do consumo interno, manutenção do dinamismo das exportações e a retomada do investimento produtivo e em infraestrutura econômica e social.

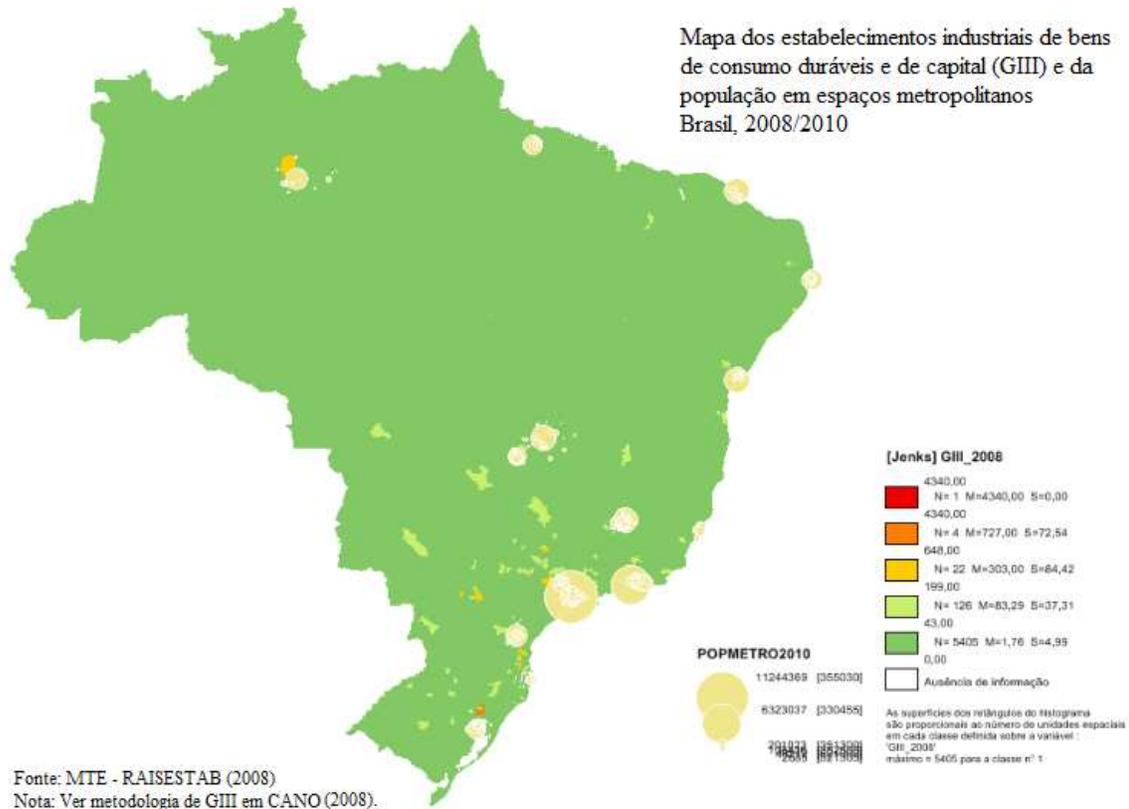
O estudo da dinâmica econômica dos espaços metropolitanos mostra como os dois referidos momentos da economia nacional se refletiram nesses espaços. O primeiro momento, marcado pela expansão das exportações, favoreceu os espaços não metropolitanos, principais produtores de bens agrícolas e extrativos minerais, que aumentaram sua participação no produto nacional. Já no segundo período, quando o mercado interno apresentou maior peso, com expansão do consumo e do investimento, as metrópoles retomaram seu dinamismo econômico e se equipararam ao crescimento da atividade econômica fora dos espaços metropolitanos.

Assim, a retomada do avanço sustentável da economia e a manutenção do crescimento das exportações reativaram a indústria e, sobretudo, os serviços metropolitanos. Como se destacou no Capítulo 1, no final desse período, principalmente entre 2007 e 2008, quando a economia nacional cresceu a taxas anuais de 6,1% e 5,1%, respectivamente, o crescimento foi puxado pela forte expansão dos serviços e da indústria de bens de consumo duráveis e de capitais, bastante concentrada no meio urbano metropolitano.

A grande presença da indústria de bens de consumo duráveis e de capital, nos espaços metropolitanos, pode ser constatada nos Mapas 2.1 e 2.2, relativos à distribuição espacial dos estabelecimentos industriais formais, de acordo com os dados da RAISESTAB de 2008 e da metodologia desenvolvido por CANO (2008), para classificar as indústrias pertencentes ao GIII (Grupo de indústrias de bens de consumo duráveis e de capital), segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 95). O primeiro mapa ressalta apenas a distribuição espacial das indústrias do GIII. O segundo mostra onde estão localizados os espaços metropolitanos com suas respectivas populações, em 2010.



Mapa dos estabelecimentos industriais de bens de consumo duráveis e de capital (GIII) e da população em espaços metropolitanos Brasil, 2008/2010



Fonte: MTE - RAISESTAB (2008)  
Nota: Ver metodologia de GIII em CANO (2008).

Como ressalta Macedo:

“Evidentemente que a composição das pautas de exportação e importação de um país, e sua evolução ao longo do tempo, é indicativa do modelo de desenvolvimento que se imprime a sua economia e, de forma indissociável, o desenho de nação que se pretende a partir da política econômica e de suas políticas setoriais correlacionadas. Reflete, antes de tudo, o movimento estrutural do aparelho produtivo, inclusive em suas dimensões regionais e urbanas, dado que a especialização regional que marca a organização espacial, no caso brasileiro, implica, necessariamente, em impactos distintos nas economias regionais e estaduais, em decorrência do tipo de inserção comercial que o país apresenta. Do mesmo modo, o crescimento das cidades intermediárias acima da média brasileira indica que o modelo em questão tem gerado dinamismos nas áreas que se conectam diretamente ao comércio internacional. Tal processo beneficia a hinterlândia de centros urbanos cuja organização produtiva articula-se em torno de atividades exportadoras, ligadas à expansão da agropecuária e de sua indústria de beneficiamento e da extrativa mineral, além daqueles que se beneficiaram da desconcentração produtiva industrial...” (MACEDO, 2010:74).

De fato, verifica-se, ao longo de toda a história brasileira, uma forte relação entre a “expansão da fronteira econômica” e as atividades ligadas à produção e exportação do agronegócio e a exploração de recursos minerais. Tavares, porém, destaca: “A economia brasileira sempre cresceu ‘para dentro’ e ao mesmo tempo sempre esteve inserida de forma periférica e dependente na ordem econômica internacional” (TAVARES, 1999:456).

A expansão dos espaços metropolitanos e não metropolitanos também pode ser observada por sua participação no PIB nacional. O comportamento geral, ressaltado nos dados do PIB, é de desconcentração econômica, em favor dos espaços não metropolitanos, nos anos 2000, seguindo a mesma tendência observada a partir dos anos de 1970, com o II PND (Tabela 2.8).

Entre 2000 e 2008, a economia metropolitana cresceu 3,0% ao ano. Ao todo, os espaços metropolitanos cresceram abaixo da média nacional, diferentemente dos não metropolitanos. Nestes, destacam-se as taxas de crescimento dos municípios com até 50 mil habitantes, seguidos por aqueles com população superior a 50 mil residentes.

Em relação ao crescimento da atividade econômica, nos municípios com população de até 50 mil habitantes, ressalta-se o grande peso das atividades agrícolas, seu crescimento relacionado à expansão do agronegócio e sua importância para as exportações. Acresce o estímulo à agricultura familiar, pelas políticas públicas, via ampliação e consolidação do PRONAF, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e das compras públicas para merenda escolar, além do forte impacto das políticas sociais, em especial dos programas de transferência de renda para os mais pobres, aposentados, idosos e pessoas com deficiência nesse período.

Contudo, a análise do período de 2004 a 2008 revela certa estabilidade da participação do PIB metropolitano, mantendo seu peso em cerca de 52% do PIB total do País. O novo cenário de crescimento econômico, iniciado em 2004, foi fundamental para explicar as taxas de crescimento dos espaços metropolitanos, puxadas pela expansão das exportações, do investimento e, principalmente, do consumo das famílias, fortemente influenciado pela diminuição das pressões inflacionárias, valorização do salário mínimo e expansão da renda nacional e do crédito, além da apreciação cambial, como se ressaltou no Capítulo 1. Merece destaque a forte aceleração do crescimento do PIB dos espaços metropolitanos, entre 2004 e 2008, embora apenas os municípios não metropolitanos com mais de 50 mil pessoas tenham crescido a taxas um pouco maiores que

as observadas nas metrópoles. Verifica-se uma aproximação das taxas médias de crescimento dos espaços metropolitanos e não metropolitanos, no período recente.

**Tabela 2.8 - Distribuição e taxa média anual de crescimento do PIB real segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos  
Brasil, 2000/2008**

Especificação	Distribuição do PIB			Taxa de Crescimento Anual		
	2000	2004	2008	00/04	04/08	00/08
Não Metropolitano até 50 mil	18,2	20,3	20,0	5,6	4,1	4,9
Não Metropolitano mais de 50 mil	27,2	28,0	28,1	3,4	4,8	4,1
Metropolitano	54,6	51,7	51,9	1,3	4,7	3,0
<b>Brasil</b>	100,0	100,0	100,0	2,7	4,6	3,6

Fonte: IBGE - PIB dos Municípios (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo Deflator implícito do PIB a preços de 2008.

Em síntese, é necessário destacar que essa nova dinâmica de crescimento econômico metropolitano e não metropolitano ocorre, sobretudo, devido ao novo ciclo de expansão da economia nacional, que possibilitou o avanço da atividade agrícola, industrial e dos serviços (Tabela 2.9).

O setor industrial, de acordo com os dados do valor adicionado, estimado pelo IBGE, cresceu à taxa média de 4,4% ao ano nos espaços não metropolitanos, e 1,5% ao ano, nas metrópoles, entre 2000 e 2008. O valor agregado do setor de serviços, no entanto, também cresceu mais fora (4,2% a.a.) do que dentro das metrópoles (3,4% a.a.), nesse período.

A desconcentração econômica é evidenciada, sobretudo, pela continuidade do processo de desconcentração industrial, iniciado nos anos de 1970, a partir da Região Metropolitana de São Paulo (CANO, 2008). Os espaços metropolitanos, ao longo dos anos 2000, perderam continuamente participação no valor adicionado industrial, fruto da expansão da agroindústria nos espaços não metropolitanos. Todavia, é preciso destacar que o período de 2004 a 2008 foi marcado pelo crescimento da indústria de bens de consumo duráveis e de capital, ainda localizada predominantemente nos espaços urbanos metropolitanos. Nessa fase, o processo de desconcentração do valor adicionado industrial das áreas metropolitanas continuou, porém em um ritmo menos acelerado.

Contudo, no ano 2000, os espaços metropolitanos detinham 50,8% do Valor Adicionado (VA) industrial, enquanto os não metropolitanos apreendiam os outros 49,2%. Em 2008, ocorreu

uma inversão na distribuição do VA industrial: os espaços não metropolitanos passaram a representar quase 55% do total, destacando-se o crescimento de 5,3% ao ano dos espaços não metropolitanos com até 50 mil habitantes, entre 2000 e 2008.

Observado apenas o segundo momento, ressalta-se a importância do setor de serviços para o crescimento sustentado da economia nacional, como se evidenciou no Capítulo 1. Entre 2004 e 2008, o setor expandiu-se em média 4,7% ao ano, reflexo de um crescimento metropolitano de 5% a.a. em contrapartida ao de 4,4% a.a. dos espaços não metropolitanos, sobretudo dos municípios com até 50 mil residentes. Apesar da dinâmica mais acentuada de desconcentração da indústria, favorável aos espaços não metropolitanos, no caso das atividades de serviços esse comportamento parece ter-se revertido no período recente. O fato ocorreu devido à grande e persistente concentração das principais atividades terciárias nas metrópoles.

**Tabela 2.9 - Distribuição e taxa média anual de crescimento do Valor Adicionado por setor segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos Brasil, 2000/2008**

Especificação	PIB (R\$ milhões)			Distribuição do PIB			Taxa de Crescimento		
	2000	2004	2008	2000	2004	2008	00/04	04/08	00/08
<b>VA Agropecuária</b>									
Não Metropolitano até 50 mil	82.437	101.829	119.647	77,5	78,4	78,8	5,4	4,1	4,8
Não Metropolitano mais de 50 mil	19.157	22.302	25.227	18,0	17,2	16,6	3,9	3,1	3,5
Metropolitano	4.806	5.760	6.878	4,5	4,4	4,5	4,6	4,5	4,6
Brasil	106.400	129.891	151.752	100,0	100,0	100,0	5,1	4,0	4,5
<b>VA Indústria</b>									
Não Metropolitano até 50 mil	95.037	117.407	144.164	16,7	18,6	20,0	5,4	5,3	5,3
Não Metropolitano mais de 50 mil	184.473	212.282	250.867	32,5	33,7	34,8	3,6	4,3	3,9
Metropolitano	288.722	300.080	324.853	50,8	47,6	45,1	1,0	2,0	1,5
Brasil	568.233	629.768	719.884	100,0	100,0	100,0	2,6	3,4	3,0
<b>VA Serviços</b>									
Não Metropolitano até 50 mil	202.765	245.193	294.557	15,9	17,3	17,3	4,9	4,7	4,8
Não Metropolitano mais de 50 mil	336.496	384.524	452.531	26,4	27,1	26,5	3,4	4,2	3,8
Metropolitano	735.851	788.962	960.400	57,7	55,6	56,2	1,8	5,0	3,4
Brasil	1.275.112	1.418.679	1.707.489	100,0	100,0	100,0	2,7	4,7	3,7

Fonte: IBGE - PIB dos Municípios (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo Deflator implícito do PIB da Agropecuária, Indústria e Serviços a preços de 2008.

A análise da taxa média anual de crescimento do PIB das regiões metropolitanas, confrontada com a do restante dos seus respectivos estados, põe em revelado que, em sete deles, as RM registraram taxas menores (Tabela 2.10). Em contrapartida, a RIDE do Distrito Federal e as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Campinas, Curitiba, Florianópolis e Goiânia apresentaram taxas de crescimento acima do restante dos seus estados, com realce para o crescimento de quase 8% da economia da região metropolitana capixaba.

Entre os espaços não metropolitanos (restante do estado), várias realidades podem ser observadas. Ressalte-se desde o caso do Paraná, onde o não metropolitano registrou um crescimento do PIB bem menor que o da sua região metropolitana, até o caso do Rio de Janeiro, onde o restante do estado está crescendo quase quatro vezes mais do que o seu espaço metropolitano. Por fim, merece enfatizar-se o crescimento da economia não metropolitana, nos estados do Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Apenas nesses três estados se observaram taxas médias de crescimento anual do produto e da população dos espaços não metropolitanos maiores que as dos metropolitanos.<sup>16</sup>

**Tabela 2.10 - Taxa média anual de crescimento do PIB dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação Brasil, 2004/2008**

UF	Metropolitano	Não Metropolitano
Amazonas	3,73	8,28
Pará	4,02	7,00
Ceará	5,59	5,94
Pernambuco	5,03	5,60
Bahia	3,60	4,74
Minas Gerais	6,59	4,22
Espírito Santo	7,81	6,70
Rio de Janeiro	2,37	8,65
São Paulo	RMSP	5,27
	RM Campinas	3,98
Paraná	5,18	1,43
Santa Catarina	6,31	4,92
Rio Grande do Sul	2,11	3,01
Goiás	RM Goiânia	5,37
	RIDE - DF e Entorno	6,09
Distrito Federal	RIDE - DF e Entorno	-

Fonte: IBGE - PIB dos Municípios (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo Deflator implícito do PIB a preços de 2008.

Contudo, analisado todo o período de 2000 a 2008, o que se observa é uma taxa média de crescimento anual do produto maior nos espaços não metropolitanos, no confronto com as regiões metropolitanas de seus estados. Somente as regiões metropolitanas de Vitória, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba e Florianópolis cresceram mais do que o restante dos seus

<sup>16</sup> No caso do restante do estado de Pernambuco, a tendência futura é de reversão da taxa de crescimento do PIB e da população, em prol da região metropolitana do Recife, devido aos novos investimentos que vêm sendo realizados, sobretudo no Complexo Portuário de Suape.

respectivos estados. Corrobora-se, assim, a hipótese central desta pesquisa de que a retomada do crescimento, a partir de 2004, favoreceu a dinâmica dos espaços metropolitanos.

### **Dinâmica do Emprego Formal**

O desempenho favorável da economia brasileira, no início dos anos 2000, refletiu-se de diversas maneiras sobre o mercado de trabalho nacional, como se analisou no Capítulo 1. Uma dessas maneiras foi a significativa mudança na estrutura ocupacional, em particular a associada à forte expansão do emprego formal, que vem crescendo desde 1999, como resultado de vários fatores, dentre os quais a desvalorização cambial e o processo de “re-nacionalização da produção”, a princípio, e, posteriormente, o “aumento e descentralização do gasto público social”, o crescimento do crédito na economia (estimulando a formalização dos estabelecimentos), o crescimento das exportações, a implementação do SIMPLES (que descomplica e desonera os impostos e contribuições pagos pelas micro e pequenas empresas) e o aumento da fiscalização dos contratos de trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego (DEDECCA & ROSANDISKI, 2006; CARDOSO JR., 2007).

A dinâmica diferenciada do crescimento populacional e econômico – em especial, do valor adicionado industrial – refletiu-se na geração mais favorável de empregos formais, nas áreas não metropolitanas, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE). Enquanto o emprego formal cresceu à taxa de 4,4% ao ano nas metrópoles, nos espaços não metropolitanos as ocupações com carteira assinada cresceram 6,2% ao ano, entre 2000 e 2008. Em números absolutos, dos mais de 13 milhões de empregos formais gerados nesse período, quase seis milhões foram criados nas metrópoles e os outros 7,2 milhões, fora delas.

Os mesmos elementos indutores da retomada do crescimento sustentado da economia nacional – a expansão do consumo e do investimento e a manutenção do incremento das exportações, que reativaram a indústria e, sobretudo, os serviços metropolitanos – também influenciaram positivamente na dinâmica da geração do emprego formal, nos espaços metropolitanos. Analisando-se o incremento desse emprego formal, entre 2004 e 2008, nota-se que 50,8% dos novos postos de trabalho foram gerados nas metrópoles. Com efeito, dos mais de

oito milhões de novas ocupações com carteira assinada, nesse período, 4,1 milhões foram criados nos espaços metropolitanos, 2,5 milhões nos municípios não metropolitanos com mais de 50 mil habitantes e 1,5 milhão nos não metropolitanos com até 50 mil pessoas (Tabela 2.11).

**Tabela 2.11 - Emprego formal e incremento do emprego formal, distribuição e taxa média anual de crescimento segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos  
Brasil, 2000/2008**

Especificação	Emprego Formal			Incremento				Distribuição do incremento	
	2000	2004	2008	04/08	% cresc.	00/08	% cresc.	04/08	00/08
Não Metropolitano até 50 mil	4.320.635	5.791.780	7.244.361	1.452.581	25,1	2.923.726	67,7	18,1	22,1
Não Metropolitano mais de 50 mil	7.480.787	9.288.371	11.787.562	2.499.191	26,9	4.306.775	57,6	31,1	32,6
Metropolitano	14.427.207	16.319.113	20.399.805	4.080.692	25,0	5.972.598	41,4	50,8	45,2
<b>Brasil</b>	<b>26.228.629</b>	<b>31.399.264</b>	<b>39.431.728</b>	<b>8.032.464</b>	<b>25,6</b>	<b>13.203.099</b>	<b>50,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTE - RAIS (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

Relativamente à evolução do emprego formal brasileiro, ao longo dos anos 2000, registrou-se alteração no patamar de crescimento dos postos de trabalho, a partir de 2004, com taxas médias de expansão anual de aproximadamente 6%. É certo que ele vinha crescendo, desde o final da década de 1990, mas, de 2004 em diante, desencadeou-se, efetivamente, uma nova dinâmica em favor dos trabalhadores, com a geração de empregos formais.

Em termos de participação no total do emprego formal brasileiro, houve uma perda de peso das metrópoles (que passaram de 55%, no ano 2000, para 51,7%, em 2008). Todavia, a análise do período de maior crescimento do emprego, fruto da dinâmica da economia nacional, identificou certa estabilidade na contribuição das metrópoles para o volume total do País (Tabela 2.12).

Entre 2004 e 2008, o crescimento do emprego formal ficou acima dos 5% ao ano, nos espaços metropolitanos, assim como nos dois recortes utilizados para a análise dos espaços não metropolitanos. Essa forte aceleração do emprego formal, no período, foi reflexo da geração de novos postos de trabalho, mas, também, do processo de formalização ocorrido. Advirta-se que os espaços não metropolitanos com mais de 50 mil habitantes detiveram, entre 2004 e 2008, uma maior taxa de crescimento. Porém, esses espaços já vinham crescendo de maneira intensa no período anterior (2000/04) e, sem dúvida, foram os espaços metropolitanos que revelaram maior dinamismo no período recente (2004/08).

Nos espaços não metropolitanos de menor porte, o emprego formal também seguiu a dinâmica do produto (Tabela 2.8), desacelerando sua expansão, no período recente (devido à mudança de padrão de crescimento) e, conseqüentemente, a geração de postos de trabalho.

**Tabela 2.12 - Distribuição e taxa média anual de crescimento do emprego formal segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos  
Brasil, 2000/2008**

Especificação	Distribuição do emprego formal			Taxa de Crescimento Anual		
	2000	2004	2008	00/04	04/08	00/08
Não Metropolitano até 50 mil	16,5	18,4	18,4	7,6	5,8	6,7
Não Metropolitano mais de 50 mil	28,5	29,6	29,9	5,6	6,1	5,8
Metropolitano	55,0	52,0	51,7	3,1	5,7	4,4
Brasil	100,0	100,0	100,0	4,6	5,9	5,2

Fonte: MTE - RAIS (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

A análise do emprego formal, nas regiões metropolitanas, em relação aos respectivos estados, mostra que, em sete deles, a RM cresceu a taxas maiores. Nos espaços não metropolitanos (restante do estado), o ritmo de crescimento superou o calculado para as metrópoles, nos estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul (Tabela 2.13), como reflexo da expansão, para o interior, da fronteira agrícola-mineral, da extração de petróleo na bacia de Campos e da retomada do investimento produtivo e em infraestrutura. Nesse sentido, merece destaque o caso da região Nordeste, com as obras de duplicação da BR-101, transposição do Rio São Francisco e instalação dos ramais da Ferrovia Transnordestina, entre outros.

Assim, apesar do expressivo crescimento do número de empregos formais, nos espaços metropolitanos, entre 2004 e 2008, a investigação da dinâmica do trabalho formal, nos estados com RM (de acordo com o estudo do Observatório das Metrópoles) mostra que, a taxa média de geração de emprego formal dos espaços não metropolitanos foi maior que a observada nos espaços metropolitanos.

**Tabela 2.13 - Taxa média anual de crescimento do emprego formal dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação Brasil, 2004/2008**

UF		Metropolitano	Não Metropolitano
Amazonas		8,00	17,94
Pará		5,67	9,30
Ceará		7,44	6,21
Pernambuco		6,16	6,75
Bahia		5,39	7,30
Minas Gerais		6,52	5,32
Espírito Santo		7,39	6,23
Rio de Janeiro		4,67	5,93
São Paulo	RMSP	6,06	5,78
	RM Campinas	6,93	
Paraná		5,83	5,01
Santa Catarina		6,91	5,80
Rio Grande do Sul		3,11	3,94
Goiás	RM Goiânia	5,89	7,92
	RIDE - DF e Entorno	4,30	
Distrito Federal	RIDE - DF e Entorno		-

Fonte: MTE - RAIS (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

Outro ponto importante para a caracterização dessa dinâmica é a distribuição da massa de rendimentos dos ocupados formais. Entre 2000 e 2004, ampliou-se a participação dos espaços não metropolitanos: a expansão da massa de salários foi calculada em 5,6% a.a., como reflexo do forte crescimento ocorrido nos municípios com até 50 mil habitantes. Nas metrópoles, a expansão ficou em apenas 1,4% ao ano. Esse comportamento suavizou-se entre 2004 e 2008, com a aceleração da geração de empregos formais associada ao crescimento econômico e significativos aumentos reais do salário mínimo (Tabela 2.14): a massa total de rendimentos reais, no País, passou a crescer à taxa de 8,8% ao ano, com expansão de 9,8% a.a., nos espaços não metropolitanos, e de 8,3% ao ano, nas metrópoles. Apesar de os espaços não metropolitanos permanecerem com taxas médias de crescimento da massa de rendimento maiores que as encontradas nos espaços metropolitanos, ocorreu, também em relação a essa variável, maior aceleração nas metrópoles, no período recente.

**Tabela 2.14 - Distribuição e taxa média anual de crescimento da massa de rendimento real segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos Brasil, 2000/2008**

Especificação	Distribuição da Massa de Rendimento			Taxa de Crescimento Anual		
	2000	2004	2008	00/04	04/08	00/08
Não Metropolitano até 50 mil	9,1	10,8	11,6	7,4	10,8	9,1
Não Metropolitano mais de 50 mil	23,5	25,4	25,9	4,9	9,3	7,1
Metropolitano	67,5	63,8	62,6	1,4	8,3	4,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	2,9	8,8	5,8

Fonte: MTE - RAIS (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 2008.

Em relação ao rendimento médio mensal, destaca-se, inicialmente, uma significativa diferença entre os trabalhadores dos espaços metropolitanos e os dos não metropolitanos: os salários dos ocupados em espaços não metropolitanos representavam cerca de 60% dos rendimentos nas metrópoles, no início dos anos 2000 (Tabela 2.15).

Entre 2000 e 2004, ocorreu uma queda generalizada na renda do trabalho, reflexo da maior pressão inflacionária. Após 2004, porém, presenciou-se uma junção de fatores (como a retomada sustentada do crescimento econômico, a forte expansão do emprego formal, o maior controle da inflação e a adoção de políticas de valorização do salário mínimo), que determinaram o crescimento do rendimento médio do trabalho.

As altas taxas médias anuais de crescimento da massa de rendimentos e do rendimento médio mensal verificadas nos municípios menores não metropolitanos estão relacionadas ao aumento da fiscalização e à expansão da formalização no agronegócio e na agroindústria, como também ao maior peso do salário mínimo.

A retomada do crescimento real do rendimento médio mensal do trabalho entre 2004 e 2008 ocorreu impulsionada, principalmente, pela expansão da renda fora das metrópoles. Nesse período, mesmo com a valorização do salário mínimo e a baixa inflação, o rendimento nas metrópoles cresceu abaixo da taxa média nacional. Contudo, deve-se destacar que, apesar desse cenário, não ocorreu diminuição das diferenças de rendimento médio mensal entre os espaços metropolitanos e não metropolitanos.

**Tabela 2.15 - Rendimento médio mensal real e taxa média anual de crescimento segundo espaços metropolitanos e não metropolitanos Brasil, 2000/2008**

Especificação	Rendimento Médio Mensal			Taxa de Crescimento Anual		
	2000	2004	2008	00/04	04/08	00/08
Não Metropolitano até 50 mil	714,6	709,1	853,8	-0,2	4,8	2,3
Não Metropolitano mais de 50 mil	1.069,4	1.044,5	1.174,9	-0,6	3,0	1,2
Metropolitano	1.594,3	1.491,4	1.641,8	-1,7	2,4	0,4
Brasil	1.299,7	1.214,9	1.357,5	-1,7	2,8	0,5

Fonte: MTE - RAIS (2000, 2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 2008.

## Síntese

A dinâmica demográfica da primeira década do século XXI revelou maior crescimento populacional, em primeiro lugar, nos municípios não metropolitanos com mais de 50 mil habitantes e grande importância para aqueles ligados a expansão da fronteira agrícola, e, em segundo lugar, nos municípios metropolitanos. Em relação à análise desses dois grupos de espaço, segundo a respectiva Unidade da Federação, constatou-se uma dinâmica populacional mais intensa nas metrópoles, em comparação ao restante dos seus estados, salvo nos casos do Pará, Rio de Janeiro e Pernambuco. Corroboram-se, portanto, as conclusões da análise do “Comunicados do IPEA” nº 68 (2010): “Confirma-se, portanto, uma dinâmica de mais intenso crescimento populacional nas metrópoles, cidades médias, fronteiras agrícolas e litoral, a despeito do interior dos estados” (IPEA, 2010: 13).

Tanto nos espaços metropolitanos, quanto nos não metropolitanos, evidenciou-se uma continuidade no processo de desconcentração da atividade econômica, ao longo da primeira década dos anos 2000. É necessária, porém, uma investigação mais aprofundada dos dois períodos, que marcaram o cenário econômico nacional. De fato, se, entre 2000 e 2004, essa desconcentração se deu mais efetivamente devido a um modelo de crescimento baseado nas exportações, favorecendo os espaços não metropolitanos, no período de 2004 e 2008, o que ocorreu foi a manutenção da participação do PIB dos espaços metropolitanos e não metropolitanos, refletindo um novo padrão de crescimento, vinculado à expansão do consumo e da renda das famílias e à retomada do investimento produtivo e em infraestrutura social e

econômica. Por fim, nota-se uma aproximação das taxas de crescimento do produto entre os espaços metropolitanos e não metropolitanos, nesse período mais recente.

Como conclui Macedo:

“(...) essa distensão – produtiva e demográfica – sobre o território, do ponto de vista econômico, teve (e continua tendo) relação direta, no período pós-1990 e neste início de século XXI, com o tipo de inserção externa do país, que reforçou e reatualizou uma característica histórica de nossa dinâmica urbano-regional: ser simultaneamente concentrada – dada a força e grandeza das metrópoles que continuam a concentrar parcela significativa do produto, da renda e da população (e também da pobreza urbana, é bom frisar) – e dispersa, visto que o avanço contínuo da fronteira interna pela incorporação de novas áreas (agrícolas e minerais) aumenta a ocupação do território” (MACEDO, 2010: 203).

O que se observa, na análise dos dados relativos às metrópoles brasileiras, é que, apesar do maior crescimento do PIB e do emprego formal, fora das metrópoles, há, no início dos anos 2000, relativa estabilidade da distribuição populacional em relação aos espaços metropolitanos e não metropolitanos. Essa estabilidade se dá pelo crescimento das periferias metropolitanas e dos municípios com mais de 50 mil habitantes fora das metrópoles.

O fato é que as 15 metrópoles estudadas – mesmo após toda a crise dos anos de 1990, e com a reativação do crescimento, sobretudo a partir de 2004 – ainda são espaços importantes no âmbito da dinâmica da economia brasileira, pelo fato de representar 36% da população brasileira e mais de 50% do PIB, tanto quanto do emprego formal. O grande peso do setor de serviços na dinâmica nacional e o fato de ele estar preponderantemente vinculado ao espaço urbano metropolitano, em conjunto com a indústria de bens de consumo duráveis e de capital, confirmam o inegável peso e a força das metrópoles, que ainda exercem significativa influência sobre a dinâmica nacional.

Todavia, é necessário considerar que novos fatores, como o papel expressivo da produção e do mercado de trabalho agrícolas, além do peso das transferências de renda para as economias das médias e pequenas cidades, já influenciam e influenciarão cada vez mais a dinâmica econômica externa aos centros metropolitanos. Isso indica a progressiva complexidade das dinâmicas metropolitana e não metropolitana nos próximos anos.

Em suma, confirma-se a hipótese de que o contexto macroeconômico, entre 2004 e 2008, de retomada do crescimento econômico, inclusive da indústria – fomentado pelo maior dinamismo do mercado interno e mantido o cenário internacional favorável –, reativaria as estruturas produtivas e ocupacionais mais diversificadas e complexas, nas metrópoles. Contudo, isso não significa que esses espaços passaram a ser os protagonistas do novo momento da economia nacional. O estudo das dinâmicas produtivas e do emprego formal, ao longo dos anos 2000, revelou um crescimento generalizado, em termos territoriais, do produto e da ocupação formal, a partir de 2004. Daí até 2008, não ocorrerem alterações na distribuição das estruturas produtivas e do emprego formal, nos espaços metropolitanos e não metropolitanos.

Conclui-se, pois, que apesar de ter possibilitado uma aceleração das taxas de crescimento dos espaços metropolitanos, a retomada recente do crescimento da atividade econômica teve como principal característica a equiparação do crescimento dos distintos espaços, sem aumentar as diferenças regionais entre as metrópoles e o interior – o que é, em si mesmo, importante.

O entendimento das dinâmicas populacionais, produtivas e ocupacionais dos espaços metropolitanos, nos anos 2000, sobretudo entre 2004 e 2008, servirá de base para o exame mais aprofundado que se deseja realizar no próximo capítulo, a partir do estudo do comportamento do mercado de trabalho e dos rendimentos do trabalho, nas antigas metrópoles, em comparação ao restante do País no período recente.



## **CAPÍTULO 3 - O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NAS ANTIGAS METRÓPOLES EM COMPARAÇÃO AO RESTANTE DO PAÍS, NO PERÍODO DE 2004 A 2008**

### **3.1 Introdução**

Os 25 anos de estagnação econômica vividos pelo Brasil, a partir dos anos de 1980, influenciaram decisivamente o movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional. Esse movimento compreende vários fenômenos, dentre os quais: as altas taxas de desemprego aberto; o aumento dos trabalhadores não remunerados, sem carteira e por conta própria; e a forte redução dos empregos nas grandes empresas, associada à expansão de novos postos de trabalho, principalmente nas pequenas empresas que, em grande medida, absorveram pessoas da família, para trabalharem sem carteira.

Os principais aspectos desfavoráveis, em relação ao mercado de trabalho desse período, estão relacionados sobretudo ao aumento significativo do desemprego e à deterioração das condições de absorção no mercado de trabalho. Esse processo ocorreu, tanto nas antigas metrópoles brasileiras, quanto fora delas, como ressaltam Siqueira e Maia (2010).

Ao analisar a desigualdade dos mercados de trabalho metropolitanos e não metropolitanos, Siqueira e Maia partem da hipótese central de que, entre 1981 e 2006, “houve [uma] piora em alguns dos importantes e já precários indicadores do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nas áreas metropolitanas, as quais concentram as maiores e melhores possibilidades de inserção ocupacional e de captação de renda” (SIQUEIRA e MAIA, 2010: 349). E concluem que ocorreu, de fato, uma piora nas estruturas ocupacionais, de forma generalizada, nas antigas áreas metropolitanas e não metropolitanas, desde os anos de 1980.

Em síntese, apesar de um contexto de estabilização monetária favorável ao aumento do poder de compra da população, os processos de globalização avançada, reestruturação produtiva e abertura comercial e financeira, ocorridos na economia brasileira, sobretudo a partir dos anos de 1990, acentuaram as desigualdades herdadas. Os impactos desses processos foram, sem dúvida,

mais prejudiciais às áreas metropolitanas, especialmente às metrópoles mais antigas e consolidadas. Entretanto, como destacam Siqueira e Maia (2010), as antigas áreas metropolitanas ainda são as áreas que “concentram as maiores e melhores possibilidades de inserção ocupacional e de captação de renda” (SIQUEIRA e MAIA, 2010: 349).

Por sua vez, o período recente (de 2004 a 2008) apresentou um comportamento positivo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que, não obstante se mostrar limitado para uma alteração mais substantiva da estrutura do mercado de trabalho, teve efeitos positivos na dinâmica e nos indicadores gerais desse mercado.

Entre as várias transformações observadas no mercado de trabalho nacional, merecem destaque: a queda do desemprego; o crescimento do número de pessoas ocupadas; as mudanças na composição dos novos empregos, em termos de posição na ocupação, fortemente associada ao significativo crescimento do emprego formal; o crescimento generalizado das ocupações, em todos os setores da economia (exceto no setor agrícola); a recuperação do poder de compra da renda média do trabalho; e o elevado crescimento da massa total de rendimentos do trabalho.

O objetivo deste Capítulo é examinar, com maiores detalhes, as possíveis alterações na estrutura do emprego e da renda do trabalho, no mercado de trabalho metropolitano, em comparação com o restante do País, no período de crescimento econômico (de 2004 a 2008). Serão utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – IBGE), a fim de possibilitar uma análise mais geral do mercado de trabalho e da evolução da renda do trabalho, inclusive do mercado de trabalho informal<sup>17</sup>, sobretudo dos trabalhadores sem carteira e por conta própria.

Antes de tudo, porém, é necessário explicitar algumas observações e precisões metodológicas. De fato, a PNAD “é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias – municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos)” (IBGE, 2009: 34). A pesquisa tem abrangência nacional, mas só permite desagregações em nível de Unidades da Federação, e de nove regiões metropolitanas – as nove primeiras, implementadas pelo Governo Federal, a partir

---

<sup>17</sup> A informalidade sempre foi uma forte característica dos espaços urbanos metropolitanos. Para mais pormenorizadas informações sobre o assunto, ver: Cacciamali (1982); Cacciamali (2000); Sassen (1997).

do Decreto-lei, em 1973 – sem que sua amostra perca significância. Outra limitação da pesquisa é a incorporação da área rural da região Norte só a partir de 2004, o que obriga o pesquisador a fazer uma escolha: ou utiliza uma série maior, por exemplo, de 2001 a 2008, sem os dados da região Norte rural, ou faz a série a partir de 2004, incorporando a parte rural dessa macrorregião.

Por isso, no presente estudo, ponderou-se se deveriam ser utilizados os dados da PNAD ou os da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE), que capta apenas os empregos formais, mas, por ser uma pesquisa universal, permite a desagregação até o nível municipal, possibilitando a construção e análise de todas as regiões metropolitanas desejadas.

Para a análise da dinâmica mais geral da criação de novos postos de trabalho, no início dos anos 2000, optou-se pela RAIS, que permitiu a desagregação dos espaços territoriais adotados no Capítulo 2: *i) espaços metropolitanos*, obtidos a partir do estudo do OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2004) e compostos por 15 espaços urbanos metropolitanos<sup>18</sup>; e *ii) espaços não metropolitanos*, que representam o restante do País.

Neste Capítulo, onde será realizada uma análise mais pormenorizada e aprofundada da evolução do emprego e do rendimento do trabalho, no período de 2004 a 2008, optou-se pela utilização dos dados da PNAD, com a seguinte desagregação: *i) antigas metrópoles*, compostas pelas RM de Belém, RM de Fortaleza, RM do Recife, RM de Salvador, RM de Belo Horizonte, RM do Rio de Janeiro, RM de São Paulo, RM de Curitiba, RM de Porto Alegre e Distrito Federal<sup>19</sup>; e *ii) restante do País*, que inclui as demais metrópoles e capitais de estado além dos municípios não metropolitanos, admitindo-se uma subestimação, diante dos espaços não metropolitanos, porquanto foram incorporadas áreas metropolitanas não contempladas pela PNAD.

A comparação das diferentes metodologias, em termos de tamanho da população, do Produto Interno Bruto real e do emprego formal, pode ser observada na Tabela 3.1. As antigas metrópoles detêm, em média, 84% da população total dos espaços metropolitanos, uma vez que não são consideradas as regiões metropolitanas de Manaus, Vitória, Goiânia e Florianópolis, nem

---

<sup>18</sup> RM de São Paulo, RM do Rio de Janeiro, RM de Belo Horizonte, RM de Porto Alegre, RIDE do Distrito Federal e Entorno, RM de Curitiba, RM de Salvador, RM do Recife, RM de Fortaleza, RM de Campinas, RM de Manaus, RM de Vitória, RM de Goiânia, RM de Belém e RM de Florianópolis. Para maiores detalhes, ver Quadro no Anexo 1.

<sup>19</sup> O Distrito Federal representa o núcleo da RIDE do Distrito Federal e Entorno, perdendo-se, assim, em relação ao espaço metropolitano anteriormente definido, apenas a periferia dessa Região de Integrada de Desenvolvimento.

a periferia da RIDE do Distrito Federal e Entorno, que correspondem a 16% daquele total. Já a população da área não metropolitana é 9% maior que a do restante do País.

Quanto aos dados do PIB real, a participação das antigas metrópoles também se situava em torno de 85%, em 2008. No entanto, houve uma pequena perda de participação, ao longo do período de 2000 a 2008. Isso ocorreu devido ao crescimento, acima da média, dos espaços metropolitanos (3,1% a.a.), nas regiões metropolitanas de Vitória (6,9% ao ano), Florianópolis (5,2% a.a.), Manaus (4,6% ao ano), Goiânia (4,1% a.a.) e periferia da RIDE do Distrito Federal (3,7% ao ano), entre 2000 e 2008, que ficaram de fora da metodologia da PNAD. Por sua vez, o PIB real das áreas não metropolitanas ultrapassou em 15% o do restante do País, mantendo essa superioridade, ao longo do período analisado (Tabela 3.1).

**Tabela 3.1 - População residente, PIB real e emprego formal segundo diferentes classificações dos espaços metropolitanos e não metropolitanos Brasil, 2000/2010**

Especificação	População (em mil pessoas)		PIB real (em R\$ milhões) <sup>1</sup>			Emprego Formal (em mil pessoas)		
	2000	2010	2000	2004	2008	2000	2004	2008
Espaços Metropolitanos	62.302	70.432	1.233.334	1.298.921	1.572.845	14.427	16.319	20.400
Espaços Não Metropolitanos	107.497	120.238	1.025.561	1.212.396	1.457.987	11.801	15.080	19.032
Antigas Metrôpoles	52.878	58.873	1.075.024	1.115.101	1.346.939	12.633	14.034	17.417
Restante do país	116.922	131.797	1.183.870	1.396.216	1.683.892	13.596	17.365	22.015
Part. (%) das Antigas Metrôpoles/ Espaços Metropolitanos	84,9	83,6	87,2	85,8	85,6	87,6	86,0	85,4
Part. (%) dos Espaços Não Metropolitanos/ Restante do país	108,8	109,6	115,4	115,2	115,5	115,2	115,2	115,7

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e PIB dos Municípios e MTE - RAIS. Elaboração Própria

Nota: 1 - Valores deflacionados pelo Deflator implícito do PIB a preços de 2008.

Em relação aos dados do emprego formal, evidenciam-se as mesmas participações e tendências observadas quanto ao produto interno bruto, na comparação das duas metodologias adotadas. Entretanto, as metrópoles não captadas pela PNAD cresceram a taxa média anual ainda maior do que os 4,4% ao ano, entre 2000 e 2008, das 15 RM componentes dos espaços metropolitanos, com exceção da RIDE do Distrito Federal onde a geração de postos de trabalho formal cresceu em média, apenas 3% a.a. Merecem destaque o crescimento expressivo de 8,8%

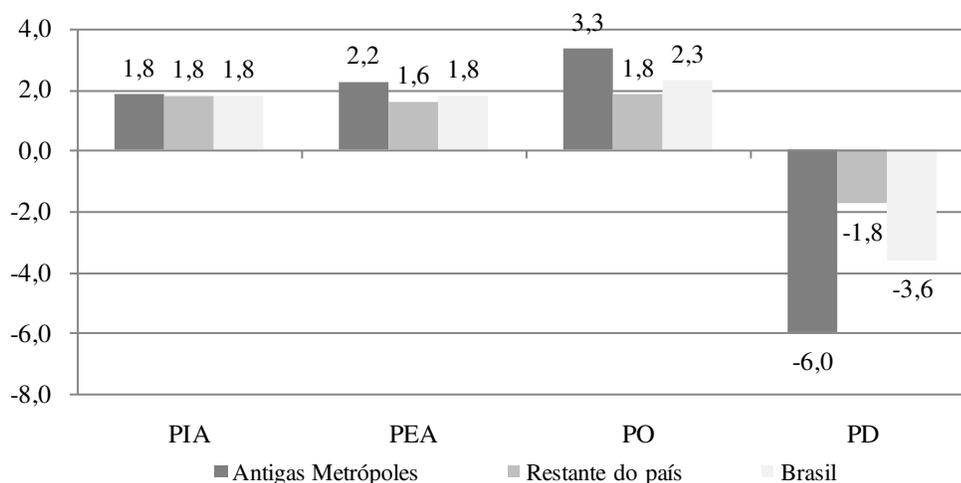
a.a. do emprego formal na Região Metropolitana de Manaus e o de 6,5% a.a. das Regiões Metropolitanas de Vitória e Florianópolis, segundo a Tabela A.1 anexa.

Feitas as ressalvas metodológicas, procede-se, nos tópicos a seguir, à análise do panorama geral do mercado de trabalho, com dados referentes às taxas de participação, ocupação e desemprego das antigas metrópoles brasileiras e do restante do País (item 3.2). Em sequência, serão observados recortes mais específicos: por setor de atividade (item 3.3), posição na ocupação (item 3.4) e perfil ocupacional (item 3.5). No Item 3.6, a análise baseia-se na evolução da estrutura de rendimentos dos ocupados e, por fim, apresenta as considerações finais.

### **3.2 A evolução da força de trabalho**

A população em idade ativa (pessoas com mais de 10 anos) cresceu, entre 2004 e 2008, à taxa de aproximadamente 1,8% a.a., tanto nas antigas metrópoles brasileiras, quanto no restante do País. É, a partir da análise dos dados da população economicamente ativa (PEA), que algumas diferenças começam a ser notadas. Com efeito, nesse período recente de crescimento econômico, as antigas metrópoles voltaram a dinamizar o crescimento da PEA e da população ocupada (PO), no mercado de trabalho brasileiro. O significativo crescimento de 3,3% da PO representou a criação de mais de 3,4 milhões de postos de trabalho nessas metrópoles. Dado que o incremento da PEA foi calculado em cerca de 2,7 milhões de pessoas, percebe-se que esse movimento refletiu diretamente a queda do número de desocupados (população desocupada - PD), no período (Gráfico 3.1).

**Gráfico 3.1 - Taxa de crescimento das condições de atividade segundo antigas metrópoles e restante do país Brasil, 2004/2008**



Fonte: IBGE - PNAD. Elaboração própria

Todavia, é necessário destacar que o peso do mercado de trabalho do restante do País ainda é muito maior em relação à participação do mercado de trabalho das antigas metrópoles, no total nacional: o universo fora das antigas metrópoles representa cerca de 69% da PEA e 70% da PO brasileira e sua participação praticamente não se alterou, no período analisado.

Considerando as taxas de participação, ocupação e desemprego, nota-se que, em 2004, o mercado de trabalho, nas antigas metrópoles, encontrava-se em pior situação, comparativamente ao restante do País. Com uma taxa de ocupação 6% menor e uma de desemprego aberto praticamente o dobro do restante do País, observa-se, nitidamente, como foi forte o impacto da recessão econômica dos anos de 1990 sobre as antigas metrópoles brasileiras.

Em 2008, porém, ocorreu uma reversão desse cenário: nas antigas metrópoles estudadas, houve um leve crescimento da taxa de participação e um significativo aumento na taxa de ocupação – analisada em relação a PIA –, fortemente influenciada pelo crescimento da população ocupada. Merece grande destaque a expressiva redução de 13,2% da taxa de desemprego aberto, em 2004, para 9,4% em 2008 (Tabela 3.2). Em síntese, entre 2004 a 2008, os indicadores de taxa de participação, ocupação e desemprego melhoraram de forma mais expressiva, nas antigas metrópoles, do que fora delas.

**Tabela 3.2 - Taxas de participação, ocupação e desemprego aberto segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Especificação	Antigas Metr6poles		Restante do pa3s		Brasil	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Taxa de Participa76o	60,8%	61,8%	62,6%	62,1%	62,0%	62,0%
Taxa de Ocupa76o	52,8%	56,0%	58,2%	58,3%	56,5%	57,5%
Taxa de Desemprego	13,2%	9,4%	7,0%	6,1%	8,9%	7,1%

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elabora76o Pr6pria

Apesar da significativa melhora nos indicadores do mercado de trabalho nas antigas metrópoles brasileiras, todos eles est6o abaixo dos observados no restante do Pa3s. O que ressalta, em termos de evolu76o do mercado de trabalho, fora das antigas metrópoles, 6 uma relativa estabilidade tanto da taxa de participa76o, quanto de ocupa76o, no per3odo de 2004 a 2008. Apenas a taxa de desemprego caiu, mas, mesmo assim, de forma bem menos significativa, do que nas metrópoles estudadas. Enquanto, nas antigas metrópoles se reduziu o n6mero de desocupados em quase 830 mil pessoas, no restante do Pa3s essa redu76o foi computada em apenas 305 mil pessoas.

A conclus6o 6 que esse per3odo recente de crescimento econ6mico nacional teve impactos positivos sobre a din6mica e os indicadores do mercado de trabalho das antigas metrópoles brasileiras, mas n6o suficientes para coloc6-las no mesmo patamar do mercado fora delas.

### **3.3 A din6mica setorial da ocupa76o**

O per3odo de crescimento econ6mico (de 2004 a 2008) revelou-se positivo para a trajet6ria do mercado de trabalho nacional, sobretudo do mercado de trabalho das antigas metrópoles brasileiras. Foram as 6reas metropolitanas estudadas que dinamizaram o crescimento nacional da PEA e da PO. Entretanto, apesar dessa melhora significativa, manteve-se o grande peso do mercado de trabalho fora das antigas metrópoles, em rela76o ao total, inclusive porque ele incorpora a quase totalidade do emprego agr3cola.

6 certo que o setor agr3cola, desde o processo de industrializa76o – intensificado nos anos de 1930 e, mais recentemente, com o crescimento mundial da chamada economia dos servi76os,

principalmente a contar dos anos de 1970 –, vem progressivamente perdendo espaço, em termos de participação na economia nacional. Contudo, não se pode desconsiderar a força crescente do agronegócio e da agroindústria, no cenário político e econômico, sobretudo devido a seu peso, em relação à balança comercial brasileira.

Em 2008, segundo dados do IBGE, o valor adicionado agrícola representava, aproximadamente, 6% do total nacional e 17% da população brasileira. O setor permanece fortemente concentrado fora dos espaços metropolitanos, como se pode observar pelos dados da Tabela 2.9: mais de 95% do produto agrícola procedem dos espaços não metropolitanos, em especial dos municípios com até 50 mil habitantes, reflexo da importância do agronegócio e da agricultura familiar para o setor.

Em termos de ocupação, mesmo no período de crescimento econômico, ocorreu um decréscimo do efetivo de ocupados no setor agropecuário, segundo os dados da PNAD. Em 2004, existiam quase 17,8 milhões de trabalhadores agrícolas; em 2008, o número reduziu-se para cerca de 16,1 milhões. Essa redução pode ser notada mais nitidamente na composição do emprego do setor fora das antigas metrópoles: de 29% do total de ocupados (em 2004) para 24,4% (em 2008). Em resumo, grande é o peso do setor agrícola fora das antigas áreas metropolitanas, mas também grande a redução da participação desse setor nesses espaços no período recente.

Todavia, para estabelecer o paralelo entre os mercados de trabalho das antigas metrópoles e do restante do País – e sabendo-se que a análise setorial dos ocupados com os dados de emprego agrícola dificulta essa comparação –, optou-se por utilizar, a partir deste ponto, os dados de população ocupada não agrícola. Feito esse recorte, observa-se que a taxa média anual de crescimento da população ocupada é discretamente menor no restante do País e mais homogênea, entre as duas áreas estudadas (Tabela 3.3).

**Tabela 3.3 - População ocupada por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

<b>Especificação</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>Taxa de cresc. anual (04/08)</b>
Antigas Metrópoles	24.385.386	27.940.731	3,5
Restante do país	42.252.527	48.353.622	3,4
<b>Brasil</b>	<b>66.637.913</b>	<b>76.294.353</b>	<b>3,4</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

A análise da participação setorial das atividades não agrícolas<sup>20</sup>, na composição do número de ocupados, revela características específicas, na comparação das antigas metrópoles com o restante do País, especialmente para os setores de serviços prestados às empresas, serviços coletivos, sociais e pessoais, outros serviços, transporte, alojamento e alimentação e intermediação financeira (Tabela 3.4). As primeiras apresentam grande peso dos setores de comércio e reparação, seguidos pela indústria de transformação, serviços sociais, domésticos e prestados principalmente às empresas, transporte, alojamento e alimentação e intermediação financeira. Já no restante do País, observa-se menor participação dos serviços prestados às empresas, em contrapartida ao maior peso das atividades de comércio e reparação, da indústria de transformação e da construção. Nas duas áreas estudadas, constata-se uma participação importante dos serviços domésticos entre os ocupados, com peso relativamente maior para as áreas fora das antigas metrópoles.

<sup>20</sup> Os setores de atividade não agrícola foram classificados como: Indústria de transformação; Construção; Outras atividades industriais (compreendendo a indústria extrativa e os serviços industriais de utilidade pública); Comércio e reparação; Alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e comunicação; Administração pública, defesa e seguridade social; Educação, saúde e serviços sociais; Serviços domésticos; Intermediação financeira e atividades auxiliares; Serviços prestados às empresas; Serviços coletivos, sociais e pessoais. (Os serviços sociais, nesse caso, referem-se aos serviços associativos e de atividades recreativas, culturais e desportivas); Outros serviços (compreendendo atividades imobiliárias e de informática, aluguel de veículos, máquinas e equipamentos e pesquisa e desenvolvimento nas ciências sociais e humanas); e Atividades mal definidas.

**Tabela 3.4 - Participação da população ocupada por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Setores de atividade	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Indústria de transformação	15,7	15,4	18,5	18,5	17,5	17,4
Construção	7,1	7,9	8,5	9,7	8,0	9,0
Outras atividades industriais	0,7	0,7	1,2	1,1	1,0	1,0
Comércio e reparação	20,9	19,6	22,5	21,9	21,9	21,1
Alojamento e alimentação	4,9	5,1	4,3	4,5	4,5	4,7
Transporte, armazenagem e comunicação	6,6	7,0	5,3	5,4	5,8	6,0
Administração pública, defesa e seguridade social	5,4	4,8	6,8	6,6	6,3	5,9
Educação, saúde e serviços sociais	10,9	10,8	11,2	11,4	11,1	11,2
Serviços domésticos	9,0	8,2	10,1	9,0	9,7	8,7
Intermediação financeira e atividades auxiliares	2,3	2,3	1,0	1,0	1,5	1,5
Serviços prestados principalmente às empresas	7,3	8,2	3,9	4,3	5,1	5,8
Serviços coletivos, sociais e pessoais	5,6	6,3	5,1	4,8	5,2	5,4
Outros serviços	3,0	3,1	1,3	1,5	1,9	2,1
Atividades mal definidas	0,5	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Nas antigas metrópoles, ressalta-se o crescimento do peso dos serviços prestados às empresas – que passaram de 7,3% do total de ocupados (em 2004) para 8,2% (em 2008) – e da construção civil (que, em 2008, já representava quase 8% do total de trabalhadores), seguidos pelos serviços coletivos, sociais e pessoais (sobretudo pelos serviços pessoais) e de transporte, armazenagem e comunicação. Note-se que os setores de comércio e reparação, indústria de transformação e serviços domésticos (que têm maiores pesos na distribuição dos ocupados), registram um crescimento médio anual da população ocupada abaixo da taxa média anual, observada nas metrópoles. Contudo, apesar das menores taxas de crescimento verificadas, os setores de serviços prestados às empresas, indústria de transformação, construção civil e comércio e reparação foram os principais responsáveis pelo incremento de novos postos de trabalho, nas áreas metropolitanas: em conjunto, responderam por 52% dos mais de 3,5 milhões de novos empregos gerados entre 2004 e 2008 (Tabela A.2 do Anexo 2).

No restante do País, o setor que mais ganhou participação, entre 2004 e 2008, em termos de pessoas ocupadas, foi a construção civil, seguido pelos serviços prestados às empresas. Entre os setores de maior peso na distribuição dos ocupados fora das áreas metropolitanas antigas

(comércio e reparação, indústria de transformação, educação, saúde e serviços sociais e domésticos), a taxa de crescimento médio anual do número de ocupados ficou acima da alcançada pelo restante do País, com exceção do setor de comércio que cresceu 2,7% ao ano, entre 2004 e 2008 (Tabela 3.5). Apesar da menor taxa média de incremento do setor de comércio e reparação, foi ele que respondeu pela criação de mais de um milhão de novos postos de trabalho, fora das áreas metropolitanas. Em conjunto com a indústria da transformação e construção civil, os três setores criaram 54% dos mais de 6,1 milhões de novos empregos gerados no restante do País, entre 2004 e 2008.

Por fim, saliente-se a perda de participação, no período considerado, do número de ocupados no comércio e reparação e nos serviços domésticos, nas duas áreas estudadas. Entretanto, o setor de comércio e reparação, não obstante o menor crescimento médio anual do número de pessoas ocupadas, gerou, entre 2004 e 2008, 1,48 milhão de empregos, dos quais 399 mil nas antigas metrópoles e 1,08 milhão no restante do País (Tabela A.2 no Anexo 2).

**Tabela 3.5 - Taxa média anual de crescimento da população ocupada por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Setores de atividade	Taxa de cresc. anual (2004/2008)		
	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil
Indústria de transformação	3,0	3,4	3,3
Construção	6,1	6,9	6,6
Outras atividades industriais	3,7	1,3	1,9
Comércio e reparação	1,9	2,7	2,4
Alojamento e alimentação	4,3	4,6	4,5
Transporte, armazenagem e comunicação	5,0	3,9	4,3
Administração pública, defesa e seguridade social	0,7	2,4	1,9
Educação, saúde e serviços sociais	3,4	3,9	3,7
Serviços domésticos	1,0	0,4	0,6
Intermediação financeira e atividades auxiliares	3,6	4,2	3,8
Serviços prestados principalmente às empresas	6,5	6,4	6,5
Serviços coletivos, sociais e pessoais	6,6	2,3	4,0
Outros serviços	4,6	7,0	5,7
Atividades mal definidas	-3,7	-2,3	-3,0
<b>Total</b>	<b>3,5</b>	<b>3,4</b>	<b>3,4</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

As principais diferenças observadas nas taxas médias anuais de crescimento da população ocupada das antigas metrópoles e do restante do País encontram-se na expansão mais acelerada do emprego nos serviços de transporte e comunicação, serviços pessoais e outras atividades industriais nas áreas metropolitanas. Já os outros serviços, sobretudo os relacionados a aluguel de veículos, máquinas e equipamentos e atividades de informática, e a intermediação financeira registraram taxas médias de crescimento anual de emprego maiores fora das antigas áreas metropolitanas.

Entre os setores de maior peso, na distribuição das pessoas ocupadas, destaca-se o crescimento da construção civil e indústria de transformação, puxado pelo dinamismo do restante do País. Do incremento de cerca de 9,7 milhões de ocupados no Brasil, de 2004 a 2008, esses dois setores e o comércio e reparação, em conjunto, responderam pela geração de 48% dos novos postos de trabalho, ou seja, 4,6 milhões de empregos (Tabela A.2, no Anexo 2).

Essa dinâmica de crescimento do emprego industrial, da construção civil e do comércio ocorreu tanto nas metrópoles, quanto fora delas. Todavia, é necessário destacar o maior ritmo de expansão do número dos ocupados nesses setores, fora das antigas áreas metropolitanas. Do total de novos postos de trabalho, gerados na indústria e na construção civil, 2,2 milhões situaram-se no restante do País e 940 mil, nas antigas metrópoles. Assim, 70% do incremento do contingente de ocupados, em cada um desses setores, foram contratados em áreas fora das metrópoles. Ocorre, portanto, uma expansão do emprego industrial e da construção em direção oposta à dinâmica metropolitana brasileira, acompanhando o processo de desconcentração industrial revelado pelos dados relativos ao valor adicionado industrial, discutido no Capítulo 2.

Relativamente à ocupação da indústria de transformação, os subsetores que mais geraram empregos, entre 2004 e 2008, nas metrópoles, foram os de confecção, fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias, metalurgia básica e fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Já o incremento da ocupação industrial fora das antigas áreas metropolitanas ocorreu nos subsetores de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, seguido pelos subsetores de metalurgia básica, fabricação de produtos têxteis, confecção e fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (Tabela A.3, no Anexo 2).

Como se ressaltou no Capítulo 2, o período de 2004 a 2008 foi marcado pelo crescimento da indústria de bens de consumo duráveis e de capital, cuja concentração territorial é, em grande

medida, metropolitana. A partir da metodologia de classificação da CNAE, desenvolvida por Cano (2008), e confrontando-a com os dados da PNAD, observa-se que o GIII (grupo dos setores ligados às indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo duráveis e de capital) gerou novos postos de trabalho, nas antigas metrópoles: foram criados, por exemplo, mais de 115 mil novas ocupações no subsetor de fabricação e montagem de veículos automotores, nas áreas metropolitanas. Entretanto, a importância dos setores do GIII, em relação ao PIB nacional, não se repete no caso da criação de novos postos de trabalho, dada a sua natureza capital-intensiva. Em termos de emprego na indústria de transformação, a confecção é o principal gerador de novas ocupações metropolitanas, enquanto a indústria de alimentos e bebidas desempenha esse papel, fora das áreas metropolitanas. Assim, a indústria de bens de consumo não duráveis (GI), intensiva em mão de obra, continua a exercer forte influência na geração de postos de trabalho, na fase de crescimento econômico recente. Por fim, na indústria de bens de consumo intermediário, coube à metalurgia básica importante papel no incremento do efetivo de pessoas ocupadas.

O setor de serviços, conforme se mostrou no Capítulo 2, com dados relativos ao valor adicionado, é responsável por 2/3 do PIB nacional e tem peso maior nas áreas metropolitanas. O padrão de crescimento da economia brasileira, entre 2004 e 2008 – baseado na expansão do consumo das famílias e na retomada do investimento produtivo e em infraestrutura econômica e social, associado a uma grande concentração das atividades terciárias nas metrópoles – favoreceu a expressiva criação de postos de trabalho no setor metropolitano de serviço. Destaque-se que 62% do incremento de novos empregos nas metrópoles foram gerados nos serviços<sup>21</sup>. O acréscimo do número de ocupados, entre 2004 e 2008, no setor de serviços foi calculado em 2,2 milhões, nas antigas metrópoles, e 2,7 milhões, no restante do País (Tabela A.2 no Anexo 2).

### **3.4 A força de trabalho segundo posição na ocupação**

Na evolução do contingente dos ocupados, segundo sua posição na ocupação, destaca-se o forte crescimento do número dos assalariados formais, entre 2004 e 2008 (Tabela 3.6). O

---

<sup>21</sup> O Setor de serviços compreende o conjunto das atividades de: Alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e comunicação; Administração pública, defesa e seguridade social; Educação, saúde e serviços sociais; Serviços domésticos; Intermediação financeira e atividades auxiliares; Serviços prestados às empresas; Serviços coletivos, sociais e pessoais; e Outros serviços (atividades imobiliárias e de informática, aluguel de veículos, máquinas e equipamentos e pesquisa e desenvolvimento nas ciências sociais e humanas).

emprego com carteira assinada cresceu à taxa média anual de 6%, no restante do País, e de 5,4%, nas antigas metrópoles. Essa nova dinâmica, na geração de postos de trabalho, na economia nacional, reverteu o cenário de crescimento do emprego sem carteira e por conta própria, característico da década de 1990. Esses dois grupos, tanto nas antigas metrópoles, quanto fora delas, cresceram a taxas médias anuais inferiores a 2%, no período analisado. O crescimento do funcionalismo público estatutário também reverteu o cenário de redução da máquina pública, nos anos de 1990: constatou-se a retomada do processo de reestruturação do emprego público, em todas as esferas de governo e com crescimento mais expressivo fora das áreas metropolitanas. Outro grupo de destaque, em termos de crescimento do número de pessoas ocupadas, é o que congrega os empregadores, cuja participação no total, apesar de pequena, cresceu 6,2% ao ano, no restante do País, e 5,2% ao ano, nas antigas metrópoles.

**Tabela 3.6 - Taxa média anual de crescimento das pessoas ocupadas no trabalho principal por posição na ocupação não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Posição na ocupação	Taxa de cresc. anual (2004/2008)		
	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil
Empregado com carteira	5,4	6,0	5,8
Militar	-2,7	3,3	0,1
Funcionário público estatutário	3,3	4,0	3,8
Empregado sem carteira	1,8	1,9	1,8
Trabalhador doméstico com carteira	1,9	1,5	1,6
Trabalhador doméstico sem carteira	0,6	0,1	0,3
Conta própria	1,5	1,3	1,3
Empregador	5,2	6,2	5,9
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,5	2,5	1,9
Não remunerado	4,8	1,7	2,4
Total	3,5	3,4	3,4

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

As mudanças na composição da estrutura ocupacional podem ser evidenciadas pela análise da participação das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. O significativo crescimento do emprego assalariado formal – mais de seis milhões de novos postos de trabalho, entre 2004 e 2008 – ocorreu de forma generalizada, aumentando a importância dos empregados com carteira de trabalho nas antigas metrópoles e fora delas. No restante do País, a participação

desses empregados foi menor do que a das antigas metrópoles. O conjunto dos postos de trabalho formais – empregos com carteira, militares e funcionários públicos – mantém maior grau de formalização dentro das áreas metropolitanas. Em contrapartida, é maior a participação dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria fora das antigas metrópoles<sup>22</sup>.

Entretanto, de maneira geral, houve uma redução do peso das ocupações sem cobertura legal, no total de ocupados, como reflexo do aumento do emprego formal, conforme se salientou anteriormente. Destaca-se também o maior peso do trabalho não remunerado não agrícola, fora das antigas metrópoles, e seu decréscimo, ao longo do período de crescimento econômico de (2004 a 2008).<sup>23</sup>

**Tabela 3.7 - Participação das pessoas ocupadas no trabalho principal por posição na ocupação não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Posição na ocupação	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Empregado com carteira	41,1	44,3	33,1	36,5	36,0	39,4
Militar	0,6	0,5	0,3	0,3	0,4	0,3
Funcionário público estatutário	6,7	6,7	8,7	8,9	8,0	8,1
Empregado sem carteira	16,7	15,7	18,9	17,8	18,1	17,0
Trabalhador doméstico com carteira	2,8	2,7	2,3	2,1	2,5	2,3
Trabalhador doméstico sem carteira	6,2	5,5	7,8	6,8	7,2	6,4
Conta própria	20,3	18,8	21,2	19,5	20,9	19,2
Empregador	4,1	4,4	4,6	5,1	4,4	4,8
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Não remunerado	1,4	1,4	3,1	2,9	2,4	2,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

O forte crescimento do emprego formal e a expansão do número de empregadores mostraram-se mais relevantes fora das antigas metrópoles, do que dentro delas. De maneira geral, esse incremento da ocupação com carteira de trabalho assinada (caso perdure) tende a ajudar na melhora estrutural do mercado de trabalho, que apresenta maiores fragilidades, em termos de regulação das relações de trabalho, com implicações nos rendimentos do trabalho, no restante do País.

<sup>22</sup> A análise do número de ocupados pela contribuição para a previdência, segundo os dados da PNAD, também ressalta maior peso relativo dos trabalhadores sem contribuição no restante do País, entre 2004 e 2008.

<sup>23</sup> Como tendência geral, observa-se uma significativa redução do trabalho não remunerado e ampliação do trabalho na produção para o próprio consumo, fora das áreas metropolitanas, principalmente no setor agrícola.

Pela Tabela 3.8 é possível fazer um estudo minudenciado da estrutura setorial das três principais posições na ocupação: **i)** ocupado com carteira, militar e funcionário público, estatutário (considerados trabalhadores formais); **ii)** ocupado sem carteira; e **iii)** ocupado por conta própria. Juntas, essas categorias ocupacionais correspondem, em média, a mais de 83% do total de postos de trabalho do Brasil.

Entre os trabalhadores formais, os setores que tiveram mais altas taxas médias de crescimento anual, entre 2004 e 2008, foram: construção civil, comércio e reparação, alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação e serviços prestados às empresas, tanto nas antigas metrópoles, quanto fora delas. Destaca-se, também, a importante participação da indústria de transformação e dos serviços de educação, saúde e serviços sociais (sobretudo educação e saúde pública), na geração de novos postos de trabalho, no período. Esses dois setores observaram crescimentos médios anuais maiores no restante do País, em comparação com as metrópoles estudadas.

A análise do incremento do número dos ocupados formais, em relação ao incremento total da ocupação, de 2004 a 2008, confirma o avanço no grau de formalização que ocorreu na economia brasileira. Ressalte-se, porém, que a contratação de novos trabalhadores formais foi maior nas antigas metrópoles. Indústria de transformação e construção, comércio e reparação e alojamento e alimentação são exemplos de setores em que isso aconteceu.

De todo modo, é necessário olhar com maior cautela para essa expansão do emprego formal. De fato, entre 2004 e 2008, 2/3 dos novos postos de trabalho formais foram gerados nos setores da construção civil, comércio e reparação, nas antigas metrópoles e fora delas, os quais, como se sabe, historicamente remuneram mal a mão de obra. A indústria da transformação, que oferece melhores oportunidades, em termos de ocupação, apesar de ter demonstrado forte vínculo com a dinâmica econômica, durante a crise financeira internacional de 2008/2009, respondeu por cerca de 20% do incremento de ocupados formais, tendo desempenhado um papel importante no período considerado.

Os empregados sem carteira de trabalho assinada perderam participação no total de ocupados, no Brasil, crescendo à taxa média anual de apenas 1,8%. Esse lento crescimento foi observado nas antigas metrópoles e no restante do País. Entretanto, observada a distribuição dos ocupados, no intervalo de 2004 a 2008, algumas diferenças podem ser ressaltadas. Assim, nas

antigas metrópoles, houve aumento do peso desses empregados nos serviços prestados às empresas, seguidos pelos serviços coletivos, sociais e pessoais, alojamento e alimentação, outros serviços, educação, saúde e serviços sociais e transportes, armazenagem e comunicação. Já no restante do País, o crescimento da participação das ocupações sem carteira de trabalho assinada ocorreu na construção civil, comércio e reparação, educação, saúde e serviços sociais, outros serviços e serviços prestados às empresas.

Nas metrópoles, a taxa média anual de expansão do emprego sem carteira, nos serviços prestados às empresas, superou a dos ocupados formais desse setor. O aumento do número de ocupados sem carteira, no setor de serviços coletivos, sociais e pessoais refletiu o crescimento da ocupação nas áreas metropolitanas, à taxa média de 6% ao ano, como decorrência, principalmente da forte expansão dos serviços pessoais. Esses dois setores, em conjunto com o de alojamento e alimentação, responderam pela geração de 83% do incremento do efetivo de ocupados sem carteira, nas antigas metrópoles.

Ainda em relação aos serviços coletivos, sociais e pessoais, no restante do País, ocorreu um decréscimo, em valores absolutos, dos ocupados sem carteira de tal setor. As ocupações por conta própria também seguiram o mesmo comportamento, aumentando relativamente mais, nas antigas metrópoles, embora como reflexo do crescimento dos serviços pessoais e de atividades recreativas, culturais e desportivas. Infere-se, portanto, que o crescimento da economia nacional e a forte expansão do emprego formal, entre 2004 e 2008, não conseguiram reverter à estrutura ocupacional do setor de serviços pessoais e de atividades recreativas, culturais e desportivas, em que os ocupados por conta própria têm maior peso que os empregados sem carteira, os quais, por sua vez, têm maior peso que os trabalhadores formais.

Diferentemente das antigas metrópoles – onde a construção civil aumentou sua participação, gerando principalmente postos de trabalho com carteira assinada e por conta própria –, no restante do País, a demanda desse setor foi tão expressiva, que gerou uma grande quantidade de postos de trabalho nas três principais posições de ocupação estudadas. Com efeito, de 2004 a 2008, houve crescimento médio anual de 12,3% na ocupação formal, 4,7% do emprego sem carteira e 4,9% dos trabalhadores por conta própria, na construção, fora das antigas metrópoles. Em outros termos, ocorreu, no período, o incremento de 445 mil novos empregos com carteira, 215 mil novos postos sem carteira e 316 mil por conta própria, nessas áreas.

Destaque-se, ainda, que os setores da construção, comércio e reparação e educação, saúde e serviços sociais foram responsáveis por 83% do incremento do número de ocupados sem carteira, no restante do País, entre 2004 e 2008.

**Tabela 3.8 - Participação das pessoas ocupadas no trabalho principal por posição na ocupação e setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país**

**Brasil, 2004/2008**

Principais posições na ocupação	Setores de Atividade	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil		
		2004	2008	2004	2008	2004	2008	
Empregado com carteira, militar e funcionário público estatutário	Indústria de transformação	19,9	19,4	25,5	24,6	23,3	22,5	
	Construção	3,8	5,1	4,3	5,5	4,1	5,4	
	Outras atividades industriais	1,2	1,2	2,2	2,0	1,8	1,7	
	Comércio e reparação	16,9	17,7	18,0	19,1	17,6	18,5	
	Alojamento e alimentação	3,8	4,1	2,7	3,1	3,1	3,5	
	Transporte, armazenagem e comunicação	8,1	8,5	5,3	5,7	6,4	6,8	
	Administração pública, defesa e seguridade social	9,3	8,1	12,4	11,2	11,2	9,9	
	Educação, saúde e serviços sociais	15,8	14,9	19,1	17,9	17,8	16,7	
	Intermediação financeira e atividades auxiliares	3,8	3,7	1,9	1,8	2,6	2,6	
	Serviços prestados principalmente às empresas	9,2	10,1	4,7	5,2	6,5	7,1	
	Serviços coletivos, sociais e pessoais	3,9	3,6	2,5	2,4	3,1	2,8	
	Outros serviços	3,9	3,6	1,4	1,5	2,4	2,3	
	Atividades mal definidas	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	
	<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Empregados sem carteira	Indústria de transformação	16,1	13,7	16,0	14,5	16,0	14,3	
	Construção	9,8	9,6	13,3	14,9	12,1	13,1	
	Outras atividades industriais	0,5	0,4	0,9	0,7	0,7	0,6	
	Comércio e reparação	23,1	21,2	23,5	23,6	23,4	22,8	
	Alojamento e alimentação	6,2	7,2	5,6	5,9	5,8	6,3	
	Transporte, armazenagem e comunicação	6,5	6,9	4,7	4,7	5,3	5,4	
	Administração pública, defesa e seguridade social	5,2	4,5	8,4	8,1	7,3	6,9	
	Educação, saúde e serviços sociais	11,8	11,9	12,0	12,8	11,9	12,5	
	Intermediação financeira e atividades auxiliares	1,9	1,5	0,8	0,8	1,2	1,0	
	Serviços prestados principalmente às empresas	6,9	8,7	4,4	4,5	5,2	5,9	
	Serviços coletivos, sociais e pessoais	8,8	10,4	9,3	7,9	9,1	8,7	
	Outros serviços	3,0	3,7	1,1	1,5	1,8	2,2	
	Atividades mal definidas	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	
	<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Conta própria	Indústria de transformação	12,6	13,5	16,0	16,9	14,8	15,7	
	Construção	15,8	17,0	16,8	19,3	16,4	18,5	
	Outras atividades industriais	0,1	0,0	0,5	0,3	0,3	0,2	
	Comércio e reparação	32,9	27,6	33,5	29,4	33,3	28,7	
	Alojamento e alimentação	7,0	6,7	6,2	6,0	6,5	6,3	
	Transporte, armazenagem e comunicação	7,1	7,3	9,2	9,1	8,4	8,4	
	Educação, saúde e serviços sociais	4,1	4,6	2,5	2,5	3,1	3,3	
	Intermediação financeira e atividades auxiliares	0,5	0,4	0,2	0,2	0,3	0,2	
	Serviços prestados principalmente às empresas	6,4	6,1	3,7	4,0	4,6	4,7	
	Serviços coletivos, sociais e pessoais	9,4	12,4	8,8	9,8	9,0	10,8	
	Outros serviços	2,4	2,8	1,5	1,7	1,8	2,1	
	Atividades mal definidas	1,8	1,5	1,1	0,7	1,3	1,0	
	<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

A ocupação por conta própria também testemunhou uma perda de peso, no total do contingente de ocupados, no período de crescimento econômico (de 2004 a 2008). Destaca-se, nessa ocupação, a grande redução de participação do comércio e reparação, como reflexo do forte

processo de formalização ocorrido nesse tipo de atividade. Entre os setores em que houve crescimento da participação do trabalho por conta própria, ressaltam, principalmente, a indústria de transformação, a de construção e os serviços coletivos, sociais e pessoais. Esses três setores foram os principais responsáveis pela geração de ocupações por conta própria, entre 2004 e 2008, nas antigas metrópoles e fora delas.

Acresce que se constatou crescimento relativamente maior do efetivo de ocupados por conta própria, nos setores de transporte, armazenagem e comunicação e educação, saúde e serviços sociais, nas antigas metrópoles. Já no restante do País, o incremento maior do trabalho por conta própria ocorreu nos serviços prestados às empresas.

Em resumo, houve acelerado crescimento do número dos ocupados com carteira assinada e significativa redução das taxas médias de incremento do contingente de empregados sem carteira e por conta própria, entre 2004 e 2008, em comparação com os anos de 1990. Essa nova dinâmica da geração de postos de trabalho também se pode verificar pela análise dos dados sobre trabalho assalariado e não assalariado<sup>24</sup>, nas duas áreas estudadas.

O trabalho assalariado correspondia, em 2008, a 75,3% dos ocupados, nas antigas metrópoles, e a 72,5%, no restante do País. Apesar do maior grau de assalariamento, nas antigas áreas metropolitanas, sobressaiu, no período recente, a redução da desigualdade entre as duas áreas estudadas. Essa redução ocorreu devida, principalmente, ao maior incremento do emprego formal, fora das antigas metrópoles, visto que a ocupação sem carteira cresceu a taxas médias anuais semelhantes, nas duas áreas, e o trabalho doméstico cresceu um pouco mais, nas metrópoles, do que fora delas.

O maior crescimento do emprego formal fora das antigas metrópoles deu-se em razão do aumento, nessas áreas, das ocupações de menor remuneração – em setores que, historicamente, detinham menor grau de formalidade, no período anterior – e de trabalhadores braçais da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, como se analisará no próximo item.

---

<sup>24</sup> Trabalho assalariado representa o conjunto dos empregados com e sem carteira, militares, funcionários públicos estatutários e trabalhadores domésticos com e sem carteira. Já o trabalho não assalariado é o agrupamento dos empregadores, trabalhadores por conta própria, trabalhadores na construção para o próprio uso e não remunerados.

### 3.5 A evolução da estrutura ocupacional

O crescimento do emprego, no intervalo de 2004 a 2008, principalmente aquele com carteira de trabalho assinada, ocorreu, sobretudo na indústria da transformação, na construção civil e em alguns setores do terciário (em especial, comércio e reparação). Esse incremento é de suma importância para a sociedade brasileira e para a manutenção da dinâmica da economia nacional. Cabe avaliar se essa evolução favorável do emprego se refletiu em melhorias no perfil ocupacional dos trabalhadores como um todo, no período.

Entre os principais grupamentos ocupacionais derivados da PNAD<sup>25</sup>, destaca-se o forte crescimento das categorias de profissionais das ciências e das artes (6% ao ano), dos trabalhadores de serviços administrativos (5,1% a.a.), dos dirigentes em geral (4,4% a.a.) e dos ocupados na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção (3,9% a.a.). De 2004 a 2008, o incremento do total de ocupados no Brasil alcançou 3,2 milhões de novos empregos entre os trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, 1,6 milhão de trabalhadores nos serviços e 1,5 milhão de trabalhadores nos serviços administrativos, além de 1,3 milhão de profissionais das ciências e artes e 731 mil dirigentes em geral.

Em síntese, no País, o maior crescimento no número das ocupações ocorreu nas categorias de nível médio. Mas, também, foi significativo o incremento de mais de dois milhões de empregos de nível superior (dirigentes e profissionais das ciências e artes), cerca de 21% do total de novos postos de trabalho, em quatro anos de crescimento econômico.

---

<sup>25</sup> Para maiores detalhes, ver Anexo Metodológico I – Composição dos grupamentos ocupacionais na documentação da PNAD (IBGE, 2008).

**Tabela 3.9 - Participação das pessoas ocupadas no trabalho principal não agrícola por grupamentos ocupacionais segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Grupamentos Ocupacionais	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Dirigentes em geral	6,3	6,3	5,7	6,0	5,9	6,1
Profissionais das ciências e das artes	9,3	10,0	6,6	7,5	7,6	8,4
Técnicos de nível médio	9,5	10,0	8,5	8,2	8,9	8,8
Trabalhadores de serviços administrativos	12,5	13,0	9,0	9,7	10,2	10,9
Trabalhadores dos serviços	25,0	24,0	24,9	23,9	24,9	23,9
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	11,6	10,6	12,8	11,9	12,4	11,4
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	0,1	0,1	0,5	0,4	0,4	0,3
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	24,2	25,0	31,2	31,6	28,7	29,2
Membros das forças armadas e auxiliares	1,2	1,1	0,8	0,8	1,0	0,9
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

A análise da participação da população ocupada segundo categorias ocupacionais mostrou maior concentração dos postos de trabalho nas ocupações de técnicos de nível médio, nível superior (profissionais das ciências e das artes) e de serviços administrativos, nas antigas metrópoles. Isso se deve ao fato da forte aglomeração de núcleos básicos das grandes redes prestadoras de serviços (como os complexos médicos e hospitalares e educacionais, por exemplo), nas áreas metropolitanas. Já no restante do País, houve maior agrupamento das ocupações de vendas e prestação de serviços do comércio e de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção. Essas diferenças ocupacionais refletem-se diretamente no maior nível de rendimento nas antigas metrópoles (apesar de seus maiores custos de vida influenciarem as estruturas de remuneração).

Dentre os profissionais com nível superior (profissionais das ciências e das artes e dirigentes em geral), o maior crescimento (em valores absolutos) do número de ocupados ocorreu no restante do País, entre 2004 e 2008. Contudo, em 2008, ainda se observava maior participação dessas categorias ocupacionais nas áreas metropolitanas (respondendo por 16,3% do total de pessoas ocupadas, enquanto que, nas áreas não metropolitanas, representavam 13,5%).

Quanto aos trabalhadores técnicos de nível médio, registrou-se aumento de participação no total dos ocupados, nas áreas metropolitanas, e decréscimo fora delas. Houve incremento de cerca de 473 mil ocupados nessa categoria, nas antigas metrópoles, e de 343 mil novos trabalhadores técnicos, no restante do País. Os novos ocupados de nível técnico, nas antigas metrópoles, foram contratados, principalmente, pelos setores da indústria de transformação, outros serviços (em especial, atividades imobiliárias e de informática), serviços coletivos, sociais e pessoais (sobretudo atividades recreativas, culturais e desportivas) e educação e saúde.

Aumentou a participação relativa dos trabalhadores de nível médio, ocupados na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção e nos serviços administrativos, tanto no restante do País, quanto nas antigas metrópoles. Entre 2004 e 2008, foram criados, nas categorias de produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, 2,1 milhões de empregos, fora das antigas áreas metropolitanas, e um milhão, nas antigas metrópoles; na categoria dos trabalhadores dos serviços, um milhão de postos de trabalho, no restante do País, e quase 600 mil, nas metrópoles; e, na categoria dos serviços administrativos, 927 mil empregos, fora das antigas metrópoles e 579 mil, nelas. Quase 2/3, portanto, dos mais de 9,6 milhões de novos empregos do período corresponderam a trabalhadores de nível médio dessas três categorias ocupacionais. As metrópoles e o restante do País tiveram participação semelhante, no total desses novos empregos.

Reduziram sua participação, no conjunto de postos de trabalhos criados, entre 2004 e 2008, os trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviço do comércio e membros das forças armadas e auxiliares, tanto nas antigas metrópoles, quanto no restante do País.

Em síntese, ocorreu uma preponderância dos novos empregos nas antigas áreas metropolitanas e fora delas, em ocupações de nível médio, sobretudo na categoria ocupacional de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção. Em 2008, manteve-se o maior peso dos trabalhadores de nível médio, no restante do País, em contraposição à maior participação dos empregos de nível superior e técnico, nas antigas metrópoles. Enquanto os ocupados de nível superior e técnico eram 4,6% a mais, nas áreas metropolitanas, os trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção participavam com 6,6% a mais, fora das metrópoles. Esse panorama de forte diferenciação ocupacional refletiu-se na desigualdade de renda do trabalho. De fato, como se sabe, as ocupações de maior nível de

escolaridade tendem a obter melhores remunerações, o que explicaria as grandes diferenças salariais observadas entre as duas áreas estudadas.

Para qualificar melhor a questão ocupacional e apontar as principais diferenças entre as antigas metrópoles e o restante do País, analisou-se a distribuição dos ocupados com carteira de trabalho assinada, sem carteira e por conta própria, em 2008, segundo os grupamentos ocupacionais e os setores de atividade não agrícola.

Essa análise revelou, inicialmente, tanto entre os empregados com e sem carteira, quanto entre os trabalhadores por conta própria, maior participação dos ocupados de nível superior e técnico, nas antigas metrópoles, em 2008, seguindo a dinâmica observada no número total dos ocupados. Além disso, mostrou ser maior o peso dos trabalhadores dos serviços, da produção, reparação e manutenção e de vendas, fora das antigas metrópoles, nos três recortes de posição na ocupação estudados (Tabelas 3.10 a 3.15).

Nas antigas metrópoles, os setores da indústria de transformação, comércio e reparação, educação, saúde e serviços sociais e atividades às empresas representavam 62,1% dos ocupados formais (empregados com carteira, militares e funcionários públicos estatutários), em 2008, de acordo com a Tabela A.4 do Anexo 2. Já no restante do País, há uma nova configuração setorial, em termos de peso nas ocupações formais: em 2008, os setores da indústria de transformação, comércio e reparação, educação, saúde e serviços sociais e administração pública representavam 72,7% dos ocupados formais (empregados com carteira, militares e funcionários públicos estatutários), nessas áreas (Tabela A.5 do Anexo 2).

A comparação do emprego formal na indústria de transformação, entre as antigas metrópoles e o restante do País, mostrou maior concentração de categorias ocupacionais de nível médio e, por consequência, menor participação de dirigentes e profissionais de nível superior, fora das antigas áreas metropolitanas em 2008 (Tabelas 3.10 e 3.11). Entre os trabalhadores técnicos de nível médio, também se encontra diferença ocupacional, entre as duas áreas. No restante do País, a participação é 5% menor, entre os ocupados de nível técnico.

Em princípio, destaca-se o maior crescimento das ocupações de nível médio e técnico entre os trabalhadores formais da indústria de transformação, nas antigas metrópoles e fora delas, de 2004 a 2008. Apesar do pequeno peso da categoria ocupacional de dirigentes em geral, ocorreu maior crescimento do emprego com carteira dessa categoria, entre os trabalhadores da

indústria de transformação, no restante do País. Já entre os técnicos de nível médio, houve maior incremento nas áreas metropolitanas. Entretanto, nas duas áreas estudadas, mais de 78% dos novos postos de trabalho formais na indústria de transformação foram ocupados por trabalhadores dos serviços e da produção. Apenas a categoria de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção (ou seja, supervisores, operadores de máquinas, montadores e trabalhadores em geral da produção e de reparação e manutenção), foi responsável por 70% das novas ocupações formais nessa indústria, nas antigas áreas metrópoles e 65% fora delas.

Entre os trabalhadores formais do setor do comércio e reparação, poucas diferenças ocorreram, nas antigas metrópoles e no restante do País. Nesse setor, também predominaram empregados com carteira assinada de nível médio. No período de 2004 a 2008, o setor de comércio e reparação provou uma expansão das ocupações formais, em todas as categorias, principalmente nas dos trabalhadores dos serviços, técnicos de nível médio e trabalhadores da produção de bens e serviços, reparação e manutenção. Houve maior crescimento dos trabalhadores formais dos serviços e da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, nas áreas metropolitanas. Em contrapartida, foi maior a expansão dos ocupados com carteira, no comércio e reparação, alocados nas funções de vendedores e prestadores de serviços, trabalhadores dos serviços administrativos, técnicos de nível médio e dirigentes, fora das antigas áreas metropolitanas. Destaca-se, enfim, que, apesar da sua pequena participação no total do emprego do setor, as novas oportunidades de ocupação formal para os profissionais das ciências e artes aumentaram 15% ao ano, entre 2004 e 2008, no restante do País.

Não obstante sua importância, o setor de educação, saúde e serviços sociais vem crescendo, em termos de emprego formal, entre 2004 e 2008, abaixo da taxa média nacional de incremento da ocupação formal, devido ao reduzido dinamismo observado nas antigas áreas metropolitanas. Com efeito, enquanto a ocupação com carteira desse setor aumentou, em média, 7,1% ao ano, no restante do País, sua expansão nas antigas metrópoles ficou em apenas 3,6% ao ano. No período, registrou-se incremento dos postos de trabalho formais, sobretudo, entre os profissionais das ciências e das artes, ou seja, de nível superior. Esse aumento ocorreu nas duas áreas, estudadas, embora com maior intensidade fora das antigas áreas metropolitanas. Contudo, em 2008, verifica-se participação relativa um pouco maior dos profissionais das ciências e artes,

nas metrópoles, sem, todavia, apontar para grandes diferenças estruturais do setor, em termos de ocupação, nas duas áreas estudadas.

O setor de serviços prestados às empresas, por sua vez, detém uma participação relativa bem maior no total dos empregos formais das antigas metrópoles, em comparação com o restante do País. Em termos de estrutura ocupacional dos trabalhadores formais, mais de 73% eram dos serviços em geral e dos serviços administrativos, nas metrópoles e fora delas, em 2008. Havia, então, discreta superioridade das antigas metrópoles, no peso relativo dos ocupados formais de nível superior. Em compensação, a participação dos empregos formais dos técnicos de nível médio era maior fora das antigas áreas metropolitanas. Ressalte-se que esse setor é o segundo em taxa média anual de crescimento do emprego formal, perdendo apenas para o da construção civil, entre 2004 e 2008. Nesse período, as ocupações formais da atividade de serviços prestados às empresas cresceram à taxa média de 8% ao ano, no Brasil, puxada pelo incremento de 8,7% a.a., no restante do País e de 7,4% ao ano, nas antigas metrópoles.

Relativamente, à administração pública, é pequena a participação dos trabalhadores das forças armadas e de nível superior (dirigentes e profissionais das ciências e artes), no restante do País, dada a especialização do setor, nas antigas metrópoles.

**Tabela 3.10 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Antigas Metrôpoles, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	4,4	1,8	7,1	7,0	7,6	4,0	6,0	3,0	21,2	3,4	4,2	4,2	9,9	5,3
Profissionais das ciências e das artes	5,3	6,6	20,2	1,9	0,9	3,7	13,6	39,0	13,1	10,3	11,9	16,8	-	11,8
Técnicos de nível médio	12,7	6,4	11,8	6,0	0,8	8,9	16,3	23,5	14,5	7,4	14,1	15,8	-	12,0
Trabalhadores de serviços administrativos	11,2	7,4	22,5	23,8	11,6	27,7	21,4	16,6	47,3	30,2	21,3	15,2	16,4	20,2
Trabalhadores dos serviços	5,3	3,6	4,1	6,8	72,2	15,4	13,5	15,6	2,3	43,2	36,2	40,9	28,4	17,4
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	2,3	0,5	-	35,4	2,9	0,9	0,1	0,3	1,0	0,5	1,3	2,6	-	7,2
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	0,1	0,2	-	0,1	-	-	0,0	0,2	-	-	0,3	-	-	0,1
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	58,8	73,3	34,3	18,7	4,0	39,3	4,8	1,8	0,5	5,1	10,6	4,5	25,4	24,1
Membros das forças armadas e auxiliares	-	0,2	-	-	-	0,1	24,3	0,0	-	-	-	-	-	2,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	19,9	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela 3.11 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Restante do País, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	3,7	1,2	3,3	6,8	3,7	3,4	4,6	2,9	18,3	2,8	4,7	4,1	-	4,3
Profissionais das ciências e das artes	2,1	2,9	4,6	1,6	0,7	1,7	8,9	37,2	4,5	6,8	10,2	11,0	2,2	9,7
Técnicos de nível médio	7,7	5,4	17,2	4,9	0,8	6,1	16,9	23,3	17,8	9,0	8,9	14,6	-	11,1
Trabalhadores de serviços administrativos	9,4	5,0	12,5	19,2	13,1	19,4	19,9	13,7	49,6	26,4	26,3	16,7	14,7	15,8
Trabalhadores dos serviços	6,3	4,7	8,8	8,0	74,5	13,0	23,9	21,1	5,9	46,7	40,5	44,5	50,0	17,2
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	1,5	0,5	0,3	37,4	2,5	1,6	0,1	0,3	2,0	0,7	1,2	2,9	5,0	7,9
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	1,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	0,1	-	0,0	0,9	0,4	9,0	0,4
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	68,2	80,0	53,3	22,0	4,6	54,4	9,7	1,5	2,0	7,5	7,0	5,8	10,5	31,7
Membros das forças armadas e auxiliares	0,0	0,1	-	-	-	-	15,7	0,0	-	-	0,1	-	-	1,8
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	0,2	-	8,7	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

Em relação aos empregados sem carteira assinada, apesar de terem reduzido sua participação, tanto nas antigas metrópoles, quanto fora delas, ainda representavam, em 2008, 17,8% dos ocupados, nas metrópoles, e 15,7% dos trabalhadores, no restante do País. Em números absolutos, eram mais de 4,3 milhões de empregados sem carteira, nas áreas metropolitanas, e 8,6 milhões, fora delas.

Nas antigas metrópoles, 66,9% dos ocupados sem carteira estavam reunidos em quatro setores: comércio e reparação (21,2%), indústria de transformação (13,7%), educação, saúde e serviços sociais (11,9%) e serviços coletivos, sociais e pessoais (10,4%), de acordo com a Tabela A.6 do Anexo 2. Era também significativa a participação da construção civil (com 9,6% dos ocupados sem carteira), e das atividades às empresas (com 8,7%).

Já dos empregados sem carteira, no restante do País, 65,7% se concentravam nos setores de comércio e reparação (23,6%), indústria de transformação (14,5%), construção civil (14,9%) e educação, saúde e serviços sociais (12,8%). Era também expressivo o peso dos ocupados sem carteira na administração pública (8,1%) e nos serviços coletivos, sociais e pessoais (7,9%), em 2008, segundo a Tabela A.7 do Anexo 2.

Comércio e reparação era o principal setor, empregando sem carteira assinada, nas áreas metropolitanas e fora delas, em 2008 (Tabelas 3.12 e 3.13). Nas antigas metrópoles, porém, houve decréscimo de número total de ocupados sem carteira nesse setor, entre 2004 e 2008, diferentemente do crescimento de 1,9% ao ano, no restante do País, devido, principalmente, ao incremento de novos postos de trabalho nas categorias de dirigentes e trabalhadores em serviços e atividades administrativas.

Em termos de estrutura ocupacional, poucas eram, em 2008, as diferenças entre as duas áreas estudadas. O emprego sem carteira no comércio e reparação é majoritariamente composto por trabalhadores de nível médio, nas antigas metrópoles e no restante do País.

Apesar da relativa importância da indústria de transformação, no total dos trabalhadores sem carteira, entre 2004 e 2008 ocorreu uma queda no contingente desses ocupados, tanto nas antigas metrópoles, quanto fora delas. Nesse período, houve crescimento dos trabalhadores de nível superior sem carteira, nas duas áreas estudadas, assim como uma expansão dos trabalhadores dos serviços, especialmente no restante do País. Em relação à estrutura ocupacional, era grande a presença dos empregados sem carteira, na indústria de transformação,

na ocupação de produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, nas duas áreas estudadas.

A construção civil detinha, em 2008, maior peso entre os ocupados sem carteira, residentes fora das antigas áreas metropolitanas, comportamento acentuado no período recente (2004/08). É que, como se sabe, o setor experimentou crescimento significativo, sobretudo fora das metrópoles. No final do período analisado, a estrutura ocupacional da construção civil era bastante restrita em termos de emprego sem carteira assinada. Esse emprego era basicamente de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, nas duas áreas analisadas, embora, nas metrópoles, fosse maior a participação das ocupações de nível superior. No restante do País, o setor revelou maior dinamismo e forte precariedade no emprego.

Por sua vez, a estrutura ocupacional do setor de educação, saúde e serviços sociais é diferenciada, com grande peso da categoria dos trabalhadores de nível superior, seguida pela de nível técnico. Essa é também a estrutura dos ocupados sem carteira. De 2004 a 2008, na esteira da dinâmica do emprego formal, embora com menor intensidade, ocorreram as seguintes tendências entre os empregados sem carteira desse setor: i) maior crescimento do emprego entre os profissionais das artes e das ciências; ii) aumento da participação desses trabalhadores de nível superior, em detrimento da redução do peso dos ocupados técnicos de nível médio; e iii) dinâmica de crescimento do setor determinada pela expansão das atividades de saúde e educação (principalmente pública, mas também privada), no restante do País.

**Tabela 3.12 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Antigas Metrôpoles, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	2,7	1,3	2,8	3,2	3,2	2,3	15,9	1,3	9,4	3,9	3,0	6,2	-	3,5
Profissionais das ciências e das artes	4,2	2,0	24,4	1,0	1,3	1,2	16,6	35,2	12,6	23,0	11,1	11,0	-	10,0
Técnicos de nível médio	7,8	3,2	8,9	6,3	0,9	3,6	10,8	30,1	23,2	9,8	14,1	30,7	5,2	11,0
Trabalhadores de serviços administrativos	8,1	2,6	30,3	10,7	6,6	14,0	32,7	16,6	44,2	37,7	12,4	19,1	6,6	14,6
Trabalhadores dos serviços	6,0	2,4	5,5	11,7	73,1	24,4	14,0	14,3	5,5	20,8	52,3	16,9	75,4	21,0
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	3,5	0,9	7,5	39,2	10,2	1,6	-	1,0	4,8	1,1	2,0	13,4	3,5	10,8
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	0,1	0,1	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	-	-	0,7	-	1,7	0,2
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	67,5	87,5	20,6	27,8	4,5	52,7	4,2	1,4	0,3	3,7	4,5	2,7	-	28,9
Membros das forças armadas e auxiliares	-	-	-	-	-	-	5,7	-	-	-	-	-	-	0,3
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,6	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela 3.13 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Restante do País, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	2,4	0,6	4,4	3,1	1,6	1,9	14,6	2,2	5,2	1,8	4,4	5,5	-	3,4
Profissionais das ciências e das artes	2,7	0,9	1,6	0,6	0,3	0,7	9,5	27,1	2,7	12,1	13,2	5,6	-	6,7
Técnicos de nível médio	4,4	1,6	1,2	4,4	0,6	4,1	12,1	30,9	22,2	10,6	11,1	28,1	-	9,0
Trabalhadores de serviços administrativos	4,2	0,9	18,0	10,0	7,0	9,8	27,7	16,1	59,2	33,3	15,4	28,6	20,1	12,0
Trabalhadores dos serviços	7,4	2,2	13,2	13,0	78,9	14,4	26,1	22,2	5,5	31,1	49,3	11,2	68,1	20,4
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	3,4	0,9	1,9	37,9	7,9	1,7	-	0,4	2,4	1,3	1,3	15,4	4,6	10,6
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	3,0	0,3	2,2	0,2	-	-	0,1	0,1	-	0,1	0,7	1,2	-	0,6
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	72,4	92,7	57,6	30,9	3,7	67,3	8,1	1,0	2,7	9,6	4,5	4,4	-	37,1
Membros das forças armadas e auxiliares	-	-	-	-	-	0,1	1,8	-	-	-	-	-	-	0,2
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	7,2	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

Em relação ao setor de serviços coletivos, sociais e pessoais, a participação maior, no total de ocupados sem carteira, coube às antigas metrópoles. No período de 2004 a 2008, cresceu a ocupação informal, principalmente a ligada aos serviços pessoais metropolitanos. Enquanto o emprego formal do setor aumentou 2,9% ao ano, as ocupações sem carteira e por conta própria cresceram 7% ao ano. Quanto à composição ocupacional, diferentemente de outros setores, os serviços pessoais detêm maior participação dos trabalhadores sem carteira de nível superior, fora das antigas metrópoles. Entretanto, o maior peso dos ocupados sem carteira é encontrado entre os trabalhadores dos serviços, das atividades administrativas e de técnicos de nível médio, nas duas áreas estudadas. Ressalta-se que o incremento do contingente de novos ocupados sem carteira aconteceu, sobretudo, entre os técnicos de nível médio, nas áreas metropolitanas, à taxa de 15,7% a.a., entre 2004 e 2008.

A ocupação por conta própria seguiu o mesmo comportamento do emprego sem carteira, reduzindo sua participação, nas antigas metrópoles e fora delas, entre 2004 e 2008. Todavia, esse tipo de trabalho ainda representava, em 2008, 18,8% dos ocupados das metrópoles, e 19,5% dos trabalhadores do restante do País. Em números absolutos, isso correspondia a 5,2 milhões de ocupados por conta própria, nas antigas áreas metropolitanas, e a 9,4 milhões, fora dessas áreas. Quanto aos primeiros, 70,6% deles estavam agrupados em quatro setores: comércio e reparação (27,6%), construção civil (17%), indústria de transformação (13,5%) e serviços coletivos, sociais e pessoais (12,4%), de acordo com a Tabela A.7 do Anexo 2. No restante do País, 75,4% deles se concentravam nos setores de comércio e reparação (29,4%), construção civil (19,3%), indústria de transformação (16,9%) e serviços coletivos, sociais e pessoais (9,8%), segundo a Tabela A.8 do Anexo 2.

Apesar de ter experimentado forte crescimento do emprego formal, o setor do comércio e reparação, continua sendo o de maior peso entre os ocupados informais sem carteira e por conta própria, nas duas áreas analisadas. Contudo, no período de 2004 a 2008, ocorreu uma perda generalizada de participação desse setor, no caso do trabalho informal. Os comerciários e reparadores por conta própria são, na maioria, vendedores e prestadores de serviços do comércio, sem grandes diferenças entre as estruturas ocupacionais das antigas áreas metropolitanas e do restante do País, como se pode conformar pelos dados das Tabelas 3.14 e 3.15.

Entre 2004 e 2008, os setores de maior incremento do trabalho por conta própria foram: serviços pessoais e construção civil, nas antigas metrópoles, e construção civil, indústria de transformação e serviços pessoais e recreativos, fora das antigas áreas metropolitanas. A composição dos ocupados por conta própria da construção civil e indústria de transformação é, majoritariamente, de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, nas duas áreas estudadas. Apenas na indústria de transformação, houve participação média de 11% de profissionais das ciências e das artes por conta própria. Não obstante a menor participação relativa desses trabalhadores de nível superior, no restante do País, é exatamente nessas áreas que eles ganharam maior espaço entre os ocupados por conta própria na indústria de transformação.

Por fim, enquanto a ocupação por conta própria, no setor de serviços coletivos, pessoais e sociais, cresceu à taxa de 4% ao ano, fora das antigas áreas metropolitanas, nas metrópoles estudadas a expansão do efetivo dos trabalhadores por conta própria chegou a 8,9% a.a., entre 2004 e 2008. Liderado pelos serviços pessoais, esse setor vem gerando postos de trabalho, especialmente entre os trabalhadores por conta própria, tanto nas metrópoles quanto fora delas. Dos mais de 590 mil postos de trabalho gerados no Brasil, no período, por esse setor, 320 mil foram em ocupações por conta própria, dos quais 187 mil foram criados nas antigas metrópoles e 133 mil, no restante do País. Além dos serviços pessoais, também se destacam os serviços recreativos, fora das antigas áreas metropolitanas.

Em 2008, os ocupados por conta própria trabalhavam, em sua maioria, como trabalhadores dos serviços nas duas áreas analisadas. Em termos de estrutura ocupacional, discreta é a diferença encontrada entre as ocupações de nível superior e de técnico, entre os conta própria do setor de serviços pessoais, muito embora seja maior a qualificação dos trabalhadores ocupados nas áreas metropolitanas, em comparação com o restante do País (Tabelas 3.14 e 3.15).

**Tabela 3.14 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Antigas Metrôpoles, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	0,0	0,0	-	0,2	0,6	-	-	-	2,0	-	-	-	0,2
Profissionais das ciências e das artes	11,7	0,1	-	0,4	0,2	-	45,9	-	58,3	15,5	11,4	0,6	9,7
Técnicos de nível médio	2,5	0,5	-	9,2	0,2	1,6	37,1	100,0	22,5	10,9	67,6	0,3	9,8
Trabalhadores de serviços administrativos	-	-	-	0,0	-	1,3	-	-	2,9	1,8	1,7	-	0,5
Trabalhadores dos serviços	3,1	0,3	-	5,5	56,5	9,3	13,9	-	7,0	65,8	1,4	91,0	17,1
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	4,2	3,9	-	70,2	42,3	1,6	3,0	-	3,9	5,1	14,4	5,1	25,0
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	0,1	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,6	-	-	0,1
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	78,3	95,2	100,0	14,7	0,2	86,2	0,2	-	3,0	0,3	3,5	1,7	37,5
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	1,3	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela 3.15 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Restante do País, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	0,3	0,1	-	0,1	0,5	-	-	-	2,7	-	-	-	0,2
Profissionais das ciências e das artes	10,9	0,0	-	0,1	0,1	0,0	44,1	-	54,7	10,5	4,9	-	6,3
Técnicos de nível médio	1,2	0,6	-	7,1	0,2	1,8	40,9	100,0	22,1	7,3	57,3	-	6,4
Trabalhadores de serviços administrativos	-	-	-	-	-	0,7	-	-	2,7	1,3	4,4	-	0,4
Trabalhadores dos serviços	3,2	-	-	4,6	53,1	4,0	12,1	-	12,2	73,4	1,5	84,3	14,1
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	4,7	3,7	-	72,8	46,0	2,1	2,7	-	2,1	6,3	28,6	6,0	27,2
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	1,9	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,5	-	-	0,4
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	77,9	95,5	100,0	15,3	0,1	91,5	0,2	-	3,1	0,7	3,3	1,5	45,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,1	0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

Em síntese, o estudo das categorias ocupacionais revelou maior concentração das ocupações de técnicos de nível médio, nível superior (profissionais das ciências e das artes) e de serviços administrativos, nas antigas metrópoles. Isso ocorre devido a uma aglomeração de atividades do setor de serviços modernos, nas grandes cidades, à conta das externalidades ali criadas, como destaca SASSEN (1997). Já o restante do País reuniu, predominantemente, ocupações de vendas e prestação de serviços do comércio e de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.

Analisando-se a participação dos empregos formais, segundo grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola, em 2008, como *proxy* da dinâmica geral do emprego, de acordo com as categorias ocupacionais, constatou-se, nas antigas metrópoles, maior diversidade de setores com trabalhadores do topo da hierarquia ocupacional (dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, membros das forças armadas e técnicos de nível médio). Como se depreende das Tabelas A.4 e A.5 (do Anexo 2), dos profissionais de nível superior das ciências e das artes, cinco setores detêm 81,4% dos ocupados nessa categoria, nas antigas metrópoles, enquanto, no restante do País, apenas dois setores (administração pública e educação, saúde e serviços sociais) abrigam 79% dos trabalhadores formais.

No entanto, entre as ocupações de nível intermediário, como se destacou anteriormente, têm maior peso os trabalhadores de serviços administrativos, nas antigas áreas metropolitanas, em contrapartida a uma participação maior dos trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, fora dessas antigas metrópoles (Tabelas 3.10 e 3.11).

Por fim, os empregos da base da estrutura ocupacional, ou seja, os trabalhadores dos serviços e vendedores e prestadores de serviço do comércio, apesar de terem participações semelhantes, em 2008, nas duas áreas estudadas, relativamente ao emprego formal (Tabelas 3.10 e 3.11), algumas diferenças podem ser realçadas, entre 2004 e 2008: i) decréscimo no número de trabalhadores formais dos serviços, nas antigas metrópoles, em oposição ao crescimento médio anual de 2,5% dessa categoria ocupacional no restante do País; ii) taxa média de crescimento anual duas vezes maior, no restante do País, entre os vendedores e prestadores de serviço do comércio.

### 3.6 O comportamento dos rendimentos do trabalho

A análise dos rendimentos da população brasileira, no período de expansão econômica, ajuda a compreender e qualificar a evolução favorável do mercado de trabalho, que, entre 2004 e 2008, alcançou um crescimento expressivo, com diminuição das taxas de desemprego. Cabe avaliar se esse incremento do número de pessoas ocupadas se traduziu em alterações positivas na renda do trabalho não agrícola, além de apreender as principais diferenças entre as antigas metrópoles e o restante do País.

A renda média real do trabalho ampliou-se à taxa de 3,7% ao ano, entre 2004 e 2008. Esse crescimento implica uma recuperação dos rendimentos do trabalho, que contribuiu para melhorar a situação dos trabalhadores brasileiros, no período. Houve, porém, uma diferença entre a evolução dos rendimentos, nas antigas metrópoles e fora delas: a ampliação da renda média do trabalho mostrou-se mais favorável aos trabalhadores residentes fora das antigas áreas metropolitanas (4,1% a.a.), comparativamente àqueles das antigas metrópoles (3,2% ao ano).

**Tabela 3.16 - Taxa média anual de crescimento da renda média, renda mediana e massa de rendimentos mensais reais dos ocupados no trabalho principal não agrícola com rendimento segundo antigas metrópoles e restante do país Brasil, 2004/2008**

Especificação	2004	2005	2006	2007	2008	2004/2008
Antigas Metrópoles						
Renda Média	-	4,9	5,2	3,3	(0,5)	3,2
Renda Mediana	-	0,8	10,1	(1,4)	5,4	3,6
Massa de Rendimentos	-	10,0	7,4	5,6	4,4	6,8
Restante do país						
Renda Média	-	2,9	8,9	2,1	2,8	4,1
Renda Mediana	-	(0,2)	8,6	1,7	12,0	5,4
Massa de Rendimentos	-	5,8	13,4	4,8	6,6	7,6
Brasil						
Renda Mediana	-	4,0	7,1	2,6	1,4	3,7
Mediana	-	11,7	3,5	6,8	(0,0)	5,4
Massa de Rendimentos	-	7,7	10,7	5,1	5,7	7,3

Fonte: IBGE - PNAD (2004 a 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1º de outubro de 2008 (INPC corrigido para a PNAD disponível no IPEADATA).

Esse comportamento de maior recuperação dos rendimentos do trabalho, no restante do País, permitiu uma aproximação dos padrões de remuneração das distintas áreas embora nas metrópoles esses rendimentos se tenham situado em patamares relativamente mais altos, ao longo do período de crescimento econômico de 2004 a 2008.

**Tabela 3.17 - Renda média, renda mediana e massa de rendimentos mensais reais dos ocupados no trabalho principal não agrícola com rendimento segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Especificação	2004	2005	2006	2007	2008
Antigas Metrópoles					
Renda Média (Em R\$)	1.093,5	1.147,2	1.206,3	1.246,5	1.240,4
Renda Mediana (Em R\$)	607,5	612,0	674,1	664,3	700,0
Massa de Rendimentos (Em R\$ milhões)	25.350	27.889	29.964	31.630	33.024
Restante do país					
Renda Média (Em R\$)	796,2	819,5	892,2	910,8	936,0
Renda Mediana (Em R\$)	486,0	485,0	526,9	535,7	600,0
Massa de Rendimentos (Em R\$ milhões)	32.351	34.232	38.807	40.667	43.370
Brasil					
Renda Média (Em R\$)	904,2	940,0	1.006,4	1.032,5	1.047,1
Renda Mediana (Em R\$)	486,0	542,7	561,7	600,0	600,0
Massa de Rendimentos (Em R\$ milhões)	57.701	62.121	68.771	72.297	76.393

Fonte: IBGE - PNAD (2004 a 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1º de outubro de 2008 (INPC corrigido para a PNAD disponível no IPEADATA).

Ocorreu, também, nesse período, uma ampliação dos valores medianos dos salários não agrícolas. Concomitantemente com o aumento mais pronunciado do piso legal e os sucessivos ganhos reais, obtidos mediante as negociações salariais coletivas<sup>26</sup>, cresceram as rendas médias e medianas, nas duas áreas estudadas. Todavia, seguindo o mesmo padrão encontrado para a renda média, foi maior a expansão do rendimento mediano, no restante do País, entre 2004 e 2008, aproximando-o dos valores encontrados nas antigas metrópoles, sem, contudo, superá-los.

Outro ponto importante para a qualificação do crescimento do emprego, nesse período, refere-se à análise da massa de rendimentos. Esse indicador permite avaliar a evolução do montante de rendimentos obtidos pelos trabalhadores brasileiros, bem como evidencia o efeito conjunto do crescimento do emprego e da renda.

<sup>26</sup> Para maiores detalhes, ver “Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2009” do DIEESE (DIEESE, 2010).

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho não agrícola, de 2004 a 2008, superou os rendimentos médio e mediano. Isso mostra que a expansão do emprego foi mais expressiva de que a recuperação dos salários. Assim, a expansão da massa de renda, nesse período, esteve associada a ambos os fatores – emprego e renda média – muito embora o papel da expansão do nível de ocupação se tenha revelado mais significativo. Todavia, não se pode desprezar uma taxa média anual de crescimento do rendimento médio do trabalho, calculada em 3,7%.

Assim como no caso do comportamento dos rendimentos médio e mediano, o restante do País apresentou um incremento relativamente maior na massa de renda dos seus trabalhadores. Contudo, fica evidente que, de modo geral, as evoluções positivas, tanto do nível do emprego, quanto do rendimento médio do trabalho, contribuíram para a conjugação dos fatores que permitiram a expansão da atividade econômica brasileira, no período.

Em síntese, a atividade econômica – que, nesse intervalo de tempo, teve como um dos principais elementos de sustentação o crescimento do consumo das famílias – foi favorecida pela recuperação dos rendimentos do trabalho, puxada principalmente pelos trabalhadores residentes fora das antigas áreas metropolitanas.

A análise desse período não pode ser completa, sem a observação da estrutura de rendimentos do trabalho, isto é, sem se levar em conta o crescimento do emprego, segundo faixas de renda. Com efeito, um elemento importante para a conformação dos movimentos favoráveis do emprego e da renda, no período analisado, foi sem dúvida a política de valorização do salário mínimo, com forte aumento do seu valor real. Nota-se, pelos dados da Tabela 3.18, que se ampliou, de maneira expressiva, a quantidade de trabalhadores, no entorno do salário mínimo, nas antigas metrópoles e no restante do País. Ressalta-se, ademais, que os salários maiores não cresceram tanto, quanto os mais baixos.

Independentemente da área estudada, a dinâmica geral de contratações de trabalhadores, entre 2004 e 2008, se deu de maneira expressiva, nas faixas de um a três salários mínimos. Isso permite afirmar que grande parcela do crescimento dos rendimentos do trabalho está associada à recuperação do piso mínimo legal, que, orientado por decisão e estratégia do governo federal, possibilitou um aumento de 30% no poder de compra da população brasileira, no período considerado.

**Tabela 3.18 - Participação dos ocupados no trabalho principal não agrícola com rendimento por faixas de salário mínimo segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Faixas de Salário Mínimo da renda principal sem renda zero	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Menos de 1 SM	13,0	13,9	20,8	20,8	18,0	18,2
1 SM	7,6	9,1	12,0	13,5	10,4	11,9
Acima de 1 até 2 SM	34,0	37,1	33,6	35,9	33,7	36,4
Acima de 2 até 3 SM	13,6	15,4	11,6	12,8	12,3	13,7
Acima de 3 até 5 SM	15,8	12,2	12,1	9,6	13,5	10,6
Acima de 5 até 10 SM	9,9	7,8	6,7	5,2	7,9	6,1
Mais de 10 SM	6,1	4,5	3,2	2,3	4,2	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Mesmo que esse quadro tenha representado uma melhora para os trabalhadores brasileiros, entre 2004 e 2008, a participação dos ocupados em faixas de rendimentos maiores diminuiu, indicando uma forte concentração de pessoas na base da estrutura de renda do trabalho. Afinal, o período de crescimento econômico recente não gerou um grande número de empregos de alta renda e as rendas altas não cresceram tanto, quanto a valorização do salário mínimo. Isso fica evidente, quando se observa a apropriação da massa de rendimentos do trabalho pelas distintas parcelas dos trabalhadores (Tabela 3.19). Com efeito, apesar de o crescimento do emprego ocorrer de maneira mais expressiva nas faixas do entorno do salário mínimo – que se revelou importante pilar da recuperação dos rendimentos do trabalho –, a apropriação da renda por 40% dos trabalhadores mais pobres aumentou um ponto percentual, passando de 9% para 10%, no Brasil como um todo. Não obstante a pouca alteração observada nos grandes grupos de apropriação da renda, as maiores mudanças ocorreram dentro desses grupos, no período recente.

**Tabela 3.19 - Percentual de apropriação da renda e razão entre a renda média dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por quintil segundo antigas metrópoles e restante do país Brasil, 2004/2008**

Especificação	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres da população	9%	10%	15%	16%	12%	14%
Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população	65%	63%	53%	52%	59%	57%
Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres	9,9	8,7	9,5	8,3	9,8	8,6

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Nesse sentido, a redução do diferencial de rendimentos médios, entre trabalhadores mais ricos e mais pobres, não foi suficiente, para mudar a desigual apropriação da massa dos rendimentos do trabalho não agrícola. Também, não se alterou a disparidade observada entre a concentração da renda, nas antigas metrópoles e no restante do País. Neste, o perfil de distribuição da renda ficou menos concentrado, em termos de rendimentos do trabalho, bem como de sua apropriação pelas parcelas mais ricas dos trabalhadores.

De maneira geral, entre 2004 e 2008, ocorreu uma relativa diminuição das diferenças de rendimento, entre as duas áreas analisadas. Contudo, a estrutura de rendimentos permanece muito mais desigual dentro das antigas áreas metropolitanas do que fora delas.

A evolução dos rendimentos do trabalho, nas distintas posições ocupacionais, revelou recuperação, puxada pelos salários dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada e dos funcionários públicos estatutários e militares. Coube o destaque aos trabalhadores domésticos, cujos rendimentos reais cresceram 5,1% e 4,7% ao ano, respectivamente para aqueles com e sem carteira de trabalho assinada.

Apesar dessa recuperação dos salários dos trabalhadores domésticos, manteve-se elevado o diferencial de rendimento médio entre eles e as demais categorias de ocupação. Encontram-se em melhor posição os que possuem carteira de trabalho assinada ou são funcionários públicos, indicando ser ainda o trabalho formal o melhor caminho, para alterar as disparidades entre as distintas ocupações.

A Tabela 3.20 mostra que existem diferenças significativas entre os rendimentos dos trabalhadores residentes nas antigas áreas metropolitanas e fora delas. Em qualquer posição na

ocupação, o rendimento médio dos trabalhadores das antigas metrópoles supera o dos residentes no restante do País. Ocorreu, porém, uma recuperação mais acentuada dos rendimentos reais do trabalho, fora das antigas metrópoles, o que sugere um comportamento de alteração dessa condição.

**Tabela 3.20 - Rendimento médio mensal real dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por posição na ocupação segundo antigas metrópoles e restante do país Brasil, 2004/2008**

Posição na ocupação	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil		Taxa de cresc. anual (2004/2008)		
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil
Empregado com carteira	1.110,92	1.214,87	845,05	944,65	954,45	1.054,76	2,3	2,8	2,5
Militar	1.601,61	2.286,28	1.394,82	1.591,39	1.507,59	1.922,99	9,3	3,4	6,3
Funcionário público estatutário	2.021,37	2.456,35	1.206,68	1.454,96	1.452,04	1.752,36	5,0	4,8	4,8
Empregado sem carteira	718,61	814,97	493,61	585,94	568,16	662,00	3,2	4,4	3,9
Trabalhador doméstico com carteira	479,98	562,57	392,05	495,06	428,64	523,48	4,0	6,0	5,1
Trabalhador doméstico sem carteira	324,61	380,49	218,94	266,62	251,97	302,85	4,1	5,0	4,7
Conta própria	947,14	1.042,55	699,23	797,54	785,09	883,78	2,4	3,3	3,0
Empregador	3.301,12	3.537,84	2.543,63	2.802,35	2.791,95	3.039,27	1,7	2,5	2,1
Total	1.093,51	1.240,43	796,22	935,97	904,22	1.047,07	3,2	4,1	3,7

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1° de outubro de 2008 (INPC corrigido para a PNAD disponível no IPEADATA).

De modo geral, houve, no processo de evolução dos rendimentos dos trabalhadores dos diferentes setores de atividade da economia brasileira, durante o intervalo de tempo analisado, uma recuperação real dos salários, em quase todos os setores, com exceção do setor de transporte, armazenagem e comunicação (-0,2% a.a.), nas antigas áreas metropolitanas, e do setor de intermediação financeira (-1,6% a.a.), no restante do País, conforme Tabela 3.21.

Os setores da construção civil (5,4% a.a.) e dos serviços domésticos (5% a.a.) apresentaram recuperação real dos rendimentos do trabalho acima da média nacional (3,7% a. a.), alavancada pelo crescimento dos rendimentos dos trabalhadores de fora das antigas metrópoles. Já outras atividades industriais (4,2% a.a.), administração pública, defesa e seguridade social (4,8% a.a.) e serviços coletivos e pessoais (5,3% a.a.), também experimentaram elevação de rendimento superior à média nacional, mas puxada pelos salários dos trabalhadores das antigas metrópoles.

No entanto, na média dos setores, os rendimentos dos trabalhadores residentes no restante do País cresceram em ritmo mais acelerado, do que nas antigas metrópoles. De fato, o incremento dos salários dos setores de serviços (alojamento, manutenção, reparação, comércio, serviços domésticos) e da construção civil foi maior no restante do País, do que nas antigas metrópoles.

**Tabela 3.21 - Rendimento médio mensal real dos ocupadas no trabalho principal não agrícola com rendimento por setor de atividade segundo antigas metrópoles e restante do país  
Brasil, 2004/2008**

Setores de atividade	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil		Taxa de cresc. anual (2004/2008)		
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil
Indústria de transformação	1.054,78	1.204,01	777,18	903,69	868,21	1.001,63	3,4	3,8	3,6
Construção	780,81	944,17	612,05	767,27	666,26	823,33	4,9	5,8	5,4
Outras atividades industriais	1.965,35	2.614,69	1.298,27	1.415,91	1.459,67	1.720,75	7,4	2,2	4,2
Comércio e reparação	932,79	1.035,05	773,45	921,77	829,25	960,61	2,6	4,5	3,7
Alojamento e alimentação	748,38	811,28	611,23	743,11	667,46	770,85	2,0	5,0	3,7
Transporte, armazenagem e comunicação	1.307,02	1.296,66	1.013,82	1.121,34	1.134,61	1.195,78	-0,2	2,6	1,3
Administração pública, defesa e seguridade social	2.063,51	2.526,74	1.200,14	1.449,79	1.465,36	1.765,18	5,2	4,8	4,8
Educação, saúde e serviços sociais	1.359,80	1.527,40	1.004,78	1.124,18	1.129,26	1.264,99	2,9	2,8	2,9
Serviços domésticos	373,38	440,20	258,52	321,10	297,67	362,29	4,2	5,6	5,0
Intermediação financeira e atividades auxiliares	2.057,05	2.460,51	1.846,35	1.729,16	1.963,85	2.131,23	4,6	-1,6	2,1
Serviços prestados principalmente às empresas	1.421,78	1.516,73	1.157,67	1.313,56	1.293,05	1.418,98	1,6	3,2	2,4
Serviços coletivos, sociais e pessoais	908,41	1.097,75	571,62	686,47	700,94	861,27	4,8	4,7	5,3
Outros serviços	1.425,16	1.605,92	1.143,22	1.302,12	1.305,19	1.469,79	3,0	3,3	3,0
Atividades mal definidas	506,94	434,62	286,15	472,66	401,75	453,39	-3,8	13,4	3,1
Total	1.093,51	1.240,43	796,22	935,97	904,22	1.047,07	3,2	4,1	3,7

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1º de outubro de 2008 (INPC corrigido para a PNAD disponível no IPEADATA).

Por fim, merece destaque o comportamento dos rendimentos dos trabalhadores de diferentes categorias ocupacionais. A Tabela 3.22 ressalta uma recuperação generalizada dos salários, em todos os grupamentos ocupacionais, nas duas áreas estudadas.

Os crescimentos acelerados dos novos postos de trabalho, entre os trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção e dos trabalhadores dos serviços, foram acompanhados por um elevado ritmo de crescimento dos salários, nessas ocupações. Em contrapartida, as ocupações de trabalhadores dos serviços administrativos, apesar de terem sido a terceira em geração de novos empregos, experimentaram um crescimento médio da renda do trabalho abaixo da média nacional.

As ocupações de nível técnico, com remunerações relativamente acima da média de outros trabalhadores de nível médio, como os dos serviços em geral e administrativos, obtiveram expressivos ganhos reais, sobretudo fora das antigas áreas metropolitanas. Já o ritmo de crescimento dos salários dos trabalhadores de nível superior ficou abaixo da média, tanto para os profissionais das ciências e das artes, quanto para os dirigentes, em ambas as áreas analisadas.

Pelo ritmo mais acelerado de elevação do rendimento médio real do trabalho, no restante do País, diminuíram as distâncias salariais entre as duas áreas estudadas, no período de 2004 a 2008, com exceção dos trabalhadores dos serviços administrativos e profissionais das ciências e

das artes. Contudo, apesar da aproximação, as remunerações médias de todas as categorias ocupacionais continuavam, em 2008, em patamares relativamente mais altos nas antigas metrópoles.

**Tabela 3.22 - Rendimento médio mensal real dos ocupados no trabalho principal não agrícola com rendimento por categorias ocupacionais segundo antigas metrópoles e restante do país Brasil, 2004/2008**

Grupamentos Ocupacionais	Antigas Metrópoles		Restante do país		Brasil		Taxa de cresc. anual (2004/2008)		
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil
Dirigentes em geral	3.208,33	3.402,06	2.355,16	2.529,93	2.680,96	2.850,01	1,5	1,8	1,5
Profissionais das ciências e das artes	2.561,75	2.818,96	1.854,04	2.028,37	2.161,85	2.368,85	2,4	2,3	2,3
Técnicos de nível médio	1.442,69	1.617,29	1.058,90	1.267,16	1.206,00	1.409,78	2,9	4,6	4,0
Trabalhadores de serviços administrativos	893,96	986,69	732,04	793,90	803,93	877,63	2,5	2,0	2,2
Trabalhadores dos serviços	505,72	602,16	382,81	466,55	427,82	516,39	4,5	5,1	4,8
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	691,23	748,14	569,70	674,45	612,35	699,87	2,0	4,3	3,4
Trabalhadores agrícolas	656,88	658,44	499,24	573,12	517,14	584,33	0,1	3,5	3,1
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	759,14	870,05	639,50	763,25	676,32	796,69	3,5	4,5	4,2
Membros das forças armadas e auxiliares	1.599,17	2.143,24	1.440,36	1.784,13	1.514,10	1.932,49	7,6	5,5	6,3
Ocupações mal definidas ou não declaradas	1.643,17	1.192,88	529,69	1.852,18	1.150,50	1.560,29	-7,7	36,7	7,9
Total	1.093,51	1.240,43	796,22	935,97	904,22	1.047,07	3,2	4,1	3,7

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

Nota: Valores deflacionados pelo INPC a preços de 1º de outubro de 2008 (INPC corrigido para a PNAD disponível no IPEADATA).

Em resumo, houve uma redução generalizada das diferenças de rendimento médio mensal, devido ao maior crescimento da renda, fora das antigas metrópoles. Contudo, os rendimentos, no restante do País, permaneceram em níveis relativamente mais baixos, do que os observados nas antigas metrópoles, no período de 2004 a 2008, como reflexo das maiores e melhores oportunidades de inserção ocupacional, nas áreas metropolitanas.

No restante do País, a estrutura de rendimentos do trabalho teve menores ganhos de remuneração e maior peso do salário mínimo, mas também maior formalização do emprego e, por consequência, maiores taxas médias de crescimento da renda média mensal do trabalho principal não agrícola.

### 3.7 Conclusão

Os anos 2000 podem ser caracterizados como um período em que o Brasil apresentou resultados significativos, em termos de recuperação da atividade econômica, geração de empregos e crescimento da renda nacional. A expansão do crédito e do consumo das famílias, especialmente após 2004, o aumento das exportações, decorrente do movimento favorável de crescimento da demanda internacional (até à crise financeira de 2008/2009), a reativação dos investimentos na atividade produtiva e na infraestrutura econômica, além da promoção de programas de caráter social, permitiram ao País sustentar um ritmo de crescimento do PIB, capaz de incorporar milhões de brasileiros ao mercado de trabalho, ampliando sua renda.

Nesse contexto de reativação da atividade econômica e produtiva, o mercado interno constituiu um dos principais elementos de dinamismo das metrópoles, cujas estruturas produtivas e ocupacionais são mais diversificadas e expressivamente complexas.

A análise dos dados do mercado de trabalho, no período de 2004 a 2008, revela que o crescimento sustentado da atividade econômica repercutiu com impactos positivos sobre a dinâmica e os principais indicadores do mercado de trabalho das antigas metrópoles brasileiras. Contudo, o aumento das taxas de participação e ocupação e a forte redução do desemprego aberto não foram suficientes, para colocar o mercado de trabalho dessas áreas metropolitanas no mesmo patamar do restante do País.

Em relação à distribuição dos ocupados, segundo setores de atividade, as antigas metrópoles têm grande participação, nos setores de comércio e reparação, indústria de transformação, serviços sociais, serviços domésticos e serviços prestados principalmente às empresas, transporte, alojamento e alimentação e intermediação financeira. Já no restante do País, é menor o peso do número de trabalhadores nos serviços prestados às empresas, em contrapartida à maior participação do emprego nas atividades de comércio e reparação, indústria de transformação e construção civil.

Os setores de serviços prestados às empresas, indústria de transformação – principalmente a de bens de consumo duráveis e de capital –, construção civil e comércio e reparação foram os principais responsáveis pelo incremento de novos postos de trabalho, nas antigas áreas

metropolitanas. Em conjunto, responderam por 52% dos mais de 3,5 milhões de novos empregos, entre 2004 e 2008.

Fora das antigas áreas metropolitanas, a indústria de transformação foi a principal geradora de novos postos de trabalho no período considerado, sobretudo nas indústrias de bens de consumo não duráveis (confeções, alimentos e bebidas), e nas de bens intermediários. Em conjunto com o comércio e reparação e a construção civil, apenas esses três setores foram responsáveis pela criação de 54% dos mais de 6,1 milhões de novos empregos, no restante do País, de 2004 a 2008.

Outro elemento importante para a caracterização desse período foi a acelerada expansão do emprego formal. Com efeito, estruturou-se um novo cenário na posição das ocupações, com significativa redução das taxas médias de crescimento dos empregados sem carteira assinada e por conta própria em contrapartida ao já citado crescimento dos ocupados com carteira de trabalho assinada, fato bem diferente da conjuntura observada nos anos de 1990.

Essa nova dinâmica da geração de postos de trabalho também emergiu da análise dos dados de trabalho assalariado e não assalariado nas duas áreas pesquisadas. Em 2008, o trabalho assalariado representava 75,3% dos empregados das antigas áreas metropolitanas e 72,5% dos ocupados do restante do País. Não obstante porém, o maior grau de assalariamento, nas antigas metrópoles, houve redução da desigualdade do trabalho assalariado entre as duas áreas estudadas, em razão, principalmente, do maior crescimento do emprego formal fora das antigas metrópoles, no intervalo de 2004 a 2008.

Ressalte-se, no entanto, a necessidade de analisar-se com maior cuidado, a expansão do emprego formal desse período. Na verdade, entre 2004 e 2008, dos novos postos de trabalho formais gerados, 2/3 foram de responsabilidade dos setores da construção civil e do comércio e reparação, tanto nas antigas metrópoles, quanto fora delas. Como é sabido, esses postos de trabalho foram criados em setores que, historicamente, remuneram mal a mão de obra. A indústria da transformação – oferece melhores oportunidades, em termos de ocupação e salários – apesar de demonstrar forte vínculo com a dinâmica da economia nacional, durante a crise financeira internacional de 2008/09, foi responsável por cerca de 20% da expansão do emprego formal, desempenhando um papel importante, no período pesquisado.

Na estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro, foi maior a concentração das ocupações de técnicos de nível médio, nível superior (profissionais das ciências e das artes) e de serviços administrativos, nas antigas metrópoles. Isso se dá à conta da forte aglomeração dos serviços modernos, nas grandes cidades. Já no restante do País, a maior concentração coube às ocupações de vendas e prestação de serviços do comércio e de trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.

Em 2008, as antigas metrópoles registraram maior diversificação de setores nas categorias de melhor hierarquia ocupacional. Dentre as ocupações de nível intermediário, revelou-se maior o peso dos trabalhadores de serviços administrativos, nas antigas áreas metropolitanas, em oposição à maior participação dos trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, fora das antigas metrópoles.

Finalmente, os empregos da base da estrutura ocupacional tiveram comportamentos diferentes, entre 2004 e 2008: enquanto os ocupados formais da categoria de trabalhadores dos serviços cresceram 2,5% ao ano, no restante do País, reduziu-se nas antigas metrópoles, o número absoluto de empregados nessa categoria. Já entre os vendedores e prestadores de serviço do comércio, houve um crescimento substancialmente maior, fora das antigas metrópoles, do que dentro delas.

Em síntese, o maior crescimento do emprego formal, no restante do País, decorreu do crescimento das ocupações de pior remuneração, em setores, que detinham, historicamente, menor grau de formalidade, no período anterior e, sobretudo, entre os trabalhadores braçais da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.

Quanto ao comportamento dos rendimentos do trabalho, ocorreu uma redução generalizada das diferenças entre os rendimentos médios mensais, nas duas áreas pesquisadas. Isso se deu pelo crescimento maior da renda, fora das antigas metrópoles, fortemente influenciado pela significativa valorização real do salário mínimo. Todavia, os rendimentos, no restante do País, ainda permaneceram em patamares relativamente menores, do que os observados nas antigas metrópoles, no período de 2004 a 2008, reflexo das maiores e melhores oportunidades de inserção ocupacional nessas áreas.

A estrutura salarial, no restante do País, situou-se em níveis mais baixos de remuneração, inclusive pelo peso relativamente maior do salário mínimo, em sua composição. Ocorreu,

además, maior formalização do emprego e, como consequência, maiores taxas médias de crescimento do rendimento médio mensal do trabalho principal não agrícola, nas áreas fora das metrópoles.

Assim, a retomada do crescimento econômico foi fundamental para a recuperação da dinâmica de geração do emprego e a melhora da renda, no mercado de trabalho brasileiro. A forte formalização das ocupações e a grande expansão do emprego formal, principalmente fora das antigas áreas metropolitanas, em conjunto com a política de valorização do salário mínimo, foram as principais responsáveis pela redução das diferenças de renda e do grau de formalização entre as duas áreas pesquisadas. Contudo, as estruturas ocupacionais mais diversificadas e com maior capacidade de captação de renda continuam situadas nas antigas metrópoles. É também nessas áreas que se encontram as maiores desigualdades de renda do trabalho.

Por fim, destaque-se que a reativação da dinâmica econômica das metrópoles (ressaltada no capítulo 2) é reafirmada na análise do mercado de trabalho, pelo crescimento do emprego, sobretudo nos serviços modernos, na construção civil e na indústria de transformação de bens de consumo duráveis e de capital. De maneira geral, porém, o que se observou, entre 2004 e 2008, foi uma ampliação generalizada das ocupações e da renda do trabalho, tanto nas antigas metrópoles, quanto fora delas, em consequência da retomada, também generalizada, do crescimento econômico.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2000 e 2008, o Brasil conseguiu retomar o crescimento sustentado da atividade econômica, ampliar os investimentos na atividade produtiva e na infraestrutura econômica e social, produzir milhões de novos postos de trabalho, principalmente formais, e reduzir as desigualdades de renda do trabalho. Analisar o mercado de trabalho, neste novo contexto, foi o objetivo central do presente estudo, buscando sempre especificar o que se passava nos espaços metropolitanos do País.

Isso implicou, de partida, distinguir dois períodos distintos no novo contexto econômico, político e social do País. O primeiro (de 2000 a 2003-2004), refletiu os impactos positivos da desvalorização do Real nas exportações brasileiras, em 1999, em uma conjuntura internacional favorável, como reflexo do forte crescimento das economias asiáticas (em particular da chinesa), que demandam *commodities* de todo o mundo. As exportações aparecem como principal fator de dinamismo da recuperação da atividade econômica nesse período. Em meio a tal cenário, deu-se a reativação da base produtiva nacional, principalmente da ligada ao agronegócio e à exportação, tendo como um dos efeitos positivos a retomada da geração de empregos formais.

O segundo momento (de 2004 a 2008) correspondeu a junção de fatores, que permitiram ao Brasil retomar o crescimento sustentado da atividade econômica, mediante o aumento do crédito e do consumo interno, a manutenção do dinamismo das exportações e a reativação do investimento nos setores produtivos e na infraestrutura econômica e social. Trata-se de um período balizado pela manutenção dos estímulos externos e pela dinamização progressiva da atividade econômica interna, em um contexto de mudança do papel do Estado, de fortalecimento das políticas públicas – com destaque para as de transferência de renda e de valorização do salário mínimo – e de crescimento do emprego e da renda das famílias.

A manutenção de uma baixa inflação, o controle das contas públicas e a menor restrição externa foram condições fundamentais para esse novo cenário econômico nacional e permitiram, ao longo de todo o período recente, a retomada de políticas estratégicas de estímulo à produção, ao emprego e à renda nacional. A reativação da indústria e da agropecuária, já verificada no início

da década, soma-se, a partir de 2004, à retomada do dinamismo no setor de serviços. Importa, enfim, ressaltar as políticas de fortalecimento dos bancos públicos, em especial do Banco do Brasil e do BNDES – que passaram a exercer um papel fundamental, no financiamento do investimento e da produção, além do apoio às políticas sociais e ao financiamento do desenvolvimento urbano, a cargo da Caixa Econômica Federal – e a retomada dos investimentos públicos, com destaque para os da Petrobrás e a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

É nesse contexto econômico, social e político que se buscou realizar, com o presente trabalho, um estudo do mercado de trabalho metropolitano brasileiro, que, nos 25 anos de estagnação econômica vividos pelo País, a partir dos anos de 1980, foi negativamente impactado. Durante esse período, ocorreu um forte agravamento dos problemas já existentes, tais como os habitacionais, ao mesmo tempo em que se assistia à desestruturação do mercado de trabalho nacional e à piora nas estruturas de rendimentos das famílias. Poucos foram os setores onde se pôde verificar alguma melhora dos indicadores sociais, com destaque para a implementação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a ampliação do acesso ao ensino.

Após esse período de baixo crescimento da atividade econômica nacional e de perda da capacidade de gasto e investimento do Estado, principiou-se, a partir de 2004, a constituição de um novo padrão de crescimento da atividade econômica, vinculado ao maior dinamismo do mercado interno, embora com a manutenção de um cenário internacional favorável (até o final de 2008), que foi decisivo para a reativação do dinamismo econômico e social dos espaços metropolitanos, que detêm as estruturas produtivas e ocupacionais mais diversificadas e complexas do País.

Com a análise das dinâmicas demográficas, econômicas e do emprego formal, no Brasil, buscou-se identificar novas tendências, tendo como foco principal os espaços metropolitanos.

Verificou-se, inicialmente, a desaceleração do crescimento populacional, entre 2000 e 2010, em ritmo bem menor do que o observado para o PIB e para o emprego formal. Por fim, constatou-se, nos espaços não metropolitanos com mais de 50 mil habitantes, nos espaços metropolitanos, nas fronteiras de expansão agrícola e nas faixas litorâneas, dinamismo populacional maior, do que no interior dos estados.

Quanto à dinâmica da atividade econômica e do emprego formal, houve um crescimento generalizado, nos espaços metropolitanos e não metropolitanos, tanto do produto interno bruto, quanto da ocupação formal, a partir de 2004. Corroborando a hipótese levantada, verificou-se, de fato, uma aceleração das taxas médias de crescimento da atividade econômica e do emprego formal nas metrópoles, entre 2004 e 2008, embora sem uma alteração na distribuição dessas estruturas entre os espaços metropolitanos e não metropolitanos.

Assim, apesar de ter permitido uma expressiva aceleração das taxas de crescimento dos espaços metropolitanos, a retomada recente do crescimento econômico possibilitou de fato a equiparação do crescimento das metrópoles ao patamar observado nos espaços não metropolitanos.

A característica mais importante desse comportamento territorial do crescimento da atividade econômica é que, no período analisado, não houve aumento das diferenças entre as metrópoles e o interior. Isso indica que o recente padrão de crescimento da economia brasileira – com mudança do papel do Estado, reativação do investimento produtivo e em infraestrutura econômica e social e retomada das políticas sociais – não foi concentrado e teve um caráter redistributivo importante, pelo menos em relação às dinâmicas das metrópoles e das áreas fora delas.

Esse cenário de dinamismo econômico das metrópoles foi identificado pelas informações do mercado de trabalho e dos rendimentos metropolitanos.

A análise dos dados de mercado do trabalho metropolitano, no período de 2004 a 2008, revelou que o crescimento sustentado da atividade econômica impactou positivamente a dinâmica e os principais indicadores do mercado de trabalho das antigas metrópoles brasileiras. Houve, por isso, um aumento das taxas de participação e ocupação, além de forte redução do nível do desemprego aberto.

Quanto à distribuição da população ocupada em distintos setores de atividade, as antigas metrópoles apresentam grande participação dos ocupados em atividades como: comércio e reparação, indústria de transformação, serviços sociais, serviços domésticos e serviços prestados principalmente às empresas, transporte, alojamento e alimentação e intermediação financeira.

Os setores de serviços prestados às empresas, indústria de transformação – principalmente dos ramos de bens de consumo duráveis e de capital –, construção civil e comércio e reparação

tiveram os maiores incrementos de novos postos de trabalho nas antigas áreas metropolitanas: em conjunto, responderam por 52% dos mais de 3,5 milhões de novos empregos gerados nelas, entre 2004 e 2008.

A criação generalizada de empregos formais constituiu importante elemento para qualificar e caracterizar o período analisado, que se mostrou bem diferente da conjuntura dos anos de 1990. Com efeito, entre 2004 e 2008, dos novos postos de trabalho formais, 2/3 surgiram na construção civil e no setor do comércio e reparação. Significa isso, que grande parte do emprego gerado, nesse período, se deu em setores que, historicamente, remuneram mal a mão de obra. No entanto, a indústria de transformação, que representa melhores oportunidades, em termos de ocupação e salários, também se mostrou importante para a dinâmica do mercado de trabalho. Pelo fato de manter forte vínculo com a dinâmica econômica, o setor foi responsável por cerca de 20% da expansão do emprego formal nesse intervalo de tempo.

Na estrutura ocupacional, ocorreu maior concentração de trabalhadores de nível técnico médio, nível superior (profissionais das ciências e das artes) e de serviços administrativos, nas antigas metrópoles, devido à forte aglomeração dos serviços modernos, nas grandes cidades, que as compõem.

Em 2008, pôde-se observar maior diversificação de setores, nas categorias de trabalho posicionadas na parte superior da hierarquia ocupacional, especialmente nas antigas metrópoles. Entre as ocupações de nível intermediário, maior peso conquistaram os trabalhadores em serviços administrativos. Por fim, entre os empregos da base da estrutura ocupacional, houve um crescimento de mais de 5% a.a., na categoria de vendedores e prestadores de serviço do comércio, nas antigas áreas metropolitanas.

Mesmo com o maior grau de assalariamento nas antigas metrópoles, em 2008, ocorreu uma redução das diferenças entre as duas áreas estudadas. Isso se deu em razão, principalmente, do maior crescimento do emprego formal, fora das antigas metrópoles, no período de 2004 a 2008. Assim, o maior incremento do emprego formal, no restante do País, aconteceu em razão, sobretudo, da expansão das ocupações de pior remuneração e em setores que, no período anterior, detinham menor grau de formalidade, além do considerável peso dos trabalhadores braçais na produção de bens e serviços e na reparação e manutenção.

Em relação ao comportamento dos rendimentos do trabalho, houve redução generalizada das diferenças entre os rendimentos médios mensais nas duas áreas pesquisadas. Isso ocorreu devido ao crescimento relativamente maior da renda média, fora das antigas metrópoles, consequência, por sua vez, da política de valorização do salário mínimo. No entanto, os rendimentos, no restante do País, ainda permaneceram em patamares relativamente mais baixos, do que os encontrados nas antigas metrópoles, no período de 2004 a 2008, refletindo as historicamente maiores e melhores oportunidades de inserção ocupacional nessas áreas.

No restante do País, a estrutura salarial ainda persiste em posição inferior, apesar do peso maior do salário mínimo, em sua composição. Ocorreram também maior formalização, elevada geração de emprego com carteira de trabalho assinada e, como consequência, maiores taxas de crescimento do rendimento médio mensal do trabalho principal não agrícola, nessas áreas.

Em síntese, a retomada do crescimento econômico foi fundamental para a recuperação da dinâmica de geração do emprego e para a melhoria da renda média do trabalho, no mercado de trabalho brasileiro.

A formalização elevada das ocupações e a grande expansão do emprego formal, principalmente fora das antigas áreas metropolitanas, conjugadas com a política de valorização do salário mínimo, constituíram as principais responsáveis pela redução das diferenças de renda e nível de formalização entre as duas áreas estudadas. Todavia, se as estruturas ocupacionais mais diversificadas e com maior capacidade de captação de renda ainda se encontram localizadas nas antigas metrópoles, é também nelas que se encontram as maiores desigualdades internas de renda do trabalho.

Corroborando com as hipóteses levantadas na introdução desse trabalho, conclui-se, assim, que houve, de fato, uma ampliação do emprego e da renda, de forma generalizada, e que a reativação do crescimento econômico foi extremamente importante para a retomada do dinamismo do mercado de trabalho, sobretudo nas metrópoles, ante o cenário anterior de forte estagnação e deterioração. É que, apesar do crescimento generalizado do emprego e da renda no período e da redução das desigualdades de renda e de grau de assalariamento entre as antigas metrópoles e o restante do país, em 2008, ainda se observava maior peso das ocupações do topo da hierarquia ocupacional e os melhores salários nas antigas metrópoles.

De maneira geral, ainda é cedo para falar-se em reestruturação do mercado de trabalho devido ao curto espaço de tempo desse processo. É necessária a manutenção mais prolongada do cenário econômico, político e social vigente, para que se possa começar a discutir se de fato essas transformações representariam um processo efetivo de reestruturação do mercado de trabalho nacional.

Por fim, cabe ressaltar, entretanto, que os problemas metropolitanos não se resumem a geração de trabalho e renda. Eles se estendem desde o precário ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, às dificuldades do transporte urbano e do acesso à habitação, saúde e educação, entre outros.

É importante avançar nessas outras temáticas relacionadas à questão metropolitana, muito embora sem deixar de lado a importância da continuidade do crescimento econômico e do cenário positivo do mercado de trabalho, por um período maior, entendendo-se que a ausência de dinamismo na geração de emprego e renda pode agravar ainda mais as outras problemáticas do mundo metropolitano brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. Crescimento das cidades: metrópole e interior do Brasil. In: BAENINGER, R. (org.) População e Cidades subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010.

BALTAR, P. Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. In: CARNEIRO, R.M.; MATIJASCIC, M. (orgs.) Desafios do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: IPEA; Campinas: IE/UNICAMP, 2010.

BALTAR, P.; SANTOS, A.; GARRIDO, F.; PRONI, M. W. Projeto PIB Estudo Transversal 3: Estrutura do Emprego e da Renda. Campinas: UNICAMP/ IE/ CESIT, 2009.

BARBOSA, N.; SOUZA J.A.P. A Inflexão do Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M.A. (orgs.) Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo, 2010.

BELLUZZO, L.G.M.; ALMEIDA, J.G. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: BELLUZZO, L.G.M.; BATISTA JUNIOR, P.N. (orgs.) A luta pela sobrevivência da moeda nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

BRANCO, M.L.C. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (orgs.) Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CACCIAMALI, M.C. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. (Tese de Doutorado em Economia). São Paulo: FEA/USP, 1982.

\_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. Revista Economia e Sociedade, nº 14, p. 153 - 174, jun. 2000. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 – 1970. São Paulo: UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. São Paulo: UNESP, 2008.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. (1997). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoacuritiba1997p303a327.pdf>>. Acesso em 24 de julho de 2010.

CARDOSO DE MELLO, J.M. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARDOSO JR., J.C. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Texto para discussão 1310, nov. 2007. Brasília: IPEA, 2007.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE/UNICAMP, 2002.

CASTRO, A.B.; SOUZA, F.E.P. A economia brasileira em marcha forçada. São Paulo: Paz e Terra, 2004 (3ª edição).

CRUZ, P. R. D. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do pós-guerra. Revista Economia e Sociedade, nº 3, p. 65 - 81, dez. 1994. Campinas: IE/UNICAMP, 1994.

DEDECCA, C.S.; JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C.J.B.M. A Queda recente da Desigualdade: Relevâncias e Limites. XXXVI Encontro Nacional da ANPEC. Salvador: ANPEC, 2008.

DEDECCA, C.S.; ROSANDISKI, E.N. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. Parcerias Estratégicas, nº 22, p. 169 – 190, jun. 2006. Brasília: CGEE, 2006.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2009. Estudos e Pesquisas, nº 49, mar. 2010. São Paulo: DIEESE, 2010.

DINIZ, C.C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, A. C. (org.) Desenvolvimento em debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro II (Livro 3). Rio de Janeiro: Mauad / BNDES, 2002.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. (orgs.) Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência. (Tese de Doutorado em Economia). Campinas: IE/UNICAMP, 1994.

GONÇALVES, R. Desempenho Macroeconômico em Perspectiva Histórica: Governo Lula (2003-10). In: MAGALHÃES, J.P.A. ET ALII. Os Anos Lula - Contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Riode Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_. (2010). Análise comparativa do governo Lula: Perspectiva histórica. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/analise\\_comparativa\\_do\\_governo\\_lula\\_07\\_junho\\_2010.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/analise_comparativa_do_governo_lula_07_junho_2010.pdf)>. Acesso em 18 de outubro de 2010.

HENRIQUE, W. O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

IBGE. (2008). Anexo Metodológico I – Composição dos grupamentos ocupacionais da PNAD 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/microdados.shtm>>. Acesso em 13 de junho de 2010.

IPEA. Comunicados do IPEA – Análise preliminar dos dados do Censo 2010, n° 68, dez. 2010. Brasília: IPEA, 2010.

IPEA/IBGE/UNICAMP. Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana (Volume 1). Brasília: IPEA, 2001.

LEONE, E. T. & BALTAR, P. (2007) Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: Carta Social e do Trabalho n° 6. Disponível em: <[http://www.eco.unicamp.br/Downloads/publicacoes/cesit/Versao\\_Integral6.pdf](http://www.eco.unicamp.br/Downloads/publicacoes/cesit/Versao_Integral6.pdf)>. Acesso em 01 de setembro de 2010.

LESSA, C. Acumulação oligárquica e formação das metrópolis. Pensamento iberoamericano, Cepal, nº 7, p. 214 - 216. Madrid, 1985.

LESSA, C.; SULAMIS, D. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (orgs.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise (Volume 1). Campinas: IE/UNICAMP, 1998 (4ª edição).

MACEDO, F.C. Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). (Tese de Livre-docência). Campinas: IE/UNICAMP, 2010.

MARICATO, E. Metrôpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. (2006). Metrôpoles brasileiras. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textoerminiamaricato.pdf>>. Acesso em 26 de agosto de 2010.

MOTTA, D. & DA MATA, D. (2008). População e PIB das cidades médias crescem mais que no resto do Brasil. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 19 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. A importância da cidade média. Revista Desafios do Desenvolvimento, nº 47, p. 55, fev. 2009. Brasília: IPEA, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2004). Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetrololes.net/>>. Acesso em 19 de julho de 2010.

POCHMANN, M. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. Indicadores Econômicos FEE, vol. 26, nº 2, p.119 – 139. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE, 1998.

QUADROS, W. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. Texto para discussão nº 147. Campinas: IE/UNICAMP, 2008a.

\_\_\_\_\_. A evolução recente da estrutura social brasileira. Texto para discussão nº 148. Campinas: IE/UNICAMP, 2008b.

REZENDE, A.L. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, M.P. (org.) A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (23ª edição).

RIBEIRO, L. C. Q. Dinâmica socioterritorial das metrópoles brasileiras: dispersão e concentração. Boletim de políticas sociais – acompanhamento e análise, n° 12, p. 221 – 229, fev. 2006. Brasília: IPEA, 2006.

RIBEIRO, L. C. Q. & RODRIGUES, J.M. (2008). Decadência das metrópoles e paraíso das cidades médias? Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo\\_23\\_07\\_08.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_23_07_08.pdf)>. Acesso em 19 de julho de 2010.

SANT'ANNA, A.A.; BORÇA JR., G.R.; ARAÚJO, P.Q. Mercado de Crédito no Brasil: Evolução Recente e o Papel do BDES (2004-2008). In: FERREIRA, M.R.F.; MEIRELES, B.B. (orgs.) Ensaio sobre economia financeira. Rio de Janeiro: BNDES, 2009.

SANTOS, M. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982 (2ª edição).

\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 (5ª edição).

SASSEN, S. Informalization in advanced market economies. International Labour Organization, Discussion paper, n° 20. Genebra: ILO, 1997.

SIQUEIRA, H. Economia metropolitana e mercado de trabalho: um estudo das regiões metropolitanas do estado de São Paulo. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: IE/UNICAMP, 2009.

SIQUEIRA, H. & MAIA, A.G. Desigualdades nos mercados de trabalho metropolitano e não metropolitano brasileiro (1981-2006). Cadernos Metr pole, v. 12, n° 24, p. 349 – 367, jul/dez 2010. Rio de Janeiro: Observatório das Metr poles, 2010.

SOUZA, M.A.A. Reconpondo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, C.A.; FREIRE, D.G.; OLIVEIRA, F.J.G. (orgs.) *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 8, n° 4, p. 5 – 16, out/dez 1988. São Paulo, 1988.

TAVARES, M.C. *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 (2ª edição).

\_\_\_\_\_. Problemas de industrialización avanzada encapitalismos tardios y perifericos. *Economia da América Latina*, CIDE, p. 21-42. México, 1981.

\_\_\_\_\_. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J.L. (org.) *Estado e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TROVÃO, C.J.B.M. *Emprego, Indústria e Condição de exportação: a evolução do mercado de trabalho formal no Brasil de 2002 a 2008*. (Tese de Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 2010.

## **ANEXOS ESTADÍSTICOS**

## Anexo Estatístico 1 – Quadro de classificação das regiões metropolitanas brasileiras

Quadro A.1 - Classificação das regiões metropolitanas  
Brasil, 2010

(continua)

REGIÃO METROPOLITANA (RM) e REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO (RIDE)	Subdivisões	Código do Município	NOME DO MUNICÍPIO		
RM Belém	NÃO TEM	1500800	ANANINDEUA		
		1501402	BELÉM		
		1501501	BENEVIDES		
		1504422	MARITUBA		
		1506351	SANTA BÁRBARA DO PARÁ		
RM Belo Horizonte	RM Belo Horizonte	3105004	BALDIM		
		3106200	BELO HORIZONTE		
		3106705	BETIM		
		3109006	BRUMADINHO		
		3110004	CAETE		
		3112505	CAPIM BRANCO		
		3117876	CONFINS		
		3118601	CONTAGEM		
		3124104	ESMERALDAS		
		3126000	FLORESTAL		
		3129806	IBIRITÉ		
		3130101	IGARAPÉ		
		3132206	ITAGUARA		
		3133709	ITATIAIUÇU		
		3134608	JABOTICATUBAS		
		3136652	JUATUBA		
		3137601	LAGOA SANTA		
		3140159	MÁRIO CAMPOS		
		3140704	MATEUS LEME		
		3141108	MATOZINHOS		
		3144805	NOVA LIMA		
		3136603	NOVA UNIÃO		
		3149309	PEDRO LEOPOLDO		
		3153905	RAPOSOS		
		3154606	RIBEIRÃO DAS NEVES		
		3154804	RIO ACIMA		
		3155306	RIO MANSO		
		3156700	SABARÁ		
		3157807	SANTA LUZIA		
		3162922	SÃO JOAQUIM DE BICAS		
		3162955	SÃO JOSÉ DA LAPA		
		3165537	SARZEDO		
		3168309	TAQUARAÇU DE MINAS		
		3171204	VESPASIANO		
		Colar Metropolitano	Colar Metropolitano	3105400	BARÃO DE COCAIS
				3106408	BELO VALE
				3108107	BONFIM
				3126406	FORTUNA DE MINAS
				3127206	FUNILÂNDIA
				3131000	INHAÚMA
				3131901	ITABIRITO
				3133808	ITAÚNA
				3142304	MOEDA
3147105	PARÁ DE MINAS				
3153608	PRUDENTE DE MORAIS				
3157203	SANTA BÁRBARA				
3163102	SÃO JOSÉ DA VARGINHA				
3167202	SETE LAGOAS				
RM Campinas	NÃO TEM			3501608	AMERICANA
				3503802	ARTUR NOGUEIRA
				3509502	CAMPINAS
		3512803	COSMÓPOLIS		
		3515152	ENGENHEIRO COELHO		
		3519055	HOLAMBRA		
		3519071	HORTOLÂNDIA		
		3520509	INDAIALUBA		
		3523404	ITATIBA		
		3524709	JAGUARIÚNA		
		3531803	MONTE MOR		
		3533403	NOVA ODESSA		
		3536505	PAULÍNIA		
		3537107	PEDREIRA		
		3545803	SANTA BÁRBARA D'OESTE		
		3548005	SANTO ANTONIO DE POSSE		
		3552403	SUMARÉ		
3556206	VALINHOS				
3556701	VINHEDO				

Fonte: IBGE - Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: 1 - Regiões metropolitanas escolhidas a partir do estudo do Observatório das Metrôpoles (2004).

2 - Os municípios Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaf, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás, foram incluídos pela Lei Complementar nº 78 de 25 de março de 2010.

3 - A RM Manaus foi criada pela Lei Complementar nº 52 de 30 de maio de 2007.

Quadro A.1 - Classificação das regiões metropolitanas  
Brasil, 2010

(continua)

REGIÃO METROPOLITANA (RM) e REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO (RIDE)	Subdivisões	Código do Município	NOME DO MUNICÍPIO		
RM Curitiba	NÃO TEM	4100202	ADRIANÓPOLIS		
		4100301	AGUDOS DO SUL		
		4100400	ALMIRANTE TAMANDARÉ		
		4101804	ARAUCÁRIA		
		4102307	BALSA NOVA		
		4103107	BOCAIÚVA DO SUL		
		4104006	CAMPINA GRANDE DO SUL		
		4104204	CAMPO LARGO		
		4104253	CAMPO MAGRO		
		4105201	CERRO AZUL		
		4105805	COLOMBO		
		4106209	CONTENDA		
		4106902	CURITIBA		
		4128633	DOUTOR ULYSSES		
		4107652	FAZENDA RIO GRANDE		
		4111258	ITAPERUÇU		
		4113205	LAPA		
		4114302	MANDIRITUBA		
		4119152	PINHAI		
		4119509	PIRAQUARA		
		4120804	QUATRO BARRAS		
		4121208	QUITANDINHA		
		4122206	RIO BRANCO DO SUL		
		4125506	SÃO JOSE DOS PINHAIS		
		4127601	TIJUCAS DO SUL		
		4127882	TUNAS DO PARANÁ		
		4200606	ÁGUAS MORNAS		
		RM Florianópolis	Núcleo Metropolitano	4201208	ANTÔNIO CARLOS
				4202305	BIGUAÇU
				4205407	FLORIANÓPOLIS
4206009	GOVERNADOR CELSO RAMOS				
4211900	PALHOÇA				
4215703	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ				
4216602	SÃO JOSÉ				
4217253	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA				
Área de Expansão Metropolitana	4200705			ALFREDO WAGNER	
	4200903			ANGELINA	
	4201109		ANITÁPOLIS		
	4203709		CANELINHA		
	4205704		GAROPABA		
	4209805		LEOBERTO LEAL		
	4210209		MAJOR GERCINO		
	4211504		NOVA TRENTO		
	4212304		PAULO LOPES		
	4214300		RANCHO QUEIMADO		
4215901	SÃO BONIFÁCIO				
4216305	SÃO JOÃO BATISTA				
4218004	TIJUCAS				
RM Fortaleza	NÃO TEM	2301000	AQUIRAZ		
		2303501	CASCATEL		
		2303709	CAUCAIA		
		2303956	CHOROZINHO		
		2304285	EUZÉBIO		
		2304400	FORTALEZA		
		2304954	GUAIÚBA		
		2305233	HORIZONTE		
		2306256	ITAITINGA		
		2307650	MARACANAÚ		
		2307700	MARANGUAPE		
		2309607	PACAJUS		
		2309706	PACATUBA		
		2310852	PINDORETAMA		
		2312403	SÃO GONÇALO DO AMARANTE		
		RM Goiânia (2)	NÃO TEM	5200050	ABADIA DE GOIÁS
				5201405	APARECIDA DE GOIÂNIA
5201801	ARAGOIÂNIA				
5203302	BELA VISTA DE GOIÁS				
5203559	BONFINÓPOLIS				
5203609	BRAZABRANTES				
5204557	CALDAZINHA				
5205208	CATURAI				
5208400	GOLANÁPOLIS				
5208707	GOLÂNIA				
5208806	GOLANIRA				
5209200	GUAPÓ				
5209705	HIDROLÂNDIA				
5210000	INHUMAS				
5214507	NERÓPOLIS				
5215009	NOVA VENEZA				
5219738	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS				
5220454	SENADOR CANEDO				
5221197	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS				
5221403	TRINDADE				

Fonte: IBGE - Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: 1 - Regiões metropolitanas escolhidas a partir do estudo do Observatório das Metrópoles (2004).

2 - Os municípios Bonfinópolis, Brazabrantas, Caldasinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás, foram incluídos pela Lei Complementar nº 78 de 25 de março de 2010.

3 - A RM Manaus foi criada pela Lei Complementar nº 52 de 30 de maio de 2007.

Quadro A.1 - Classificação das regiões metropolitanas  
Brasil, 2010

(continua)

REGIÃO METROPOLITANA (RM) e REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO (RIDE)	Subdivisões	Código do Município	NOME DO MUNICÍPIO		
RM Grande Vitória	NÃO TEM	3201308	CARIACICA		
		3202207	FUNDÃO		
		3202405	GUARAPARI		
		3205002	SERRA		
		3205101	VIANA		
		3205200	VILA VELHA		
		3205309	VITÓRIA		
RM Manaus (3)	NÃO TEM	1300300	AUTAZES		
		1301100	CAREIRO		
		1301159	CAREIRO DA VÁRZEA		
		1301852	IRANDUBA		
		1301902	ITACOATIARA		
		1302009	ITAPIRANGA		
		1302504	MANACAPURU		
		1302553	MANAQUIRI		
		1302603	MANAUS		
		1303205	NOVO AIRÃO		
		1303536	PRESIDENTE FIGUEIREDO		
		1303569	RIO PRETO DA EVA		
		1304005	SILVES		
		RM Porto Alegre	NÃO TEM	4300604	ALVORADA
4300877	ARARICÁ				
4301107	ARROIO DOS RATOS				
4303103	CACHOEIRINHA				
4303905	CAMPO BOM				
4304606	CANOAS				
4304689	CAPELA DE SANTANA				
4305355	CHARQUEADAS				
4306403	DOIS IRMÃOS				
4306767	ELDORADO DO SUL				
4307609	ESTÂNCIA VELHA				
4307708	ESTEIO				
4309050	GLORINHA				
4309209	GRAVATAÍ				
4309308	GUAIÁBA				
4310801	IVOTI				
4312401	MONTENEGRO				
4313060	NOVA HARTZ				
4313375	NOVA SANTA RITA				
4313409	NOVO HAMBURGO				
4314050	PAROBÉ				
4314803	PORTÃO				
4314902	PORTO ALEGRE				
4317608	SANTO ANTONIO DA PATRULHA				
4318408	SÃO JERÔNIMO				
4318705	SÃO LEOPOLDO				
4319901	SAPIRANGA				
4320008	SAPUCAIA DO SUL				
4321204	TAQUARA				
4322004	TRIUNFO				
4323002	VIAMÃO				
RM Recife	NÃO TEM			2601052	ARACOIABA
				2600054	ABREU E LIMA
				2602902	CABO DE SANTO AGOSTINHO
		2603454	CAMARAGIBE		
		2606804	ICARASSU		
		2607208	IPOJUCA		
		2607604	ILHA DE ITAMARACÁ		
		2607752	ITAPISSUMA		
		2607901	JABOATÃO DOS GUARARAPES		
		2609402	MORENO		
		2609600	OLINDA		
		2610707	PAULISTA		
		2611606	RECIFE		
		2613701	SÃO LOURENÇO DA MATA		
RM Rio de Janeiro	NÃO TEM	3300456	BELFORD ROXO		
		3301702	DUQUE DE CAXIAS		
		3301850	GUAPIMIRIM		
		3301900	ITABORAÍ		
		3302007	ITAGUAÍ		
		3302270	JAPERI		
		3302502	MAGÉ		
		3302858	MESQUITA		
		3303203	NILÓPOLIS		
		3303302	NITERÓI		
		3303500	NOVA IGUAÇU		
		3303609	PARACAMBI		
		3304144	QUEIMADOS		
		3304557	RIO DE JANEIRO		
3304904	SÃO GONÇALO				
3305109	SÃO JOÃO DE MERITI				
3305554	SEROPÉDICA				
3305752	TANGUÁ				

Fonte: IBGE - Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: 1 - Regiões metropolitanas escolhidas a partir do estudo do Observatório das Metrópoles (2004).

2 - Os municípios Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás, foram incluídos pela Lei Complementar nº 78 de 25 de março de 2010.

3 - A RM Manaus foi criada pela Lei Complementar nº 52 de 30 de maio de 2007.

Quadro A.1 - Classificação das regiões metropolitanas  
Brasil, 2010

(conclusão)

REGIÃO METROPOLITANA (RM) e REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO (RIDE)	Subdivisões	Código do Município	NOME DO MUNICÍPIO		
RM Salvador	NÃO TEM	2910057	DIAS D'ÁVILA		
		2905701	CAMAÇARI		
		2906501	CANDEIAS		
		2916104	ITAPARICA		
		2919207	LAURO DE FREITAS		
		2919926	MADRE DE DEUS		
		2921005	MATA DE SÃO JOÃO		
		2925204	POJUCA		
		2927408	SALVADOR		
		2929206	SÃO FRANCISCO DO CONDE		
		2929503	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ		
		2930709	SIMÕES FILHO		
		2933208	VERA CRUZ		
		3503901	ARUJÁ		
RM São Paulo	NÃO TEM	3505708	BARUERI		
		3506607	BIRITIBA-MIRIM		
		3509007	CAIEIRAS		
		3509205	CAJAMAR		
		3510609	CARAPICUÍBA		
		3513009	COTIA		
		3513801	DIADEMA		
		3515004	EMBU		
		3515103	EMBU-GUAÇU		
		3515707	FERRAZ DE VASCONCELOS		
		3516309	FRANCISCO MORATO		
		3516408	FRANCO DA ROCHA		
		3518305	GUARAREMA		
		3518800	GUARULHOS		
		3522208	ITAPECERICA DA SERRA		
		3522505	ITAPEVI		
		3523107	ITAQUAQUECETUBA		
		3525003	JANDIRA		
		3526209	JUQUITIBA		
		3528502	MAIRIPORÁ		
		3529401	MAUÁ		
		3530607	MOGI DAS CRUZES		
		3534401	OSASCO		
		3539103	PIRAPORA DO BOM JESUS		
		3539806	POÁ		
		3543303	RIBEIRÃO PIRES		
		3544103	RIO GRANDE DA SERRA		
		3545001	SALESÓPOLIS		
		3546801	SANTA ISABEL		
		3547304	SANTANA DE PARNAÍBA		
		3547809	SANTO ANDRÉ		
		3548708	SÃO BERNARDO DO CAMPO		
		3548807	SÃO CAETANO DO SUL		
		3549953	SÃO LOURENÇO DA SERRA		
		3550308	SÃO PAULO		
		3552502	SUZANO		
		3552809	TABOÃO DA SERRA		
		3556453	VARGEM GRANDE PAULISTA		
		RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno	NÃO TEM	5200100	ABADIÂNIA
				5200175	ÁGUA FRIA DE GOIÁS
5200258	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS				
5200308	ALEXÂNIA				
3109303	BURITIS				
5204003	CABECEIRAS				
5205497	CIDADE OCIDENTAL				
5205513	COCALZINHO DE GOIÁS				
5205802	CORUMBÁ DE GOIÁS				
5206206	CRISTALINA				
5300108	DISTRITO FEDERAL				
5208004	FORMOSA				
5212501	LUZIANIA				
5213053	MIMOSO DE GOIÁS				
5215231	NOVO GAMA				
5215603	PADRE BERNARDO				
5217302	PIRENÓPOLIS				
5217609	PLANALTINA				
5219753	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO				
3170404	UNAI				
5221858	VALPARAÍSO DE GOIÁS				
5222203	VILA BOA				

Fonte: IBGE - Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: 1 - Regiões metropolitanas escolhidas a partir do estudo do Observatório das Metrôpoles (2004).

2 - Os municípios Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás, foram incluídos pela Lei Complementar nº 78 de 25 de março de 2010.

3 - A RM Manaus foi criada pela Lei Complementar nº 52 de 30 de maio de 2007.

## Anexo Estatístico 2 – Tabelas de mercado de trabalho no Brasil

**Tabela A.1 - Taxa média anual de crescimento do emprego formal dos espaços metropolitanos segundo Unidades da Federação  
Brasil, 2000/2008**

UF		Metropolitano	Não-Metropolitano
Amazonas		8,8	16,8
Pará		4,7	12,4
Ceará		5,6	8,1
Pernambuco		4,1	7,0
Bahia		3,9	8,5
Minas Gerais		4,9	5,3
Espírito Santo		6,6	6,2
Rio de Janeiro		3,4	6,1
São Paulo	RMSP	4,4	5,2
	RM Campinas	5,8	
Paraná		4,7	5,8
Santa Catarina		6,5	6,4
Rio Grande do Sul		3,0	4,3
Goiás	RM Goiânia	5,8	8,2
	RIDE - DF e Entorno	3,0	
Distrito Federal	RIDE - DF e Entorno		-

Fonte: MTE - RAIS (2000, 2008). Elaboração Própria

**Tabela A.2 - Incremento de pessoas ocupadas no trabalho principal por setores de atividade não agrícola segundo antigas metrópoles e restante do país Brasil, 2004/2008**

Setores de atividade	Incremento de pessoas ocupadas entre 2004 e 2008			Distribuição do incremento em relação ao total			Distribuição do incremento em relação ao setor		
	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil
Indústria de transformação	477.928	1.121.346	1.599.274	13,4	18,4	16,6	29,9	70,1	100,0
Construção	462.176	1.096.620	1.558.796	13,0	18,0	16,1	29,6	70,4	100,0
Outras atividades industriais	25.786	26.586	52.372	0,7	0,4	0,5	49,2	50,8	100,0
Comércio e reparação	398.817	1.083.072	1.481.889	11,2	17,8	15,3	26,9	73,1	100,0
Alojamento e alimentação	219.985	356.578	576.563	6,2	5,8	6,0	38,2	61,8	100,0
Transporte, armazenagem e comunicação	346.619	371.578	718.197	9,7	6,1	7,4	48,3	51,7	100,0
Administração pública, defesa e seguridade social	39.102	292.953	332.055	1,1	4,8	3,4	11,8	88,2	100,0
Educação, saúde e serviços sociais	375.901	776.150	1.152.051	10,6	12,7	11,9	32,6	67,4	100,0
Serviços domésticos	91.956	76.286	168.242	2,6	1,3	1,7	54,7	45,3	100,0
Intermediação financeira e atividades auxiliares	85.000	76.481	161.481	2,4	1,3	1,7	52,6	47,4	100,0
Serviços prestados principalmente às empresas	511.562	462.971	974.533	14,4	7,6	10,1	52,5	47,5	100,0
Serviços coletivos, sociais e pessoais	392.432	202.556	594.988	11,0	3,3	6,2	66,0	34,0	100,0
Outros serviços	144.946	167.363	312.309	4,1	2,7	3,2	46,4	53,6	100,0
Atividades mal definidas	- 16.865	- 9.445	- 26.310	- 0,5	- 0,2	- 0,3	64,1	35,9	100,0
<b>Total</b>	<b>3.555.345</b>	<b>6.101.095</b>	<b>9.656.440</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>36,8</b>	<b>63,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

**Tabela A.3 - Incremento de pessoas ocupadas no trabalho principal por subsetores da indústria de transformação segundo antigas metrópoles e restante do país**  
**Brasil, 2004/2008**

Indústria de transformação	Incremento de pessoas ocupadas entre 2004 e 2008			Distribuição do incremento em relação ao total		
	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil	Antigas Metrópoles	Restante do país	Brasil
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	62.286	400.290	462.576	13,0	35,7	28,9
Fabricação de produtos do fumo	2.309	2.779	470	0,5	0,2	0,0
Fabricação de produtos têxteis	2.046	132.628	134.674	0,4	11,8	8,4
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	146.201	118.170	264.371	30,6	10,5	16,5
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	- 40.506	54.943	14.437	- 8,5	4,9	0,9
Preparação de produtos de madeira	- 11.887	- 70.207	- 82.094	- 2,5	- 6,3	- 5,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	- 4.129	14.267	10.138	- 0,9	1,3	0,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	24.004	18.407	42.411	5,0	1,6	2,7
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	21.574	39.743	61.317	4,5	3,5	3,8
Fabricação de produtos químicos	- 17.303	- 116.650	- 133.953	- 3,6	- 10,4	- 8,4
Fabricação de artigos de borracha e plástico	6.903	40.763	47.666	1,4	3,6	3,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	15.417	53.677	69.094	3,2	4,8	4,3
Metalurgia básica	72.015	177.251	249.266	15,1	15,8	15,6
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	19.044	102.677	121.721	4,0	9,2	7,6
Fabricação de máquinas e equipamentos	- 25.880	- 2.659	- 28.539	- 5,4	- 0,2	- 1,8
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	9.978	4.527	14.505	2,1	0,4	0,9
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	19.212	32.817	52.029	4,0	2,9	3,3
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	- 10.032	- 10.831	- 20.863	- 2,1	- 1,0	- 1,3
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	- 3.774	- 2.212	- 5.986	- 0,8	- 0,2	- 0,4
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	115.239	64.512	179.751	24,1	5,8	11,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte	10.729	27.301	38.030	2,2	2,4	2,4
Fabricação de móveis e indústrias diversas	43.836	21.342	65.178	9,2	1,9	4,1
Reciclagem	20.646	23.369	44.015	4,3	2,1	2,8
<b>Total</b>	<b>477.928</b>	<b>1.121.346</b>	<b>1.599.274</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD (2004, 2008). Elaboração Própria

**Tabela A.4 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Antigas Metrôpoles, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	16,0	1,7	1,6	23,5	5,9	6,4	9,1	8,4	15,0	6,4	2,9	2,8	0,1	100,0
Profissionais das ciências e das artes	8,6	2,9	2,1	2,9	0,3	2,7	9,3	49,5	4,2	8,8	3,6	5,1	-	100,0
Técnicos de nível médio	20,5	2,8	1,2	8,9	0,3	6,3	10,9	29,4	4,6	6,3	4,2	4,7	-	100,0
Trabalhadores de serviços administrativos	10,7	1,9	1,3	20,9	2,4	11,7	8,5	12,3	8,8	15,1	3,8	2,7	0,1	100,0
Trabalhadores dos serviços	5,9	1,1	0,3	7,0	17,0	7,6	6,2	13,4	0,5	25,1	7,5	8,4	0,1	100,0
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	6,0	0,4	-	87,0	1,6	1,1	0,1	0,6	0,5	0,7	0,7	1,3	-	100,0
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	28,9	12,2	-	18,8	-	-	3,2	26,4	-	-	10,6	-	-	100,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	47,2	15,6	1,7	13,8	0,7	13,9	1,6	1,1	0,1	2,1	1,6	0,7	0,1	100,0
Membros das forças armadas e auxiliares	-	0,4	-	-	-	0,5	98,8	0,2	-	-	-	-	-	100,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	50,0	100,0
<b>Total</b>	<b>19,4</b>	<b>5,1</b>	<b>1,2</b>	<b>17,7</b>	<b>4,1</b>	<b>8,5</b>	<b>8,0</b>	<b>14,9</b>	<b>3,7</b>	<b>10,1</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela A.5 - Participação dos ocupados formais por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Restante do País, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	20,9	1,6	1,5	29,8	2,6	4,5	12,0	12,0	7,7	3,4	2,6	1,4	-	100,0
Profissionais das ciências e das artes	5,3	1,6	0,9	3,1	0,2	1,0	10,3	68,8	0,8	3,7	2,5	1,7	0,0	100,0
Técnicos de nível médio	17,0	2,7	3,1	8,4	0,2	3,1	17,0	37,6	2,9	4,2	1,9	2,0	-	100,0
Trabalhadores de serviços administrativos	14,5	1,8	1,6	23,2	2,5	6,9	14,0	15,5	5,7	8,7	3,9	1,6	0,1	100,0
Trabalhadores dos serviços	9,0	1,5	1,0	8,8	13,3	4,3	15,5	22,0	0,6	14,2	5,6	3,9	0,2	100,0
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	4,7	0,3	0,1	90,1	1,0	1,1	0,2	0,6	0,5	0,5	0,4	0,6	0,1	100,0
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	66,9	4,1	0,5	5,3	0,7	5,4	5,2	3,6	-	0,4	4,9	1,3	1,7	100,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	52,8	14,0	3,3	13,2	0,4	9,7	3,4	0,9	0,1	1,2	0,5	0,3	0,0	100,0
Membros das forças armadas e auxiliares	0,3	0,2	-	-	-	-	99,4	0,1	-	-	0,1	-	-	100,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	9,3	-	-	-	-	-	-	33,0	-	57,6	100,0
<b>Total</b>	<b>24,6</b>	<b>5,5</b>	<b>2,0</b>	<b>19,1</b>	<b>3,1</b>	<b>5,7</b>	<b>11,2</b>	<b>17,9</b>	<b>1,8</b>	<b>5,2</b>	<b>2,4</b>	<b>1,5</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela A.6 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Antigas Metrôpoles, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	10,8	3,5	0,3	19,6	6,7	4,6	20,6	4,5	4,2	9,6	8,9	6,6	-	100,0
Profissionais das ciências e das artes	5,8	1,9	0,9	2,2	1,0	0,8	7,5	42,3	2,0	20,0	11,6	4,1	-	100,0
Técnicos de nível médio	9,8	2,8	0,3	12,1	0,6	2,3	4,4	32,8	3,3	7,8	13,3	10,4	0,1	100,0
Trabalhadores de serviços administrativos	7,6	1,7	0,8	15,6	3,2	6,6	10,0	13,6	4,7	22,4	8,8	4,9	0,1	100,0
Trabalhadores dos serviços	4,0	1,1	0,1	11,9	24,9	8,0	3,0	8,1	0,4	8,6	25,9	3,0	1,1	100,0
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	4,4	0,8	0,3	77,4	6,8	1,0	-	1,1	0,7	0,9	1,9	4,6	0,1	100,0
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	11,7	6,4	-	12,1	6,4	5,3	2,6	9,1	-	-	43,2	-	3,2	100,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	32,2	29,1	0,3	20,4	1,1	12,6	0,7	0,6	0,0	1,1	1,6	0,3	-	100,0
Membros das forças armadas e auxiliares	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	-	100,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	100,0
Total	13,7	9,6	0,4	21,2	7,2	6,9	4,5	11,9	1,5	8,7	10,4	3,7	0,3	100,0

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela A.7 - Participação dos empregados sem carteira assinada por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Restante do País, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Admin. pública	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	10,2	2,5	0,9	21,5	2,8	2,6	35,0	8,2	1,2	2,4	10,2	2,4	-	100,0
Profissionais das ciências e das artes	6,0	2,0	0,2	2,2	0,3	0,5	11,5	51,9	0,3	8,1	15,7	1,3	-	100,0
Técnicos de nível médio	7,1	2,6	0,1	11,4	0,4	2,1	10,9	43,7	2,0	5,3	9,8	4,7	-	100,0
Trabalhadores de serviços administrativos	5,1	1,1	1,1	19,5	3,4	3,8	18,7	17,0	3,9	12,5	10,1	3,6	0,1	100,0
Trabalhadores dos serviços	5,3	1,6	0,5	15,0	22,9	3,3	10,3	13,8	0,2	6,9	19,1	0,8	0,3	100,0
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	4,7	1,3	0,1	84,3	4,4	0,8	-	0,5	0,2	0,6	1,0	2,2	0,0	100,0
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	68,5	5,9	2,5	7,4	-	-	1,0	2,0	-	1,0	8,9	2,8	-	100,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	28,4	37,2	1,1	19,6	0,6	8,6	1,8	0,4	0,1	1,2	1,0	0,2	-	100,0
Membros das forças armadas e auxiliares	-	-	-	-	-	3,6	96,4	-	-	-	-	-	-	100,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	31,4	-	-	-	-	-	68,6	100,0
Total	14,5	14,9	0,7	23,6	5,9	4,7	8,1	12,8	0,8	4,5	7,9	1,5	0,1	100,0

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela A.8 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Antigas Metrôpoles, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e pes.	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	2,0	2,0	-	21,6	18,6	-	-	-	55,8	-	-	-	100,0
Profissionais das ciências e das artes	16,3	0,1	-	1,0	0,1	-	22,0	-	37,2	19,9	3,3	0,1	100,0
Técnicos de nível médio	3,5	0,9	-	25,9	0,1	1,2	17,6	3,6	14,2	13,8	19,1	0,0	100,0
Trabalhadores de serviços administrativos	-	-	-	0,9	-	17,1	-	-	32,8	40,8	8,4	-	100,0
Trabalhadores dos serviços	2,5	0,3	-	8,9	22,2	4,0	3,8	-	2,5	47,7	0,2	8,0	100,0
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	2,3	2,7	-	77,3	11,4	0,5	0,5	-	0,9	2,5	1,6	0,3	100,0
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	15,6	-	-	-	-	-	-	-	20,9	63,5	-	-	100,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	28,2	43,2	0,1	10,8	0,0	16,8	0,0	-	0,5	0,1	0,3	0,1	100,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39,2	-	60,8	100,0
<b>Total</b>	<b>13,5</b>	<b>17,0</b>	<b>0,0</b>	<b>27,6</b>	<b>6,7</b>	<b>7,3</b>	<b>4,6</b>	<b>0,4</b>	<b>6,1</b>	<b>12,4</b>	<b>2,8</b>	<b>1,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.

**Tabela A.9 - Participação dos trabalhadores por conta própria por grupamentos ocupacionais e setores de atividade não agrícola Restante do País, 2008**

Grupamentos ocupacionais	Indústria transformação	Construção civil	Outras ativ. industriais	Comércio e reparação	Alojam. e alimentação	Transp., armaz. e com.	Educ., saúde e serv. soc.	Setor financeiro	Atividades a empresas	Serviços colet., soc. e	Outros serviços	Atividades mal definidas	Total
Dirigentes em geral	18,7	6,7	-	15,6	13,2	-	-	-	45,8	-	-	-	100,0
Profissionais das ciências e das artes	29,3	0,1	-	0,6	0,1	0,0	17,6	-	34,5	16,4	1,4	-	100,0
Técnicos de nível médio	3,1	1,8	-	32,6	0,2	2,5	16,1	2,9	13,7	11,3	15,7	-	100,0
Trabalhadores de serviços administrativos	-	-	-	-	-	16,9	-	-	28,8	33,9	20,4	-	100,0
Trabalhadores dos serviços	3,8	-	-	9,6	22,7	2,6	2,2	-	3,4	51,2	0,2	4,4	100,0
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	2,9	2,6	-	78,7	10,2	0,7	0,3	-	0,3	2,3	1,8	0,2	100,0
Trabalhadores agrícolas <sup>1</sup>	82,1	-	-	-	-	-	-	-	3,9	13,9	-	-	100,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	29,3	41,0	0,7	10,0	0,0	18,4	0,0	-	0,3	0,2	0,1	0,0	100,0
Ocupações mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	100,0
<b>Total</b>	<b>16,9</b>	<b>19,3</b>	<b>0,3</b>	<b>29,4</b>	<b>6,0</b>	<b>9,1</b>	<b>2,5</b>	<b>0,2</b>	<b>4,0</b>	<b>9,8</b>	<b>1,7</b>	<b>0,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - PNAD 2008. Elaboração Própria

Nota: 1 - O resíduo de trabalhadores agrícolas observado mesmo após o corte setorial não agrícola é, provavelmente, fruto de erro de declaração. A PNAD é uma pesquisa domiciliar e declaratória e, provavelmente, durante a sua realização algumas pessoas se declararam em outros setores de atividade não agrícola, mas como trabalhadores agrícolas.